



República de Angola

Governo da República de Angola e



Programa das Nações
Unidas para o Desenvolvimento

Capacitação para a Gestão Sustentável de Terras (SLM) em Angola Síntese do Projecto

- A. Angola é o quarto maior país em África, com uma área aproximada de 1,246,700 km². O país contém cerca de 47 bacias hidrográficas, incluindo as do Zaire, Zambeze e Cubango, e todas elas experimentam problemas relacionados com práticas inadequadas de gestão agrária. Embora o país seja rico em recursos naturais renováveis e não-renováveis (petróleo bruto, diamantes, minério de ferro, fosfatos, cobre, feldspato, ouro, bauxite, urânio, zinco, chumbo, tungsténio, manganésio e estanho), quase três décadas de guerra civil infligiram um impacto profundo em todos os aspectos da vida social e económica das suas populações. De facto, o país está a passar por um relativo *boom* económico desde o fim da guerra. Contudo, de acordo com a Estratégia para Redução da Pobreza (PRS), 68% da população continua a viver abaixo do nível da pobreza, 28% por cento em pobreza extrema. Os efeitos da guerra, incluindo a deslocação, a disrupção das actividades de mercado e a instabilidade macroeconómica destruíram as aptidões dos pobres e dos operários investirem no seu próprio futuro, principalmente o investimento na gestão sustentável de terras (SLM). A degradação do solo é uma das maiores ameaças à economia nacional e ao ambiente global.
- B. Há três causas directas de degradação de terras: Agricultura itinerante, desflorestação/uso insustentável das florestas, e sobrepastoreio das terras de pasto. Estas práticas contribuíram para à erosão, à exaustão do solo e à desertificação. As ameaças principais à SLM são o declínio na fertilidade e da produtividade das terras agrárias, a desflorestação para agricultura insustentável, o sobrepastoreio e a destruição ou degradação de pastos florestais por incêndios, e as mudanças climáticas. As maiores barreiras à abordagem das causas primordiais de forma a remover o perigo encontra-se na inadequada capacidade governamental de providenciar técnicas e incentivos acessíveis e orientados aos conhecimentos para SLM. Gestores agrários têm por conseguinte, conhecimentos limitados sobre técnicas de SLM, poucos incentivos para adoptarem melhores práticas e quase nenhuns serviços de extensão agrícola para suportar os seus esforços. Assim, existe um elo fraco entre SLM e iniciativas de desenvolvimento rural, resultando em alternativas de meios de vida insuficientes ao cultivo de subsistência e uso de florestas para madeira e lenha, e para necessidades de energia. As

autoridades governamentais responsáveis pelo planeamento têm capacidade limitada para o planeamento sectorial. (Ésta pouco perceptível para técnicos agrários e domínios afins. É preciso refinar mais)

C. Este projecto propõe quatro resultados relacionados ao **Portfólio Países Menos Desenvolvidos – Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento – LDC-SIDS Programa de Gestão Sustentável de Terras**. O primeiro resultado é a análise e preparação de um conjunto aceitável de técnicas de intervenção, transformadas depois em módulos de formação de campo, para os agentes de extensão rural, com demonstrações participativas em programas de formação. Isto é associado com pesquisa aplicada e promoção e iniciação de camponeses em SLM. O segundo resultado aborda a necessidade institucional do governo monitorizar a degradação do solo e idealizar melhores práticas e um conjunto de iniciativas em SLM no país. O terceiro e quarto resultados abordam a imagem geral do Plano de Acção Nacional (PAN) através de co-financiamento e o início de TerrAfrica no contexto do País,.

Estes serão incluídos numa base de dados para permitir ao governo coordenar os esforços de SLM e integrar as melhores práticas no processo de desenvolvimento de CSIF (O que significa) e PAN nos contextos de UNCCD e TerrAfrica.

D. O custo global do projecto é de 1,900,000 US\$, com 750,000 US\$ da GEF (incluindo 25,000 US\$ PDF A), e 1,150,000 US\$ de co-financiamento: 400,000 US\$ do PNUD e 750,000 US\$ co-financiamento do Governo de Angola (350,000 em dinheiro e 400,000 em espécie). GEF: Taxa de co-financiamento de 1:1.53. A taxa de co-financiamento em dinheiro de 1:1 justifica o requisito para uma contribuição de 750,000 US\$ da GEF.



GEF

**Proposta Rápida de um Projecto Mediano
em conformidade com o
LDC-SIDS Portfólio do Projecto para Gestão Agrária Sustentável
REQUISITO PARA FINANCIAMENTO DA GEF**

ID DO PROJECTO DA AGÊNCIA: PIMS Nº 3379
ID PROJECTO GEFSEC:
PAÍS: Angola
TÍTULO DO PROJECTO: Capacitação em SLM para Angola
AGÊNCIA GEF: PNUD
OUTRA AGÊNCIA EXECUTORA: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AMBIENTE URBANO, ANGOLA
DURAÇÃO: 4 anos
ÁREA FOCAL DO GEF: Degradação do Solo
PROGRAMA OPERACIONAL DA GEF: OP 15
PRIORIDADE ESTRATÉGICA DA GEF: SP 1
DATA PREVISTA PARA INÍCIO: Outubro 2007

PLANO DE FINANCIAMENTO (US\$)	
PROJECTO/COMPONENTE GEF	
Projecto	725,000
PDF A	25,000
<i>Subtotal GEF</i>	750,000
Co-financiamento	
Agência GEF	400,000
Governo	750,000
Bilateral	
ONGs	
Outros	
<i>Co-financiamento Subtotal:</i>	1,150,000
<i>Financiamento Total do Projecto:</i>	1,900,000
FINANCIAMENTO PARA ACTIVIDADES ASSOCIADAS SE ALGUMAS:	

Elegibilidade do País: Angola ratificou a Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação em 1997 e é elegível para financiamento ao abrigo do parágrafo 9(b) do Instrumento da GEF

CONTRIBUIÇÃO A INDICADORES CHAVE DO PLANO COMERCIAL: Uma Província (de 18 em Angola) com um conjunto de demonstrações para mecanismos de gestão agrária sustentável nos três sistemas de produção (agricultura, gado e silvicultura sustentável) para reduzir a degradação agrária na Província do Huambo > 100,000 ha de terra sujeita a gestão agrária sustentável dentro de cinco anos.

RECORD OF ENDORSEMENT ON BEHALF OF THE GOVERNMENT:

<i>Diekumpuna Sita José</i>	12th December 2007
Minister of Urban Affairs And Environment	
Armindo Mario Gomes da Silva (GEF Operational Focal Point)	5th December 2007
Email:	
João da Costa Vintém (UNCCD National Focal Point)	3 rd December 2007
Email:kambulukusso.minua@hotmail.com Cell 923 319 468	

Esta proposta foi preparada de acordo com a política e procedimentos da GEF e cumpre com as normas dos Critérios de Avaliação de Projectos da GEF para um Projecto Mediano conforme ao LDC-SIDS Portfólio do Projecto para a Gestão Agrária Sustentável.

Nome & Assinatura

Yannick Glemarec
Coordenador Executivo PNUD /GEF
Data: 27 de Agosto de 2007

Pessoa de Contacto do Projecto
Veronica Muthui, PNUD-GEF Consultora
Técnica Regional

Tel. e email: +27 12 354 8124.
veronica.muthui@undp.org

Lista de Matérias (Indexada)

SECÇÃO I: ELABORAÇÃO DA NARRATIVA	8
PARTE I: ANÁLISE DA SITUAÇÃO	8
1 ANTECEDENTES E CONTEXTO	8
1.1 CONTEXTO AMBIENTAL.....	8
1.2 CONTEXTO SOCIO-ECONÓMICO.....	9
1.3 CONTEXTO DE POLÍTICA, INSTITUCIONAL E JURÍDICO.....	12
2 DEGRADAÇÃO DO SOLO EM ANGOLA	15
2.1 AGRICULTURA INSUSTENTÁVEL.....	15
2.2 DESFLORESTAÇÃO/COLHEITA INSUSTENTÁVEL DE PRODUTOS FLORESTAIS	17
2.3 SOBREPASTOREIO	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
2.4 AMEAÇAS, CAUSAS PRIMORDIAIS E BARREIRAS MAIS IMPORTANTES.....	22
2.5 BARREIRAS	25
2.5.1 <i>Conhecimentos técnicos e pesquisa</i>	26
2.5.2 <i>Capacidade de implementação/capacidade de actuação – instituições e indivíduos carecem de aptidões para melhor gestão agrária</i>	28
2.5.3 <i>Poítica, legislação e execução</i>	29
2.5.4 <i>Capacidade financeira e mercados:</i>	30
3 PARTE II: ESTRATÉGIA DO PROJECTO: DESCRIÇÃO DO PROJECTO ..	31
3.1 PLANO DE ACÇÃO DE REFERÊNCIA	31
3.2 NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA SLM.....	32
3.3 RACIONAL E OBJECTIVO DO PROJECTO	35
3.4 RESULTADOS DETALHADOS DO PROJECTO, EMPREENDIMENTOS E ACTIVIDADES PRINCIPAIS.....	41
3.5 SUPOSIÇÕES E RISCOS	48
3.6 BENEFÍCIOS GLOBAIS E LOCAIS	50
3.7 ELOS COM AS ACTIVIDADES E PROGRAMAS DA AGÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO (IA)	52
3.8 PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	56
3.9 SUSTENTABILIDADE (INCLUINDO A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA)	57
3.10 RÉPLICA	57
4 PLANO FINANCEIRO	63
4.1 AVALIAÇÃO INCREMENTAL OPTIMIZADA DOS CUSTOS	63
4.2 ORÇAMENTO DO PROJECTO	66
4.3 PARTE III: MEDIDAS DE GESTÃO	69
4.3.1 <i>Administração da Implementação do Projecto</i>	69

4.3.2	Requisitos de Auditorias	72
4.3.3	Contexto Jurídico.....	72
4.4	PARTE IV: MONITORIA E AVALIAÇÃO.....	75
4.4.1	Plano de Monitoria e Avaliação	75
4.4.2	Monitoria e Avaliação.....	76
4.4.3	Avaliação Independente	84
5	SECÇÃO II: QUADRO DE RESULTADOS ESTRATÉGICOS	87
5.1	CONTEXTO LÓGICO DA MATRIZ.....	87
5.2	TABELA DA REALIZAÇÃO / ACTIVIDADE.....	92
5.3	ORÇAMENTO TOTAL E PLANO DE TRABALHO (PARA CONTRIBUIÇÃO DOS GEF E PNUD)	98
6	SECÇÃO III: INFORMAÇÃO ADICIONAL	102
6.1	RESPOSTAS À REVISÃO DE GEFSEC	102
6.2	CARTA DE ENDOSSO PARA O PONTO FOCAL OPERACIONAL DA GEF.....	102
6.3	CARTAS DE CO-FINANCIAMENTO	102
6.4	ANEXO 1: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE REMOÇÃO DAS AMEAÇAS, CAUSAS PRIMORDIAIS E BARREIRAS	103
6.5	ANEXO 2: ESBOÇO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA PARA CONSULTADORIAS TÉCNICAS.....	109
6.5.1	<i>Esboço dos Termos de Referência – Consultadoria em CBNRM</i>	109
6.5.2	<i>Consultadoria em Avaliação Participatória dos Recursos e Esboço dos Termos de Referência para o Plano de Uso dos Recursos</i>	113
6.5.3	<i>Consultadoria em estudos de viabilidade para actividades alternativas de geração de receita</i>	116
6.5.4	<i>Consultadoria em estudos do mercado para produtos naturais.....</i>	120
6.6	ESBOÇO DOS TDR PARA O PESSOAL CHAVE.....	123
6.6.1	<i>Coordenador do Projeco.....</i>	Error! Bookmark not defined.
6.6.2	<i>Assistência Financeira/Admin./de Gestão</i>	125
6.7	ANEXO 3: IMPRESSO DA REVISÃO ANUAL DO PROJECTO MP NACIONAL ...	128

Figura 1: Mapa de Angola	9
Figura 2: Abrangência Agrária (Estimativa da FAO 16 de Maio 2007) ...	9
Figura 3: Sistemas Agrícolas (Estimativa da FAO 16 de Maio 2007)	9
Figura 4: Constrangimentos Ambientais (Estimativa da FAO 16 de Maio 2007).....	9
Figura 5: População (Estimativa da FAO 16 de Maio 2007)	12
Figura 6: Disposições de Gestão do Projecto	69
Figura 7: Medidas de Implementação do Projecto	70
Figura 8: Disposições Nacionais do Projecto	74
Quadro 1: Medidas para Mitigação do Risco.....	49
Quadro 2: Projectos da GEF em curso/ planeados com relevância à SLM em Angola.....	54
Quadro 3: Plano de Participação dos Associados – Nacional.....	58
Quadro 4: Plano Financeiro segundo as realizações (ver Secção II Contexto dos Resultados Estratégicos, para análise detalhada do orçamento)	66
Quadro 5: Descrição detalhada das fontes previstas para co-financiamento	67
Quadro 6: Plano Indicativo de Trabalho de Monitoria e Avaliação e respectivo Orçamento	85
Quadro 7: Plano de Trabalho e Orçamento para a Contribuição dos GEF e PNUD	98
Quadro 8: Custo Administrativo	99
Quadro 9: Consultores que trabalham para Componentes técnicos	99

ABREVIATURAS

APR	Revisão do Desempenho Anual
BD	Biodiversidade
CBNRM	Gestão Comunitária dos Recursos Naturais
CC	Mudanças Climáticas
CCA	Avaliação Comum do País
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional em Espécies de Fauna e Flora em Vias de Extinção
CMS	Convenção sobre as Espécies Migratórias
CO	Escritório do País (PNUD)
CTMA	Comissão Técnica Multi-sector para o Ambiente
DPUA	Direcção Provincial do Urbanismo e Ambiente
EEZ	Zona Económica Exclusiva
EIA	Estudo de Impacte Ambiental
FAO	Organização das N.U, para Agricultura e Alimentação
GdA	Governo de Angola
GEF	Fundo Global para o Ambiente
IA	Agência de Implementação
INAPA	Instituto Nacional de Promoção do Ambiente
INCN	Instituto Nacional de Conservação da Natureza
LD	Degradação do solo
LDCs	Países Menos Desenvolvidos
M&E	Monitoria e Avaliação
MINADER	Ministério da Agricultura
MINUA	Ministério do Urbanismo e Ambiente
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NBSAP	Estratégia Nacional da Biodiversidade e Plano de Acção
NCSA	Auto-Avaliação da Capacidade Nacional para a Gestão Ambiental Global
NEMP	Plano Nacional de Gestão Ambiental
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano
NEX	Execução Nacional
ODMs	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAN	Programa Nacional de Acção (UNCCD)
PCU	Unidade de Coordenação do Projecto
PIB	Produto Interno Bruto
PIMP	Plano do Investimento a Médio Prazo
PM	Projecto Mediano
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POP	Poluentes Persistentes e Orgânicos
CSIF	O que significa?

SECÇÃO I: ELABORAÇÃO DA NARRATIVA

PARTE I: ANÁLISE DA SITUAÇÃO

1 ANTECEDENTES E CONTEXTO

1.1 Contexto ambiental

1. Angola é o quarto maior país em África, abrangendo uma área aproximada de 1, 246, 700 km². Situada entre as latitudes 4°22' S e 18°03' S ao longo da costa ocidental de África, Angola faz fronteira com a República do Congo e a República Democrática do Congo ao norte, a Namíbia ao Sul e a Zâmbia ao Leste (Figura 1). A costa litoral da nação abrange mais de 1,650 km, com uma Zona Económica Exclusiva (EEZ) que abrange 200 milhas náuticas da linha da costa. O país é caracterizado por grande variação topográfica: uma planície estreita em ambos os lados da costa que se eleva abruptamente para um vasto planalto interior. O ponto mais alto no país é Morro de Moco, na Província do Huambo, com uma elevação de 2,620 m. O clima é tropical a sub-tropical, caracterizado por verões quentes e húmidos e invernos amenos e secos. As condições climáticas são grandemente influenciadas pela altitude, longitude e impacto oceânico. A estação seca vai de meados de Maio a Setembro, e a estação da chuva de Outubro a meados de Maio.

2. Os ecossistemas estendem-se das áreas de dunas desérticas austrais nas margens norte do deserto do Namibe, às margens noroeste da Bacia do Zambeze, e às margens sudoeste das florestas tropicais da Bacia do Congo no norte do país. As características naturais dominantes são floresta e savana. Quase 50% do território está coberto de floresta natural e bosque (61 milhões de hectares), principalmente bosques *Miombo* (com base em *Brachystegia*) e bosques *mutiati* (com base em *Cholophospermum mopane*). O resto dos bosques são constituídos por savanas e estepes (62 milhões de hectares) e uma variedade de zonas pantanosas (incluindo bosques de mangais). Angola tem uma pequena zona árida. As plantações de florestas cobrem cerca de 148,000 hectares e consistem principalmente de eucaliptos, ao longo da linha-férrea de Benguela. A floresta tropical abrange cerca de 2,000 km², o que representa menos de 2% do território nacional. Esta floresta

encontra-se no nordeste do enclave de Cabinda. As Províncias do Zaire e Uíge no norte estão cobertas por várias florestas húmidas. A Figura 2 mostra as zonas de cobertura do solo de Angola.

3. O país tem cerca de 47 bacias hidrográficas. As bacias do Zaire, Zambeze e Cubango são sistemas de rios internacionais importantes com grande volume de água. As terras altas do Huambo, Bié e Moxico constituem algumas das nascentes mais importantes, e alguns dos rios desaguam no oceano Atlântico (Zaire, Kwanza e Cunene) e outros atravessam países vizinhos para chegarem ao oceano Índico (rios Zambeze, Cuando e Cubango). A formação de água interior mais importante está na Província do Moxico e contém o maior lago do país. Vários lagos mais pequenos cobrem uma superfície de 2,000 km².

4. Angola é rica em recursos naturais renováveis e não-renováveis. Estes últimos incluem petróleo bruto, diamantes, minério de ferro, fosfatos, cobre, feldspato, ouro, bauxite, urânio, zinco, chumbo, tungsténio, manganésio e estanho. Recursos florestais crêem-se abranger uma área de cerca de 59 milhões de ha (não há uma avaliação recente disponível), cobrindo cerca de 47% do país. Contudo, só cerca de 19% constituem áreas de silvicultura valiosas. Os principais tipos de florestas incluem florestas madeireira do Zambeze, florestas de Montane, bosques de Miombo e Mutiati e também mangais.

Figura 1: Mapa de Angola

Figura 2: Cobertura do solo (Estimativa da FAO 16 de Maio 2007)

Figura 3: Sistemas Agrícolas (Estimativa da FAO 16 de Maio 2007)

Figura 4: Constrangimentos Ambientais (Estimativa da FAO 16 de Maio 2007)

1.2. Contexto socio-económico

5. Do ponto de vista administrativo, Angola é composta por 18 províncias, 164 municípios e 547 povoações autónomas. O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) é o principal partido político e eleições democráticas estão previstas para 2008.

Estimativas põem a população geral entre 14 e 16.5 milhões de pessoas, com mais de 60% da população tendo menos de 20 anos de idade. A esperança média de vida é baixa, 42 anos. Embora VIH/SIDA não tenha exactamente alastrado durante a guerra, a taxa de infecção está a aumentar rapidamente. A mortalidade infantil é extremamente elevada, sendo de 250 crianças dentre 1000 com menos de 5 anos.

6. Angola foi subjugada por uma guerra civil de quase três décadas, que infringiu um impacto profundo em todos os aspectos da vida social e económica. Muitos Angolanos sucumbiram de causas relacionadas com o conflito, com cerca de quatro milhões de pessoas deslocadas. O desenvolvimento rápido e desordenado de grandes bairros de lata em, e à volta de centros urbanos durante a guerra, fez grande pressão sobre os serviços básicos e de habitação. A alta taxa de desemprego urbano, particularmente de mulheres e jovens, continua a ser uma grande preocupação. Vários constrangimentos de logística/infra estrutura como estradas e pontes destruídas, caminhos de ferro que não funcionam, minas terrestres e artilharia por explodir, continuam a impedir o movimento de pessoas e bens. A emergência prolongada reduziu bastante a capacidade do Governo e a limitação de participação da sociedade civil. Melhorias do sistema judicial estão em curso, mas neste momento, as redes ainda são fracas para fazer frente às necessidades da população. A constituição Angolana garante todavia, a criação de estruturas eleitas democraticamente a todos os níveis.

7. Embora desde a guerra, o país esteja a experimentar um boom económico, a Estratégia de Redução da Pobreza (PRS) mostra que 68% dos Angolanos vivem abaixo do nível de pobreza, 28% deles em pobreza extrema. Os efeitos da guerra, incluindo deslocamentos, disrupção das actividades de mercado a instabilidade macroeconómica destruíram a capacidade de investimento dos pobres e operários no seu próprio futuro. O desemprego nas áreas urbanas está quase a 50%. Acesso a serviços sociais básicos é muitas vezes impossível devido à distribuição desigual e limitada dos serviços no país. Comparada com outros países da Comunidade da África Austral para o Desenvolvimento, Angola continua a gastar uma percentagem baixa das suas despesas nacionais na educação e na saúde, mas os investimentos têm vindo a aumentar desde 2002.

8. Os indicadores sociais para Angola encontram-se entre os piores do mundo. Encontra-se em 161º do Índice do Desenvolvimento Humano do PNUD, uma das mais baixas no mundo. Uma avaliação recente do desempenho nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs; 2005) indica que o nível de realização dos ODMs é baixo, excepto na educação primária universal.

9. A economia de Angola é actualmente dominada pelo sector do petróleo bruto que é controlado por multinacionais. O crude constitui mais de 60% do PIB e 90% das exportações. Mais de um milhão de barris por dia foram produzidos em 2004, e está previsto que esse número redobre até 2007. Diamantes são também importantes (cerca de 9% do PIB e 13% das exportações), A contribuição de outros sectores para o PIB é insignificante. De notar que em 2004 estava previsto que os sectores da agricultura, silvicultura e pescas contribuiriam somente com 8% ao PIB; as principais colheitas são o milho, arroz, mandioca, batatas, feijões, bananas, cana de açúcar e café. O desenvolvimento nestes sectores apresenta grandes oportunidades especialmente nas áreas rurais, onde existe um grande potencial para apoio a esquemas de reinstalação e reabilitação.

10. Embora as contribuições pelos sectores da silvicultura, agricultura e pescas à economia nacional sejam baixas, há indicação de que as contribuições através dos sectores informal e de subsistência são significantes. O sector de silvicultura tem um papel importante, providenciando principalmente energia de biomassa e materiais de construção. 65% da energia total utilizada vem de biomassa silvícola, 33% de energia à base do petróleo e 2% de electricidade. Está previsto que mais de 100,000 pessoas se envolverão na produção de energia de biomassa, primariamente através da produção e comercialização do carvão vegetal.

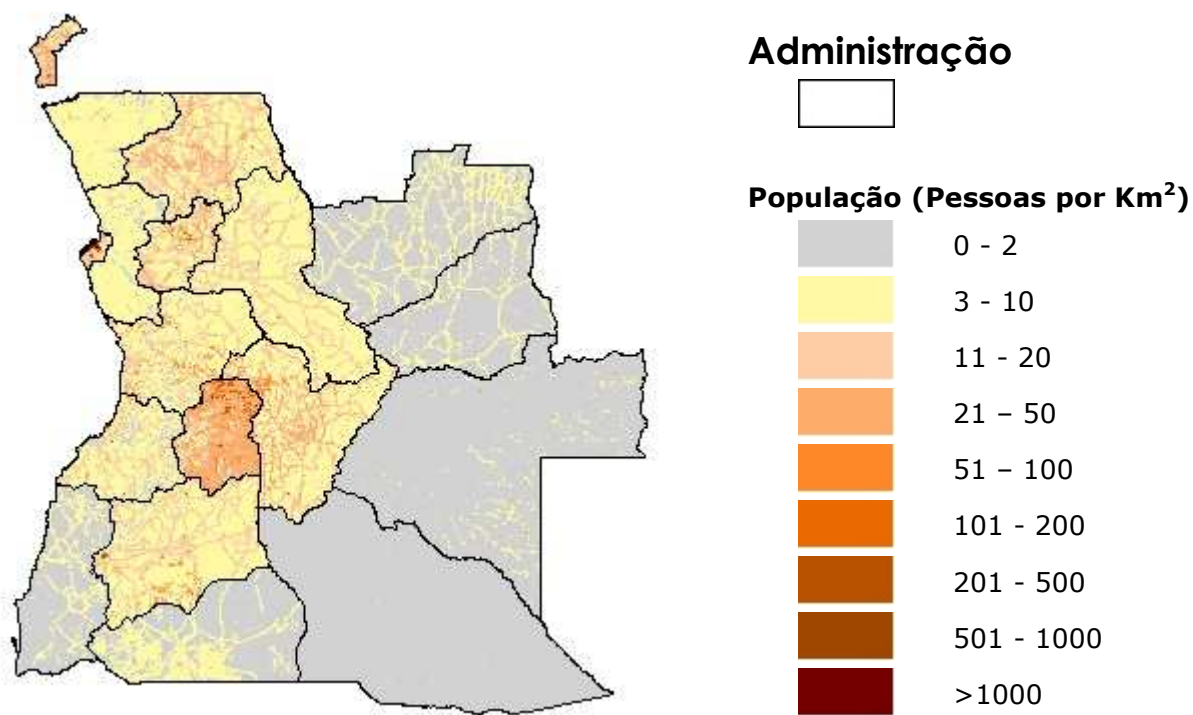


Figura 5: População (Estimativa da FAO 16 de Maio 2007)

1.3.Contexto de política, institucional e jurídico

11.A Constituição angolana faz ampla provisão para a gestão ambiental. O Artigo 12/2 afirma que “O Estado promove a protecção e conservação dos recursos naturais, supervisionando a sua exploração e uso para benefício de todas as comunidades, e o Artigo 24/2 realça que “O Estado adopta as medidas necessárias para a protecção do ambiente e das espécies de flora e fauna nacionais em todo o território nacional, e a manutenção do equilíbrio ecológico. Uma série de artigos adicionais enfatizam a promoção da sustentabilidade do ambiente, incluindo o parágrafo a) do Artigo 112 que estipula que o governo, durante o exercício das suas obrigações administrativas, “deverá elaborar e promover a execução do plano de desenvolvimento económico e social do país”, que inclui programas e planos de gestão ambiental.

12.Angola ratificou vários acordos ambientais internacionais durante a década dos anos 90, e bastante progresso foi já feito desde o fim da guerra, na área de promoção e implementação desses instrumentos. Ratificou a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD) em 1997, a Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica (CBD) em 1998, e a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas

(UNFCCC) em 2000. Em 1 de Março de 2007, a Assembleia Nacional de Angola (Parlamento) autorizou o Governo a aderir ao Protocolo de Quioto da UNFCCC. Em princípios de 2007, Angola tornou-se a 99ª Partidária à Convenção de Espécies Migratórias (CMS). Em 2001, a Assembleia Nacional aprovou a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Altamente Ameaçadas (CITES), e em 2002, o Protocolo de Cartagena sobre a Biossegurança (um acordo suplementar à CBD). Contudo, Angola ainda não aprovou nem ratificou outras convenções importantes como a Convenção sobre Terras Pantanosas de Importância Internacional, Especialmente os Habitats de Pássaros Aquáticos (Convenção de Ramsar).

13. Recentemente, bastante trabalho tem sido feito para reformar os contextos de política e jurídico actuais relacionados com o ambiente. A Lei Nº 5/98- Lei de Bases do Ambiente, de 18 de Junho de 1998 tornou-se no instrumento de referência com respeito à gestão ambiental. O documento contextualiza os princípios de orientação para a prevenção e mitigação da poluição e estipula que o governo deve estabelecer padrões de qualidade ambiental urbanos e não-urbanos para barulho, queima de gás, poluição industrial, agrícola, e económica. Um Plano Nacional de Gestão Ambiental (PNGA) já foi preparado, e identifica áreas prioritárias importantes para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, e espera somente aprovação. Estratégias sectoriais devem ser desenvolvidas, e já foram estabelecidas a Estratégia de Conservação da Biodiversidade, a Estratégia de Zonas Pantanosas e a Estratégia de Produtos Residuais e Poluição.

14. Um projecto de Lei sobre as Florestas, a Vida Selvagem e as Áreas Protegidas foi recentemente apresentada para consulta pública. Legislação recente inclui uma Lei sobre Actividades Petrolíferas, uma Lei sobre Recursos Hídricos, uma Lei de Associações de Defesa Ambiental, a Lei de Planeamento Agrário, a Lei sobre Planeamento e Urbanização, a Lei sobre Recursos Biológicos Aquáticos, a Lei Agrária, a Lei sobre a protecção do Ambiente durante Actividades Petrolíferas, a Lei sobre a Proibição da Importação de Sementes Transgénicas Modificadas Geneticamente, Lei de Referência sobre o Desenvolvimento Agrícola e a Lei sobre a Avaliação do Impacto Ambiental. Os desenvolvimentos recentes de política e jurídicos são inovativos e modernos.

15. Em cumprimento das obrigações ao abrigo das Convenções do Rio, Angola preparou uma estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Diversidade (NBSAP), considerada progressiva e eficaz, embora a implementação tenha apenas começado. Uma Unidade da Biodiversidade Nacional já foi estabelecida no Ministério do Urbanismo e Ambiente (MINUA), que coordena a implementação do NSABP. Recentemente, outras actividades importantes ao abrigo das convenções foram iniciadas e a implementação das provisões destes instrumentos já está a decorrer. Foi desenvolvido um Programa de Acção Nacional projecto (PAN) sob o UNCCD através de uma Comissão Ministerial e espera-se que o PAN seja aprovado pelo Ministro e subseqüentemente pelo Conselho de Ministros num futuro próximo.

16. MINUA é responsável pela coordenação da gestão agrária, urbanização, habitação e política ambiental. Também é responsável pela preparação e execução da legislação, instrumentos de política e estratégias na área do ambiente. No seu ramo ambiental, MINUA alberga dois departamentos, nomeadamente a Direcção Nacional do Ambiente (responsável pela execução do programa nacional de gestão ambiental) e a Direcção Nacional dos Recursos Naturais (responsável pela formulação e implementação de políticas e estratégias de protecção da natureza e o uso racional dos recursos naturais renováveis). Discussões estão em curso sobre a criação de dois institutos ambientais independentes: um, o Instituto Nacional de Promoção Ambiental (INAPA) incumbido da execução da política nacional nos campos de pesquisa, formação e disseminação de informação sobre a política de gestão ambiental; e o segundo, o Instituto Nacional de Protecção da Natureza (INCN) com foco na protecção da natureza e gestão das áreas protegidas.

17. O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MINADER) é responsável pelo sector agrícola, do desenvolvimento rural e silvicultura. Vários institutos estão associados com o MINADER, tais como o Instituto de Desenvolvimento Silvícolo. Outros órgãos responsáveis pela gestão e uso de recursos naturais incluem os Ministério das Pescas, do Petróleo, Geologia e Minas, Energia e Recursos Hídricos, Educação, Saúde, Hotelaria e Turismo, Indústria e Obras Públicas. Uma lista completa dos associados está incluída na Secção III com descrições das várias responsabilidades. Deve salientar-se que todos estes participantes fazem parte de uma Comissão Técnica Multi-sectorial para o Ambiente (CTMA) criada

em 2001, responsável por questões do ambiente, do desenvolvimento sustentável e a gestão dos recursos naturais.

18. Angola desenvolveu uma política de descentralização em 1999. Uma estratégia de apoio foi apresentada pelo governo em 2007 para acelerar a operacionalização da política descentralizada. Segundo a Política de Descentralização, foram estabelecidos 18 governos provinciais com Direcções a nível provincial dos vários Ministérios de execução. Na maioria das províncias, Agricultura e Pescas incluem departamentos do ambiente. Em alguns casos, o Ambiente está incorporado na Direcção Provincial da Urbanização e Ambiente.

19. O País está em vias de desenvolver um sistema transparente, operativo, eficiente e eficaz de administração agrária que integra a realidade dos sistemas de gestão agrária consabidos em contextos nacionais legislativos e administrativos formais. Uma nova lei agrária foi aprovada em 2002 e está de momento a ser debatida extensamente. Contudo, a questão da terra e regime de propriedade continua problemática.

20. Nota-se que mandatos relacionados com a gestão ambiental estão dispersos por um conjunto de associados i.e. em vários ministérios. Coordenação é a coisa mais importante a este respeito.

2 Degradação do solo em Angola

21. Degradação do solo resultou em grande parte das enormes pressões da população humana que se encontra altamente concentrada na faixa costeira e nos centros urbanos, devido à insegurança resultante de quatro décadas de conflito armado. Há três causas directas da degradação do solo em Angola: Agricultura Insustentável, Desflorestação/ Uso insustentável das Florestas, e Sobrepastoreio das áreas de pasto.

2.1. Agricultura Insustentável

22. Sistemas de produção/cultura agrícola em Angola variam do cultivo de vários produtos que vão de cereais e tubérculos à gestão de gado, e são denominados aqui de "sistemas de produção agrícola". Distinguem-se aproximadamente três zonas agro-ecológicas vastas: o Leste, classificado como cultura de tubérculos, i.e. área da mandioca; o Centro, propício ao cultivo de cereais, principalmente milho; e o Sul, com potencial para sorgo e milho

(Ver a Figura 3). A fertilidade do solo é baixa em todo o país, e só uns estimados 10% dos solos são considerados como tendo potencial para agricultura. Em geral, só 2.8% da terra é actualmente apropriada para ser lavrada e adequada para terra de cultivo permanente, dos quais só 2.1% é irrigada. É somente nas Terras Altas do Centro que a fertilidade do solo é alta, e mesmo aí há lugares onde são necessários fertilizantes para compensar a degradação acentuada do solo; em outros lugares, vastas áreas de terra (menos fértil) são necessárias para garantir a subsistência. Há áreas extensas que também se encontram distantes de mercados e serviços.

23. Mas, está calculado que cerca de 85 por cento das populações rurais de Angola vivem da agricultura de subsistência, sem nenhuma rede de protecção. As condições continuam a ser particularmente difíceis e vários factores impedem a recuperação e o desenvolvimento das áreas rurais, apesar do progresso com a abertura de áreas para reassentamento e agricultura, depois da guerra. Serviços sociais são limitados e fragmentados e o fornecimento de pessoal para os sectores de expansão, saúde e educação continua problemático.

24. Muitos dos lavradores são pessoas deslocadas internamente (IDPs). Como há muito pouca terra excedente onde estabelecer estas pessoas deslocadas, foram impostos os reassentamentos e em alguns casos, os recentes camponeses deslocados ficam estabelecidos em terras que pertencem às comunidades pastoris. Muitas das IDPs e refugiados que regressam querem estabelecer-se em áreas facilmente acessíveis – estas são as áreas onde se encontram algumas das maiores quintas ou plantações, e cuja origem está em outorgas feitas a agricultores europeus durante a era colonial. Segundo os conceitos de direitos comunitários de uso da terra, os membros destas comunidades podem reclamar os seus direitos de exploração da terra, dentro dos limites territoriais das suas respectivas comunidades. A importância da terra como um bem para a sobrevivência da família, a concorrência entre a agricultura campestre e a agricultura comercial, a baixa fertilidade do solo, a extensão limitada de áreas rurais com pluviosidade adequada e a capacidade limitada de regulamentar efectivamente o acesso à terra, impelem a procura de mais terra.

25. A agricultura insustentável continua por isso a ser o maior problema, que resulta num nível sério de degradação do solo em todo o país. Agricultura insustentável em Angola tem várias causas

directas: a não-aplicação de técnicas adequadas de gestão/cultivo, provisão pobre de serviços de expansão, e o baixo nível de conhecimentos de ambos os lavradores e líderes locais, sobre os benefícios económicos do investimento na protecção do solo. O declínio contínuo da fertilidade do solo é devido sobretudo à “exploração demasiada do solo”, i.e, cultura contínua sem reabastecer a fertilidade do solo através da aplicação de estrume orgânico e/ou fertilizantes minerais. As consequências a longo prazo são a perda completa da função e produtividade de ecossistema.

26. Erosão do solo em Angola causa uma perda total de solo de cerca de 20 milhões de toneladas por ano, equivalente à perda da possibilidade de alimentar 50,000 pessoas por ano¹. Segundo a mesma fonte, a quantidade de nutrientes de plantas perdidos anualmente, são cerca de 1,200,000 toneladas de Matéria Orgânica, 60,000 toneladas de Nitrogénio, 4,500 toneladas de Potássio e 500 toneladas métricas de Fósforo. A erosão do solo causa a desnudação de montanhas e topos de colinas, reduz a profundidade do solo e altera a sua estrutura, e diminui a matéria orgânica no solo, reduzindo assim a Capacidade de Retenção da Água com o consequente assoreamento dos nutrientes e acidificação associada do solo. Frequentemente, as chuvas causam erosão séria e a subsequente sedimentação do solo em riachos e rios, que eventualmente desaguam nos oceanos Índico e Atlântico.

2.2. Desflorestação/colheita insustentável de produtos florestais

27. Desflorestação é um problema cada vez maior, devido ao uso doméstico da madeira para lenha e construção, e ao desbravamento para agricultura e outras actividades. O problema alastrou-se particularmente durante os anos de conflito, quando vastas áreas de florestas se perderam anualmente. A longa guerra civil que afectou Angola de 1975 a 1991 e as hostilidades constantes entre grupos adversários que persistiram até recentemente, tiveram consequências severas nas florestas.

28. Entre 1992 e 1994 cerca de um milhão e meio de pessoas ficaram desalojadas devido à guerra. Para satisfazer as suas necessidades urgentes de lenha para cozinhar e aquecimento, cortaram áreas extensas de florestas e plantações de árvores. O seu estado nómada forçado e a carência de quaisquer meios de

¹ Estimativa do Ministério da Agricultura 2006

sobrevivência e geração de rendimento aceleraram o dano às florestas. O reassentamento das IDPs depois da guerra continua a pôr grande pressão nas florestas, sendo as florestas tropicais no norte do País as mais ameaçadas pela agricultura de subsistência que alimenta aproximadamente 90 por cento da população.

29. A taxa de desflorestação tem todavia flutuado desde 1990, com um aumento drástico desde 2000. Entre 1990 e 2000, Angola perdeu uma média de 124,800 hectares de florestas por ano. Esta taxa aumentou de 2.1% entre 2000 e 2005, e o país perdeu 1,872,000 hectares de florestas que representam 3.1% da sua área total de florestas. Medindo a razão total de conversão do habitat (definida como as mudanças na área de florestas mais as mudanças na área da região arborizada menos a expansão da plantação líquida) para o intervalo de 1990-2005, Angola perdeu 3.1% do seu habitat de florestas e área arborizada.

30. O impacto da desflorestação é múltiplo e causou o assoreamento de sistemas fluviais, a perda de solo e uma perda geral de biomassa; a biodiversidade pode também sofrer um impacto significativo, embora nenhuns estudos específicos tenham ainda sido feitos desde o fim da guerra. As florestas são importantes para a protecção de serviços de ecossistema essenciais em todas as províncias de Angola, embora a cobertura e composição da floresta variem bastante entre as províncias. Existem interligações significantes entre sistemas de produção de floresta e o complexo de recursos agrícolas e de extensão rural, e as causas primordiais para gestão insustentável e barreiras, são semelhantes.

31. Desflorestação em Angola é impelida por vários factores (i) a necessidade de carvão para energia ambos nas áreas rural e urbana, (ii) desbravamento de florestas para expansão da agricultura e para compensar pelos solos inférteis, (iii) incêndios florestais, em parte para limpar a terra para cultivo, e em parte para criar pastos para compensar pelo sobrepastoreio em prados e, (iv) exploração da floresta para madeira (áreas seleccionadas). Estes factores são multiplicados pela pobreza, a carência de actividades económicas alternativas e o alto e rápido crescimento das populações.

32. De notar que o sistema de produção da floresta está intimamente ligado ao uso insustentável das energias com base na biomassa em Angola, e isto foi então incluído nesta análise. A provisão de energia é uma questão chave e um desafio numa Angola pós-guerra. Contudo, mesmo embora Angola seja o

segundo produtor de petróleo depois da Nigéria, a maioria dos angolanos não lhe têm acesso. Está estimado que actualmente, só dentre 8 a 20 % da população tem acesso a electricidade de várias fontes (primariamente através de geradores à base de petróleo). Não existe praticamente nenhuma electrificação rural. Mesmo em áreas urbanas, a maioria das pessoas não têm acesso a uma provisão fiável de energia, e a maior parte depende do carvão para cozinhar. Gestão agrária sustentável foi introduzida como fonte de energia alternativa, se bem que não tenha ainda sido adoptada em toda a parte. Existem instalações de energia hidroeléctrica na maior parte derivadas da era pré-guerra, contudo, encontram-se quase todas em ruína e necessitam de grande investimentos para reabilitação. Várias fontes alternativas de energia e soluções de eficiência foram investigadas em base de experiência, por exemplo, projectos piloto sobre o uso de fogões mais eficazes e em escala mais pequena, a introdução de energia solar. Mas, nenhum destes projectos foi até agora implementado em maior escala.

33. Por conseguinte, grande parte da população rural (até 50% segundo várias citações) dependem directamente da produção e comércio do carvão para os seus meios de sobrevivência diária, representando conseqüentemente grandes ameaças às florestas. O facto de que tanta gente depende do carvão para um pequeno rendimento causa a necessidade urgente de encontrar soluções contra a ameaça da desflorestação, que incorporem o uso de fontes de energia alternativa, opções adequadas de gestão agrária e, muito importante, estratégias de diversificação económica que ofereçam meios alternativos de produção de rendimento. Abordagens integradas de agro-silvicultura e agro-silvo-pastorais estão já planeadas, principalmente no sul de Angola, mas ainda não foram verificadas extensamente nem implementadas.

34. A baixa fertilidade do solo é uma das maiores causas de desflorestação e degradação associada do solo, pois encoraja a cultura inconstante exacerbada pela utilização do fogo para a limpeza de terras com pousios cada vez mais curtos. As práticas de gestão agrária insustentável e de produção agrícola de subsistência são vistas como uma das maiores ameaças à sustentabilidade ambiental. Investimentos comerciais de maior escala, encorajados em Angola pós-guerra, contribuem também a esta ameaça de degradação agrícola. O desbravamento em grande escala de florestas naturais para produção agrícola é um

grande problema em termos de ambos os desenvolvimentos agrícolas grandes e pequenos. Práticas de gestão insustentável são mencionadas como resultando na depleção do solo, redução da fertilidade, erosão do solo, nitrificação devido à aplicação não-regulada e mal administrada de fertilizantes especialmente em áreas comerciais, à gestão insustentável dos recursos hídricos, ao desbravamento de florestas e o aumento de fogos naturais.

2.3. Sobrepastoreio

35. A cobertura do solo em Angola é dominada por planícies áridas, utilizadas primariamente para pasto. Criação de gado tem lugar principalmente na parte central do país, onde a maior parte da terra pertence a indivíduos particulares. O sobrepastoreio é um problema que leva a ambas a invasão por matas e a desertificação. Até recentemente havia o senso geral de que terra não era um problema. Mas isto mudou, principalmente na província fértil do Kwanza Sul perto de Luanda e no sudoeste relativamente pacífico, onde se notou uma proliferação de fazendas e quintas comerciais. Muitos dos criadores de gado e camponeses tradicionais, acreditando que muita da terra nas concessões coloniais fazia parte legítima das terras tradicionais, retomaram o uso de antigas concessões agrícolas coloniais. Além disso, os conflitos ocorrem e continuarão enquanto o governo fizer e renovar concessões das parcelas coloniais, ou os proprietários rurais ou titulares de concessões passadas (especialmente pós-1991) reaparecem e reafirmam os seus direitos. Milhares de hectares de terra, noutra época território exclusivo de pastores e gado, encontram-se agora vedados, e são património privado de novos proprietários ricos, incluindo muitas pessoas influencias.

36. À medida que a população aumenta, criadores tradicionais de gado necessitam de mais terra para sustentar a maior quantidade de animais, mas a capacidade de carga fica reduzida devido à produtividade da terra ter diminuído significativamente ao longo dos anos. Porque os rancheiros comerciais se vão apossando das terras de criadores tradicionais de gado, os corredores de gado vacum vão fechando. Líderes pastoris dizem que a terra foi usurpada ilegalmente, e que as suas tradições e costumes, passados às gerações pelos séculos, bem como os seus meios de vida, estão ameaçados. Agricultores comerciais reclamaram o uso de antigas concessões agrícolas coloniais; agora ocupam esta terra e mais as terras comunitárias tradicionais. Novas vedações foram

levantadas na área de Gambos na província da Huíla, como evidenciado pelo número de novos postes cortados ('verdes') e plantados em fins de 2003, com pouca ou nenhuma consideração pelas, ou consulta com, as comunidades.

37. Outros problemas de degradação têm a ver com a expansão de sistemas hiper-áridos e a estabilização das dunas de areia. A província costeira da Namíbia no sul de Angola é caracterizada por climas hiper-áridos e ecossistemas de deserto. Emergiu uma questão 'clássica' importante da desertificação: o movimento e notada expansão do deserto a áreas normalmente apropriadas à produção agrícola. De momento não há opções específicas de gestão agrária nas províncias, o que é um grande impedimento ao potencial de desenvolvimento da área, e causa degradação severa do solo nestas áreas, devido ao sobrepastoreio que resulta no desenvolvimento de pastos menos adequados.

38. O sobrepastoreio em Angola é causado pela concentração intensiva de áreas de criação de gado em terras no sul, com bons pastos e disponibilidade de água. Isto é exacerbado pela alta densidade populacional, pela pobreza e o pobre acesso aos mercados.

39. Outras causas da degradação do solo em Angola são as actividades mineiras prejudiciais ao ambiente, e infraestrutura de desenvolvimento inadequada. A exploração mineira de diamantes tem lugar mais nas províncias do leste, principalmente em Lunda Norte, Lunda Sul, Malange e Bié. Devido à falta de legislação ambiental rigorosa nas últimas décadas, observam-se impactos ambientais enormes que se manifestam na erosão severa do solo, a criação de poeiras e depósitos do material erodido. A não-reabilitação de grandes e extensas áreas mineiras contribui também à degradação do solo. Embora directivas dos estudos dos impactos ambientais estejam já estabelecidas, as maiores barreiras com respeito à implementação dos instrumentos de política, incluem a monitoria e aplicação dos regulamentos de gestão ambiental. Políticas e leis devem ser melhor comunicadas às províncias para garantir a sua aplicação eficaz, tomando em consideração e a devolução e descentralização da tomada de decisões.

2.4. Ameaças, causas primordiais e barreiras mais importantes

40. Uma matriz detalhada das ameaças e das causas primordiais da degradação do solo aplicáveis a Angola está apresentada no Anexo 1. Este PM apresenta uma vista geral do desafio de gestão agrária, que é significativa num país como Angola, que acaba de emergir de longos anos de guerra civil, e depende grandemente da terra e dos recursos naturais básicos para o desenvolvimento sustentável. As maiores ameaças à SLM são o declínio na fertilidade e na produtividade das terras agrícolas, o desbravamento das florestas para agricultura insustentável, sobrepastoreio e destruição ou degradação de pastos florestais por fogo e mudanças climáticas. Há relações directas entre as maiores ameaças do declínio na fertilidade e na produtividade, o sobrepastoreio e o desbravamento das florestas. Ao mesmo tempo que as funções e serviços de ecossistemas degradam em cada região agro-ecológica, o potencial de produtividade diminui e os camponeses e pastores procuram novas áreas de habitat natural que possam ser transformadas. Além destas práticas insustentáveis, o acesso não regulado a terras comuns para pasto e a transformação agrícola exacerbam ainda mais a degradação de funções de ecossistema relacionadas com a retenção de água no solo, estrutura e estabilidade no cenário geral. Além do mais, várias outras práticas não reguladas, como o uso de fogo, previnem outros serviços de ecossistema essenciais em áreas localizadas, como a polinização e dispersão das sementes, limitando assim o potencial para restauração dos nutrientes e a regeneração natural nas terras degradadas.

41. São múltiplas as causas primordiais da degradação do solo em Angola. A guerra resultou numa distribuição da população assimétrica, e a migração das áreas rurais foi enorme. De modo geral era perigoso viver em áreas remotas, e o alto nível de infestação por minas terrestres proibiu a ocupação de muitas áreas. A pressão da população assimétrica está associada com várias das causas primordiais para a degradação do solo. Estas incluem: conversão cada vez frequente de terras marginais menos produtivas e facilmente erosivas, incluindo terra em ladeiras muito escarpadas. Esta conversão é agravada pela falta de planeamento agrário adequado a todos os níveis, e fraca provisão de serviços de extensão. Muitas vezes, as pessoas que permaneceram na terra não tinham meios suficientes para investir na produção agrícola, i.e. infra-estrutura e instrumentos. Aplicavam

frequentemente práticas de utilização da terra e gestão agrária que não eram apropriadas às específicas zonas agro-ecológicas.

42. Desde que a guerra acabou, foram empreendidos projectos de reassentamento importantes, com o objectivo de re-habitar áreas com baixa densidade populacional e reduzir a pressão humana nas áreas urbanas. Contudo, os esquemas de reassentamento não são adequadamente apoiados por medidas de serviços de extensão que ofereçam orientação e aptidões sobre práticas de uso correcto da terra e de gestão agrária aos novos agricultores. Além disso, os agricultores restabelecidos não são assistidos com investimentos para fazer frente ao problema de solo inférteis. É quase certo que nestas circunstâncias, estes novos agricultores adoptarão práticas de gestão agrária insustentável, agravando ainda mais a degradação do solo.

43. Alta densidade resulta em números cada vez maiores de pessoas sem terra própria, que vivem em propriedade alheia ou arrendada, e que não investem nada na protecção, manutenção ou melhoria da fertilidade do solo. Ganhar a vida de maneira sustentável torna-se muito difícil nestas condições. Um componente chave na (re-)construção dos meios de subsistência rurais que dependem do uso de recursos naturais é o acesso à e a posse de terra. Nas áreas rurais de Angola, o acesso a terra suficiente e de qualidade é problemático. O país tem vindo a batalhar com questões de acesso, distribuição equitativa e segurança do regime de propriedade desde antes da independência. De facto, a política de regime de propriedade tem passado por várias transformações radicais, começando com a posse comunitária em tempos pré-coloniais, uma mistura de título comunitário e privado durante a era da colonização, nacionalização sob o governo socialista e a volta à privatização no início dos anos noventa.

44. Os pobres têm acesso limitado a bens como propriedade, capital, trabalho e aptidões; por conseguinte, para que o crescimento económico os beneficie o rendimento dos poucos bens que possuem tem de aumentar. Muitos investigadores demonstraram que a desigualdade em tenência de propriedade retarda o crescimento económico: cria rendimentos baixos e inseguros para os pobres nas áreas rurais, retardando assim a acumulação e o crescimento humano de capital, e ao mesmo tempo actua para reforçar níveis altos e potencialmente crescentes de desigualdade de rendimento ao longo do tempo, criando um círculo vicioso de crescimento e desigualdade. Em Angola, cria

também padrões de crescimento de exclusão que continuam a acentuar a desigualdade, intensificada através dos seus impactos na acumulação de capital humano e físico pelos membros mais desvantajados da sociedade. O reassentamento e reintegração bem sucedidos das populações desarraigadas são componentes críticos da gestão agrária sustentável em Angola.

45. Como há poucas oportunidades económicas alternativas à agricultura de subsistência, a desigualdade no acesso à terra é uma questão de importância vital, que só agora começa a receber atenção. As oportunidades nas áreas urbanas são ligeiramente melhores, mas as comunidades peri-urbanas em redor das maiores cidades formam o sector mais vasto e rapidamente crescente da população (cerca de 60 por cento), e muitas pessoas nestas áreas encontram-se em situação legal ambígua com respeito à posse da própria terra. Mais recentemente, interesses da elite e factores políticos apareceram proeminentemente em áreas onde há conflitos agrários sérios entre os interesses privados e comunitários; e muitas "comunidades" não estão historicamente ligadas à terra em questão mas têm-na ocupado devido a terem sido deslocados de outras partes do país.

46. A exploração do solo e a depleção consequente dos nutrientes essenciais de plantas, ambos Macro – e Micronutrientes (Nitrogénio, Fósforo, Potássio, Magnésio, Cobre, Zinco, Cobalto e Boro) sem o reabastecimento dos mesmos, são causas primordiais da perda de fertilidade do solo. Cultivos contínuos e abandono do pousio são consequências da carência de terra devido a pressões demográficas crescentes. O declínio no rendimento das colheitas resulta também na produção reduzida de biomassa e menos matérias orgânicas re-introduzidas no solo. A falta de reabastecimento do solo com matéria orgânica resulta no conteúdo baixo do complexo organo-químico do solo, que por seu lado reduz a Capacidade de Retenção de Humidade do solo. Também reduz a Capacidade de Troca Catiónica (CEC) dos solos, que leva à perda de nutrientes das plantas através de assoreamento intenso, e causa acidificação bem como toxicidade ao alumínio e fixação de fósforo em alguns solos. Aproximadamente dois terços de todos os solos em Angola são ácidos e necessitam de algo para lhes controlar a acidez e melhorar a produtividade.

47. O baixo nível de aplicação de aditivos ao solo como estrume e fertilizantes minerais é uma causa importante da perda crescente

de fertilidade. Estrume insuficiente resulta principalmente da redução per capita na quantidade de gado bem como das longas distâncias dos campos às herdadas resultantes da fragmentação agrária. Segundo um estudo feito em 2001, estrume foi utilizado somente em 30% de todas as terras de cultivo no país, enquanto que a percentagem era de 70% em 1972. Angola tem um dos níveis mais baixos de uso de fertilizantes no mundo, com uma média de 2 – 3 Kg/ha, comparada com 9 Kg/ha para a África subsariana e 83 Kg/ha para todos os países em desenvolvimento. O uso de fertilizantes minerais diminuiu de 25% de todas as terras cultivadas em 1972 a somente 2% em 2002. Além dos níveis baixos de uso de fertilizantes a eficácia da aplicação dos mesmos é muitas vezes baixa devido ao não-cumprimento das recomendações da aplicação, agravado por serviços de extensão fracos.

48. Mercados para produtos agrícolas são pobres e as infraestruturas e redes de estradas disfuncionais ou até inexistentes. Estas condições contribuem ao risco de retenção da pobreza, se não abordadas cuidadosamente.

2.5. Barreiras

49. As ameaças, causas primordiais e barreiras de um cenário de degradação total do solo em Angola estão pormenorizadas no Anexo 1. As maiores barreiras à abordagem das causas primordiais de modo a remover as ameaças encontram-se na capacidade inadequada do sistema governamental em providenciar técnicas e incentivos económicos para SLM com fundamento nos conhecimentos. Gestores agrários por conseguinte, têm conhecimentos limitados sobre técnicas de SLM, poucos incentivos para adoptarem melhores práticas e nenhuma assistência por serviços de extensão adequados ou suficientes. Isto significa que a ligação entre SLM e as iniciativas de desenvolvimento rural é pobre, resultando em alternativas aos meios de vida da agricultura de subsistência insuficientes, ao uso de florestas para madeira e lenha, e para satisfazer as necessidades de energia. As autoridades no governo, responsáveis pelo planeamento, não têm capacidade suficiente para planeamento multi-sectorial. Não existem mecanismos efectivos para identificar e partilhar lições e melhores práticas. Um dos pontos mais fracos é a falta de uma maneira de identificar e promover práticas agrárias tradicionais e indígenas sustentáveis. O intercâmbio de informação é desorganizado e as lacunas nos conhecimentos e sensibilização são numerosas.

2.5.1. Conhecimentos técnicos e pesquisa

50. Capacitação inadequada e níveis baixos de desenvolvimento de recursos humanos, como identificado nesta análise, formam uma grande barreira à gestão agrária e o desenvolvimento sustentável em Angola. Durante os anos de guerra pouco investimento foi feito em formação e educação. Só recentemente é que Angola começou a investir bastante no ensino primário. Por exemplo, o campus de agricultura na Universidade Nacional, situada na província do Huambo, esteve encerrado durante a guerra. Não teve lugar nenhuma formação terciária em áreas relevantes de SLM por mais de 20 anos, e só formação muito limitada a nível da extensão rural foi empreendida. Presentemente não há cursos disponíveis em áreas como silvicultura ou desenvolvimento rural integrado (existe algum curricular relacionado com o desenvolvimento rural), e as oportunidades de formação vocacional são muito limitadas. Depois da guerra, o Governo já investiu no desenvolvimento de infra-estrutura básica e, por exemplo, o campus da universidade em Huambo foi reaberto. Os primeiros cursos e programas já estão de novo a decorrer desde 2001, mas a criação de oportunidades de formação apropriadas e relevantes para jovens profissionais que estudam SLM e desenvolvimento sustentável, continuam elusivas.

51. Como resultado, há um número limitado de agricultores, silvicultores, economistas etc., qualificados, que se ocupem das questões de desenvolvimento rural. A capacidade para investigação é muito limitada e por conseguinte a pesquisa nos seguintes elementos de SLM, vitais ao uso sustentável da terra para maximizar o seu potencial, é mínima:

- Tecnologias alternativas e económicas para geração de energia. A falta de pesquisa sobre e intervenções enfocadas que abordam o problema da desflorestação e o uso exagerado de energias com base na biomassa, são vistas como as maiores barreiras à SLM. Presentemente, o sector da energia está a examinar a electrificação em grande escala, mas torna-se evidente que o desenvolvimento rural vai levar muito tempo, daí a necessidade de encontrar avenidas alternativas para garantir o acesso à energia, ao uso sustentável da biomassa e produtos florestais, para deter a verdadeira desflorestação e a degradação do solo em Angola.

- Um modelo de SLM que venha a abordar a degradação do solo e ao mesmo tempo impulsionar o crescimento económico sustentável; não há nenhuma pesquisa sobre um modelo que inclua iniciativas viáveis para as comunidades locais sobre a melhoria da agricultura e a promoção do crescimento económico. Isto é particularmente importante para tentar resolver a infertilidade do solo e ao mesmo tempo reduzir a grande dependência da terra e outros recursos naturais.
- Geração e padrões de crescimento das espécies indígenas;
- Metodologias para planeamento do uso e divisão da terra;
- Envolvimento da comunidade em SLM e conservação das florestas;
- Efeitos do regime de propriedade em SLM, etc.
- Sistemas para monitoria eficaz de SLM e provisão de benefícios de ecossistema.

52. Esforços para melhorar a agricultura sustentável são de modo geral fragmentados e descoordenados. Não existem mecanismos efectivos para estabelecer contactos, identificar e partilhar lições aprendidas e melhores práticas entre os vários protagonistas na área de SLM, incluindo pesquisa, ONGs, CBOs (Organizações Baseadas na Comunidade), FBOs (Organizações de Orientação Religiosa) e operadores económicos do sector privado. A documentação, disseminação ou aperfeiçoamento dos casos isolados de novas técnicas de SLM exitosas e inovativas não são suficientes. A pouca informação disponível é bastante científica e não orientada aos, ou de uso fácil pelos, camponeses. Também não há estratégias de comunicação eficazes para partilhar as melhores práticas e as lições tiradas de outras partes da região, com situações físicas e socio-económicas semelhantes, como a Namíbia e a África do Sul.

53. Além de práticas técnicas de SLM, os camponeses não recebem informação sobre a rentabilidade económica demonstrada, dos investimentos para protecção do solo, melhoria da fertilidade, técnicas alternativas de conservação de energia, ou silvicultura comunitária nas suas situações. Não há quase nenhuma informação sobre os níveis de rendimento e despesas de cada grupo familiar, o que continua a ser uma barreira à introdução de inovações. A falta de programas relevantes de extensão de SLM e o sistema de extensão agrícola disfuncional em Angola agravam ainda mais o problema da disseminação de informação aos usuários finais, os camponeses. O pessoal do governo encarregado

das questões agrárias e o pessoal encarregado pela agricultura carecem de conhecimentos técnicos a níveis nacional e de província, e não estão suficientemente familiarizados com abordagens participatórias de extensão.

54. Sistema de Monitoria e Avaliação: Não existe um sistema de monitoria e avaliação (M&E) funcional para o sector agrícola em geral nem tão pouco para SLM. É necessário um sistema de M&E para avaliar o desempenho e experiências de aplicação de técnicas de SLM, e para facilitar o processo de gestão agrária sustentável adaptável.

2.5.2 Capacidade de implementação/capacidade de actuação – instituições e indivíduos carecem de aptidões para melhor gestão agrária.

55. Fez-se pouco para promover a agricultura de camponeses depois de 1975 devido a guerra que na verdade destruiu a possibilidade de profissionais técnicos e agricultores implementarem programas de melhor gestão agrária e agricultura adequados. Houve uma perda crítica de bens e aptidões – infra-estruturas importantes agrícolas, de saúde, educação e transporte que desabaram ou foram destruídas. Um estudo recente pelo Programa Alimentar Mundial mostrou que em várias províncias, sementes e instrumentos (incluindo tracção animal) são raros, e contribuições são continuamente procuradas das agências de auxílio. Nas províncias analisadas, a maior parte das aldeias (85%) não têm acesso a serviços de extensão agrícola, e é somente na Huila (27%) e no Moxico (23%) que mais de 10% das aldeias analisadas têm acesso a alguns serviços de extensão. ONGs providenciam a maioria dos serviços (65%) e o resto é o Ministério da Agricultura. Contribuições agrícolas como fertilizantes são muito raras: só 7% das aldeias confirmaram usar fertilizantes e 5% herbicidas ou insecticidas. Embora estas estatísticas se refiram às províncias analisadas, o resto do país mostra estatísticas semelhantes.

56. Mão de obra é também carente em algumas áreas pelo facto de que mais de metade das famílias são chefiadas por mulheres. Muitos destes lares mostram altas taxas de dependência, com idosos e crianças de quem cuidam. Não existem programas para instruir camponeses e agricultores nos processos de gestão agrária sustentável.

57. A falta de aptidões dos agricultores rurais em todos os sentidos, incluindo a falta de conhecimentos, falta de capacidade de investimento, os sistemas de assistência e incentivos pouco desenvolvidos, formam conseqüentemente, barreiras a SLM neste contexto. Isto é complicado pela fraca capacidade das instituições nacionais como serviços de extensão que providenciam apoio técnico muito errático, muitas vezes com técnicas antiquadas e inapropriadas. Serviços de extensão são mal providos e difíceis de fornecer devido à falta de pessoal treinado, agravado por problemas de comunicação e minas terrestres. O programa de extensão não foi actualizado por pesquisa dentro do país devido aos baixos níveis de pesquisa que aí se faz, principalmente durante os anos de guerra. Além disso, as autoridades ambientais e de silvicultura têm capacidade muito limitada para monitorar as actividades de utilização das florestas, bem como a formulação e implementação de EIAs.

58. Os baixos níveis de capacidade do pessoal técnico e das instituições responsáveis pela gestão agrária afectam outras áreas muito importantes; por exemplo, a disseminação de informação e sensibilização são pobres, e resultam na disseminação inadequada de políticas e instrumentos legais sobre a terra, planeamento e uso de terra e regulamentação de EIAs. Isto intensifica a falta de conhecimentos, inovação, recursos financeiros e estratégias de adaptação, enfraquecendo ainda mais a SLM. A implementação de PRSPs, dos ODMs e outras estratégias nacionais de desenvolvimento a longo prazo é obstruída por questões relacionadas às prioridades e estrangimentos financeiros e de recursos humanos.

2.5.3 Política, legislação e execução

59. Angola está a fazer todo o possível por aumentar a capacidade e adoptar práticas sustentáveis de utilização dos recursos. Mas, sem um contexto de política adequada e habilitadora que apoie o desenvolvimento sistemático e sem riscos ecológicos do sistema de produção agrícola, que inclua leis e regulamentações rigorosas sobre o ambiente e orientação do planeamento agrário, essa capacitação pode acabar por não cumprir com práticas e padrões de gestão agrária sustentável. Presentemente em Angola, quase não existem, políticas agrárias e regime de propriedade de

desenvolvimento agrícola e de sustentabilidade ambiental, ou são inadequadas e carecem de implementação/aplicação.

60. De maior preocupação são os preceitos mal desenvolvidos e desactualizados de títulos de posse de terra e recursos naturais. Direitos aos recursos são essenciais para a promoção da gestão sustentável agrária e de recursos. Embora instrumentos como a Lei Agrária de 2004 e a Lei projecto sobre a Silvicultura, Animais Selvagens e Áreas Protegidas abranjam questões chave, as maiores insuficiências são a implementação demorada e a falta de aplicação. O trabalho e interesse actuais investidos nos direitos e gestão comunitários de usuários da terra e recursos, devem continuar a ser apoiados por um contexto de política. Depois de décadas de guerra, com pouco espaço para devolução de direitos e responsabilidades, as aptidões locais estão seriamente estrangidas, e praticamente não existe entre os decisores no governo, uma cultura de envolvimento das comunidades. Experiências piloto, tangíveis práticas na gestão de recursos naturais pela comunidade (CBNRM), devem demonstrar os impactos e o valor dessas abordagens.

2.5.4 Capacidade e mercados financeiros:

61. A maioria da população rural não tem acesso a uma base de rendimento sustentável fora da agricultura, e os altos níveis de desemprego exacerbam a demanda de terra. Além disso, o investimento nacional é direccionado ao sector do petróleo. Isto, associado com o colapso de um sistema de mercado nacional para os produtos agrícolas, enfraqueceu a economia rural expondo a população a altos níveis de pobreza que os leva a adoptar meios insustentáveis de produção, e desencoraja o investimento em melhor gestão agrária. O mercado agrícola uniforme foi grandemente substituído por uma economia de desenvolvimento costeiro. A maior parte das áreas rurais retrocederam por conseguinte, a uma forma muito básica de economia de subsistência, mais ou menos isolada dos mercados, tendo isto sido impulsionado pela situação prolongada de insegurança das três últimas décadas, a carência extrema de aptidões, a instabilidade e incerteza macro-económica, políticas distorcionais, e a deterioração severa e prolongada de infra-estruturas e serviços. Infra-estruturas rodoviárias e de caminhos-de-ferro ficaram seriamente danificadas, e o custo do transporte aéreo do interior à costa é exorbitante. O resultado final é que, já desde a

independência, os sectores não petrolíferos da economia se encontram em recessão prolongada.

3 PARTE II: ESTRATÉGIA DO PROJECTO: DESCRIÇÃO DO PROJECTO

3.1 Plano de acção de referência

62. Angola é signatária da Convenção da ONU para Combater a Desertificação (UNCCD). Foi estabelecido um sistema nacional de informação sobre a implementação da UNCCD e foram preparados Relatórios Nacionais sobre a Implementação da UNCCD para 2004 e 2005. A responsabilidade pela implementação da UNCCD era inicialmente do Ministério das Pescas e Ambiente, que foi reestruturado. Agora a Convenção é administrada pelo Ministério do Urbanismo e Ambiente (MINUA). Embora Angola tenha tido dificuldades em implementar a provisão da Convenção devido à guerra prevaiente, algo foi feito para aderir aos requisitos da reportagem. O Ministro estabeleceu pessoalmente uma comissão inter-sectorial, de vários participantes para formulação do PAN. Neste último ano, sob a orientação do MINUA, foi apresentado um PAN ao Ministro para aprovação antes da submissão ao Conselho Ministerial.

63. Assim o PAN UNCCD virá a ser um instrumento que oferece um contexto estratégico nacional para orientar investimentos em SLM e para promover intervenções integradas e multi-sectoriais. O PAN prevê o estabelecimento de uma Unidade PAN, modelada nas experiências com a NBSAP. A Unidade será estabelecida sob os auspícios do MINUA depois do endossamento do PAN ao mais alto nível político. O PAN prevê a criação de uma política e ambiente institucional conducentes a acções de combate contra a desertificação a nível nacional. O conceito de Gestão Agrária Sustentável ainda não foi adequadamente abordado no PAN em Angola.

64. Contudo, o governo está empenhado em abordar o risco da degradação do solo e envolveu-se no desenvolvimento de projectos que procurem resolver a gestão dos recursos naturais, as questões de SLM e degradação do solo a nível nacional e nas províncias. O governo considera prioridade estabelecer disposições institucionais relevantes a nível nacional, que facilitem a implementação do PAN. Mas de momento não há actividades piloto, explícitas a nível local, excepto as propostas neste plano, formulado sob o PAN. Todavia há algumas que emergiram do

sector agrícola mas que ainda não foram integradas no contexto do PAN. Uma vez estabelecida a unidade de coordenação nacional, assumirá a responsabilidade de formular outras actividades. O papel do PAN como contexto que reúne (integração e monitoria) todas as acções relevantes no combate à desertificação, será crítica à harmonização futura do trabalho para introduzir SLM. MINUA e a unidade de coordenação associada do PAN facilitarão e coordenarão a implementação das actividades relevantes por um grupo de participantes.

3.2 Capacidade e requisitos principais para SLM

65. Apesar dos esforços modestos descritos acima, são múltiplos os requisitos para capacitação em SLM e para centralizar a questão a nível sistémico através do contexto do desenvolvimento. Devido ao historial da recente guerra no país, observam-se lacunas em capacidade a todos os níveis, e é necessário mais investimento para vencer os obstáculos.

66. A maioria dos programas de capacitação são recentes e abordam somente parte dos quadros a nível central. O ensino terciário em Angola, bem como todos os outros níveis educacionais, só foi recentemente reestruturado e re-orientado. O investimento nos últimos anos tem focado grandemente a reconstrução de infra-estrutura (i.e. o campus da Universidade Agostinho Neto na região do Huambo foi recentemente reconstruído), por isso é necessário providenciar sequência com grande apoio conceitual e de conteúdo. Embora o currículo na Universidade inclua cursos em agricultura e agronomia, falta ainda um componente de SLM. Aptidões de investigação e administração são necessárias para fazer frente aos desafios práticos do desenvolvimento rural que o país enfrenta.

67. De modo geral, a falta de medidas de SLM apropriadas para disseminação de informação sobre as melhores práticas em gestão de recursos naturais, como fontes alternativas de energia e melhoria da fertilidade do solo, continuam a ser os maiores obstáculos à implementação eficaz de SLM. Um processo efectivo de Gestão da Informação tem de ser desenvolvido para melhorar e reforçar as aptidões de líderes, técnicos e comunidades campestinas em técnicas de SLM. Informação e melhores práticas geradas localmente e na região devem ser sistematicamente recolhidas e organizadas para disseminação eficaz a todos os utentes

relevantes. É necessário desenvolver uma economia de recursos ambientais/naturais como instrumentos para uso no planeamento da utilização da terra e desenvolvimento de políticas. Estes devem incluir análises de custo/benefícios dos sistemas agrários actuais – o custo de não fazer nada – em comparação com análises semelhantes de opções de SLM.

68. Capacitação para integração de SLM nos planos de desenvolvimento é particularmente importante aos níveis descentralizados. A experiência limitada a nível local, i.e. abordagens de CBNRM necessita ser intensificada. Embora algumas ONGs activas em Angola envolvam directamente os utentes dos recursos naturais locais, não existe uma abordagem abrangente do governo que enfoque a capacitação sistemática a nível local. Abordagens piloto exitosas devem ser verificadas para iniciar e informar o processo de desenvolvimento de políticas a este respeito.

69. Os líderes locais encarregados da utilização da terra e agricultura aos vários níveis necessitam de capacitação em conhecimentos de SLM, e em abordagens de serviços de extensão participatórios e eficazes. As medidas de capacitação são necessárias também para melhorar a sensibilização e técnicas de SLM nas comunidades campesinas. O sistema de extensão do uso da terra é ainda muito fraco e deve ser intensificado. Módulos de formação e documentação sobre as melhores práticas de SLM devem ser preparados e disponibilizados a todos os participantes envolvidos na formação e serviços de extensão no sector de SLM, incluindo as organizações da sociedade civil e os operadores do sector privado.

70. Tudo isto deve ser assistido pelas aptidões de pesquisa das instituições de ensino superior. Nota-se que a NEPAD juntamente com TerrAfrica estão a desenvolver um programa de apoio aos “Centros de Excelência em SLM” na região. Este projecto é demasiado pequeno para envolver substancialmente a capacitação e incentivos para pesquisa no país. Contudo, providenciará um elo forte à iniciativa NEPAD/TerrAfrica, e apoiará também a pesquisa local para promover inovações instigadas pelos agricultores em SLM, melhores processos de conversão de energia e os efeitos da posse de terra na Gestão Agrária Sustentável.

71. Os níveis de sensibilização em SLM e o PAN são ainda bastante baixos e a maioria das actividades relacionadas com o PAN são somente a nível nacional. Não foi criada uma estratégia de comunicação, e ambos a preparação e prevista implementação

do PAN carecem de um componente de extensão enfocada. A coordenação das instituições envolvidas com SLM é crítica. Até à data, as interacções entre actividades do Ministério e o organismo provincial descentralizado foram limitadas. Do mesmo modo, a interacção entre MINUA e as instituições equivalentes provinciais é muito limitada. Uma vez o PAN adoptado, será importante criar vontade política e sensibilização para implementação do instrumento. De modo geral, é necessário suscitar um melhor entendimento do significado de SLM ao desenvolvimento em Angola. É vital que actividades práticas piloto sejam implementadas, e que demonstrem (i) que tipo de questões são relevantes, e (ii) estratégias bem sucedidas para abordagem do risco da degradação do solo. A nível nacional, é necessário apoio à Comissão de Coordenação do PAN e à planeada Unidade do PAN no MINUA. O reforço das disposições institucionais é crítico para uma abordagem bem sucedida das questões de SLM em Angola.

72. Além da necessidade de capacitação em gestão da informação e serviços de extensão, é necessário um Sistema de Monitoria e Avaliação funcional para determinar o desempenho de práticas respeitantes a SLM. Um sistema de M&E eficaz deve ser participatório e incluir todas as partes relevantes, facilitar a troca de informação entre os participantes e tornar-se num instrumento para a gestão adaptável de medidas de SLM. Um relatório da situação da degradação do solo e práticas de SLM deve ser preparado regularmente.

73. Acesso à terra e recursos naturais é um dos maiores obstáculos a SLM em Angola. No contexto de formular uma actividade piloto que defina a fundação estratégica para a implementação exitosa do PAN, é importante demonstrar o elo prático entre o abordar da degradação do solo no campo e os processos de política de nível mais alto. Embora este projecto seja demasiado pequeno para tentar resolver a questão difícil e complicada da posse de terra, pode criar aptidões em análise de política e assistir pesquisa modesta sobre os efeitos da posse de terra e recursos em SLM eficaz. Pode também assistir com a procura e disseminação de lições sobre a posse de terra e recursos e SLM de outras partes da região, e garantir que são distribuídas extensamente.

74. Como descrito em secções prévias, Angola enfrenta desafios na organização dos sectores de energia. Embora Angola seja um país produtor de petróleo, grande parte da população depende de fontes de energia provenientes da biomassa, como o carvão,

principalmente para cozinhar. A grande procura de carvão ambos nas áreas urbanas e peri-urbanas, mas também em Angola rural, está a resultar na perda rápida da vegetação natural. Embora algumas actividades piloto sobre o melhoramento da produção de carvão e respectiva redução, por exemplo, através da introdução de fogões ecológicos, tenham sido postas à prova na província de Cabinda, a questão ainda não foi abordada de maneira holística. Como a ligação entre energia e desflorestação abordou claramente onexo ambiente-meios de vida, o assunto prevê um ponto de partida estratégico para a implementação do PAN.

3.3 Racional e Objectivo do Projecto

75. Este projecto faz parte da Abordagem de Portfólio de Área Focal de PNUD/GEF LDC e SIDS para a Capacitação e Integração da Gestão Agrária Sustentável, no SP-1 de OP-15 ao abrigo da área focal de Degradação do solo de GEF. O projecto aborda os quatro resultados segundo o objectivo imediato deste projecto tutelar:

- Aptidões individuais e institucionais para SLM serão salientadas e demonstradas nos campos e locais pilotos. Uma grande parte deste projecto é orientada à capacitação e gestão da informação, centrando-se em instituições e pessoal de SLM bem como gestores agrícolas na província do Huambo;
- Capacitação sistemática e inclusão dos princípios de SLM: este projecto aborda também o desenvolvimento de políticas e integração de SLM a níveis central e descentralizado do governo na área do projecto e desenvolve aptidões de fiscalização.
- Apoio à produção do Plano de Acção Nacional (PAN). O PAN será provavelmente aprovado antes do início do projecto. O projecto assistirá com o desenvolvimento e implementação de uma estratégia de comunicação do PAN para sensibilizar e obter apoio político para a sua implementação a todos os níveis.
- Apoio à criação do PIMP (Plano do Investimento a Médio Prazo do PAN), que complementa a CSIF ou o Contexto do Investimento Estratégico do País de TerrAfrica.

76. O projecto antecipa beneficiar dos serviços de assistência da Unidade de Coordenação Global (GCU) do Projecto de Portfólio Tutelar nas seguintes áreas:

- Troca de experiências em SLM, lições aprendidas, melhores práticas e directivas desenvolvidas;
- Orientação no desenvolvimento da economia de recursos/ambiente para SLM;
- Orientação e apoio ao desenvolvimento de sistemas de gestão da informação para SLM;
- Orientação e apoio ao desenvolvimento de um Sistema de Monitoria e Avaliação for SLM;
- Orientação e apoio à criação de incentivos eficientes para a inclusão do sector privado na SLM;

77. Com base na análise do problema, será adoptada uma abordagem de vários níveis. O projecto desenvolverá aptidões para SLM a nível local (Província do Huambo) que serão utilizadas para assistir a acção nacional de inclusão da implementação do PAN bem como a comunicação e a cooperação exterior.

78. Lógica do Projecto: O Problema: Níveis incrementais de degradação de solos, florestas e terras de pasto resultaram na degradação do ecossistema, produção agrícola reduzida, e complicaram seriamente os efeitos de décadas de guerra nos meios de vida rurais e na economia nacional. A integridade do ecossistema ficou comprometida e o assoreamento causou excesso de nutrientes nas massas de água.

79. As causas primordiais à base deste problema incluem (ver também o Anexo 1 para detalhes):

- A necessidade da energia do carvão ambos nas áreas rurais e urbanas
- Desbravamento das florestas para expandir a agricultura e compensar pelos solos inférteis
- Incêndios florestais, em parte para desbravar a terra para cultivo, e em parte para criar pastos e compensar pelo sobrepastoreio nos prados, e derrube de árvores para madeira (áreas seleccionadas)
- A não-aplicação de técnicas apropriadas de gestão agrária/cultivo, devido à provisão pobre de serviços de extensão e o baixo nível de sensibilização de ambos os camponeses e os líderes locais, sobre os benefícios económicos do investimento em melhor gestão agrária

- Exploração do solo - i.e. cultivo continuado sem reabastecer a fertilidade do solo com nutrientes vegetais através da aplicação de estrume orgânico ou/e fertilizantes minerais
- Concentração intensiva de criação de gado em áreas de bons pastos e disponibilidade de água no sul
- Mercados fracos para produtos agrícolas piorados por infra-estruturas e redes de estradas disfuncionais.

80. Esta situação é agravada pela pobreza, a carência de actividades rentáveis e o crescimento rápido das populações.

81. A Solução Normativa a este grupo de riscos / causas primordiais seriam: "Capacitação para gestão agrária sustentável de agências governamentais e gestores agrários; e princípios de gestão agrária sustentável integrados em políticas nacionais, planos e processos". Isto garantirá às agências agrícolas e de gestão agrária em Angola, capacidade e aptitudes para providenciar medidas eficazes e aceitáveis de gestão agrária e intervenções de bio-energia aos gestores agrários; aos gestores agrários o reconhecimento dos benefícios da aceitação e implementação destas intervenções; e às agências do governo que utilizam intervenções piloto a demonstração clara dos benefícios de uso da terra (perda reduzida de florestas e solo e maiores colheitas) que permitem a réplica e escalonamento das intervenções em todo o país. A nível nacional, garantirá também que os princípios de SLM sejam integrados nos processos de desenvolvimento, aproveitando das experiências de implementação do projecto e de integração semelhante em outros países da região.

82. A Barreira Básica que impede esta solução de ser implementada é o governo e respectivas agências técnicas não terem a capacidade suficiente para providenciarem técnicas e incentivos económicos para SLM fundamentados no saber. Essencialmente as agências de serviços de extensão não providenciaram um modelo aceitável para SLM. Barreiras secundárias incluem a falta de aptidões e sensibilização entre gestores agrários, da importância dos benefícios resultantes de melhores práticas de gestão agrária. As barreiras são acentuadas pela insegurança do sistema de posse de terra e o colapso pós-guerra de infra-estruturas fundamentais e mercados.

83. O projecto demonstrará maneiras de restaurar a capacidade para gestão agrária em Angola. Devido ao orçamento limitado, o projecto não pode abranger todas as Zonas Agro-Climáticas, nem todas as províncias. O papel da GEF é inovar e disseminar as

melhores práticas. Neste caso, o projecto estabelecerá coordenação com a base emergente para assistir o governo a demonstrar melhores práticas no uso de energia de biomassa lenhosa, a coordenar e monitorar actividades de SLM e a desenvolver Redes de Gestão da Informação. O projecto aproveitará em particular de experiências de inovação técnica de casos nos países vizinhos e na região, principalmente com respeito a processos eficazes da biomassa lenhosa (gestão de florestas para carvão, conversão eficaz da madeira ao carvão à energia, etc.). Melhores práticas serão garantidas pela inclusão de peritos internacionais relevantes para trabalharem com as instituições angolanas.

84. As actividades imediatas no campo serão implementadas em uma província (Huambo) que abrange cerca de 25% do país. O foco no carvão e energia sustentável é particularmente adequado à província do Huambo, porque muita gente depende da produção do carvão para subsistência diária; o Huambo é uma das províncias mais pobres em Angola e a magnitude destas questões têm impacto severo nas pessoas e no ambiente. Desflorestação é um dos maiores riscos ambientais; áreas densamente povoadas nos arredores da cidade do Huambo estão empobrecidas de biomassa; a vegetação indígena está destruída em muitas áreas perto da cidade e ameaçada em outras partes da província; pouco tem sido feito em termos de melhor produção, valorização em termos de preços, pesquisa adequada do mercado, colheitas sustentáveis, re-plantação, energias alternativas e meios de vida alternativos; o entendimento geral de SLM é baixo; é necessário trabalhar com serviços de extensão e instruir os próximos profissionais na área, com enfoque em módulos de SLM nas universidades, serviços de extensão e professores. Lições tiradas da área do projecto serão depois ampliadas para abrangerem todo o país, depois da conclusão do projecto.

85. O projecto contribuirá para atingir a seguinte meta a longo prazo:

86. Meta do projecto: “Melhor capacidade em SLM contribui ao bom estado e funcionalidade do ecossistema, realçando ao mesmo tempo os meios de vida de populações rurais específicas”.

Objectivo do Projecto: Capacitação para gestão agrária sustentável para as partes interessadas no tópico, e princípios de gestão agrária sustentável incorporados nas políticas, planos e processos nacionais.

87. Resultados do Projecto: Há 4 resultados técnicos, e um resultado de gestão do projecto. O primeiro resultado providencia a capacidade para melhor SLM para as partes interessadas incluindo agências do governo, instituições de ensino superior e gestores agrários. O segundo está ligado à integração dos processos de SLM no governo, providenciando-lhes fiscalização a longo prazo do processo SLM. O terceiro e quarto resultados estão ligados aos processos do PAN, PIMP e TerrAfrica. Em mais detalhe:

88. Resultado 1: Melhor capacidade individual e institucional para SLM. O resultado 1 será implementado em 4 empreendimentos substantivos.

- ✓ **Empreendimento 1.1:** Um programa de formação/sensibilização em SLM para funcionários técnicos nacionais, de distrito e comunitários, e decisores. Desenho e formação realizados na Província do Huambo.
- ✓ **Empreendimento 1.2:** Medidas de extensão das melhores práticas em SLM desenvolvidas e verificadas inicialmente no distrito do Huambo. As medidas de extensão incluirão secções sobre gestão de terras de pasto, gestão sustentável das florestas, melhores práticas agrícolas e produção e uso sustentáveis do carvão; também virá a incorporar experiências da região.
- ✓ **Empreendimento 1.3:** Incentivos para pesquisa visada às questões técnicas e socio-económicas respeitantes a SLM como o efeito da posse de terra na SLM, eficiências da conversão de energia, etc. melhorados a nível nacional e na província do Huambo (instituições de ensino superior) e
- ✓ **Empreendimento 1.4:** Módulo de gestão agrária sustentável disponível como opção no campus da Universidade Agostinho Neto no Huambo, em Colégios de Formação de Professores e Instituições de Serviços de Extensão.

89. Resultado 2: As aptidões criadas são utilizadas para integrar e gerir o programa a longo prazo de SLM nos sectores mais importantes do país e garantir a coordenação. Angola está em curso de rever muitas das suas leis. Como definido na secção dos antecedentes, um projecto de Lei sobre as Florestas, Vida Selvagem e Áreas Protegidas foi recentemente apresentado à consideração do público. Legislação sobre Actividades Petrolíferas, Recursos Hídricos, Associações de Defesa do Ambiente, e Planeamento do Uso da Terra, está em vias de desenvolvimento. Vários Decretos estão também a ser debatidos, e incluem Planeamento e

Urbanismo, Recursos Biológicos Aquáticos, Protecção do Ambiente durante as Actividades Petrolíferas, Importação de Sementes Transgénicas Modificadas Geneticamente, Desenvolvimento Agrícola e Avaliação do Impacto Ambiental. Esta é uma altura oportuna para integrar a SLM. O resultado será implementado em três fases:

- ✓ **Empreendimento 2.1:** Plataformas para coordenação planeada e intercâmbio de informação relacionadas com SLM estabelecidas e funcionais a níveis nacional e provincial
- ✓ **Empreendimento 2.2:** Princípios de gestão agrária sustentável desenvolvidos e orientação para a integração sistemática nas políticas nacionais relevantes, estratégias e contextos legal e reguladores disponíveis
- ✓ **Empreendimento 2.3:** O governo central, juntamente com parceiros doadores e o governo descentralizado, encontraram maneiras de escalonar e disseminar “melhores práticas” de SLM, da Província do Huambo ao resto do país.

90. Resultado 3: Plano de Acção Nacional (PAN) completado e em uso como mecanismo de coordenação e contexto de política para SLM em Angola, que será implementado em três fases:

- ✓ **Empreendimento 3.1:** Finalização do PAN assistido e utilizado como contexto para SLM em Angola
- ✓ **Empreendimento 3.2:** Estratégia de comunicação estabelecida e implementada para aumentar o entendimento do PAN e conseguir apoio político ao mesmo.
- ✓ **Empreendimento 3.3:** Implementação do PAN monitorizada e a informação utilizada para gestão adaptável dos programas de SLM

91. **Resultado 4:** O PAN é apoiado por um PIMP crível e um processo de CSIF ligado a TerrAfrica. Implementado em três fases:

- ✓ **Empreendimento 4.1:** *(E ligado ao Processo SLM – TerrAfrica).* A comissão do governo/parceiros de SLM inicia o processo de planeamento de CSIF (Contexto de Investimento Estratégico do País) para TerrAfrica/SIP, que incorpora o PIMP para iniciar a implementação do Plano de Acção Nacional da UNCCD
- ✓ **Empreendimento 4.2:** Garantido o financiamento para o Plano do Investimento a Médio Prazo

✓ **Empreendimento 4.3:** PIMP endossado pelo governo de Angola e um sistema de monitoria estabelecido para a implementação

92. **Resultado 5:** Gestão adaptável e ensino estabelecidos: estruturas de gestão relevantes operacionais e intervenções do projecto implementadas exitosamente a níveis nacional e provincial; isto terá lugar em duas fases:

✓ **Empreendimento 5.1:** Gestão eficaz do projecto a ambos os níveis nacional e provincial

✓ **Empreendimento 5.3:** Lições tiradas arquivadas e disseminadas

3.4 Resultados Detalhados do Projecto, Empreendimentos e Actividades Importantes

93. Os Resultados, empreendimentos, actividades e indicadores do projecto estão apresentados no Enquadramento lógico na Parte II. As actividades para implementar os cinco resultados e catorze empreendimentos estão delineadas a seguir.

94. **Resultado 1: Capacidade individual e institucional para melhor SLM.**

95. **Empreendimento 1.1:** Um programa de formação/sensibilização em SLM para funcionários técnicos nacionais, de distrito e comunitários, e decisores, realizado na Província do Huambo.

Actividade 1.1.1: Fazer uma avaliação das necessidades de capacitação e identificar formação/sensibilização em SLM para funcionários técnicos categorizados para a gestão sustentável das florestas, terras de pasto e agricultura apropriada.

Actividade 1.1.2: Formular uma estratégia de formação para SLM identificando claramente os grupos enfocados e a informação a ser disseminada a cada grupo

Actividade 1.1.3: Implementar a estratégia de formação na Província do Huambo, adaptar o material de ensino se necessário, e disponibilizar o material verificado para implementação nacional (a ser realizada pelo governo de Angola com co-financiamento)

Actividade 1.1.4: Monitorizar a disseminação e efeito do programa de formação em prática na Província do Huambo (a mudança de entendimento em ligações atitude-prática).

96. **Resultado 1.2:** Medidas de extensão das melhores práticas de SLM desenvolvidas e verificadas primeiro no distrito do Huambo, provendo lições para o país. As medidas de extensão incluirão

secções sobre a gestão de prados, gestão sustentável das florestas, melhores práticas agrícolas e produção e uso sustentáveis do carvão. As medidas terão base em experiências de países com condições semelhantes e serão experimentadas no Huambo. O produto final será disponibilizado para adopção e implementação nacional. O governo nacional e outras partes interessadas serão encorajados (sob o resultado 2) a adoptar estas medidas e a replicá-las em outras províncias. O empreendimento será implementado por quatro actividades.

Actividade 1.2.1: Assistir o pessoal técnico treinado no empreendimento 1, em conjunto com universidades e gestores agrários, a identificar melhores práticas em SLM categorizadas pelo sistema de produção. Isto será feito através de avaliações, excursões de estudo e investigação especializada. Pesquisa aplicada para assistir esta actividade será feita na avaliação e estimativa dos recursos florestais, análise do mercado relacionada com o carvão e outros produtos florestais, a produção actual e cadeia de valores, opções de impostos, opções alternativas de meios de vida, contextos da posse de recursos, etc. Métodos rentáveis para reabilitação de áreas de florestas degradadas em locais seleccionados serão também formulados e verificados.

Actividade 1.2.2: Realizar uma avaliação das necessidades para identificar as medidas de contribuições necessárias para processos de extensão exitosos, p.ex. ciclos, níveis, medidas, panfletos, vídeos, fertilizantes ("pacotes iniciais")

Actividade 1.2.3: Providenciar o pessoal de demonstração com material prático e pagar custos de manutenção para implementar a nova metodologia de extensão

Actividade 1.2.4: Monitorizar e rever o uso de medidas e processos de extensão, utilizar informação para aperfeiçoar as medidas de intervenções e extensão (ao agricultor e agente de extensão).

97. Empreendimento 1.3. Incentivos para pesquisa visada às questões técnicas e socio-económicas respeitantes a SLM como o efeito da posse de terra na SLM, eficiências da conversão de energia, etc. melhoradas a nível nacional e na província do Huambo (instituições de ensino superior). Embora o projecto seja demasiado pequeno para melhorar substancialmente a capacidade de pesquisa nas instituições de ensino superior, utilizará este empreendimento para motivar investigadores individuais a envolverem-se em pesquisa aplicada que assista o programa de

SLM. Isto motivá-los-á a iniciar programas maiores de capacidade científica. O projecto manterá uma ligação particular com a iniciativa “Centros de Excelência” da NEPAD/TerrAfrica, que visa capacitar institutos seleccionados para provisão de assistência técnica de ponta em SLM, aos governos nacionais. Investigadores serão encorajados a analisar a implementação de políticas nacionais (p.ex. PAN) a nível local, identificando ligações e lacunas na retroinformação.

Actividade 1.3.1: Identificar critérios e aplicá-los em institutos de ensino superior seleccionados para os envolver no programa de pesquisa aplicada;

Actividade 1.3.2: Conceber questões de pesquisa num processo participatório que envolva gestores agrários, agentes de extensão, funcionários técnicos e investigadores. Exemplo de questões de pesquisa podem incluir assuntos como o efeito da posse de terra e recursos em SLM, os efeitos da migração na SLM, métodos eficazes de conversão de madeira ao carvão à energia, identificando cadeias de valor de mercado, processo e valorização de produtos naturais, etc.

Actividade 1.3.3: Facilitar a pesquisa e emprego das conclusões no processo de SLM, especialmente no aperfeiçoamento de materiais de formação e medidas de extensão. A pesquisa ajudará a colacionar as melhores práticas de vários lugares para enriquecer a prática no Huambo e em Angola, por meio de análise da literatura para permitir a publicação oficial das conclusões. Esta é uma maneira económica de identificar as experiências de outras iniciativas.

Actividade 1.3.4: Promover tecnologia indígena – facilitar um processo para identificar as melhores inovações dos agricultores, assistir com a documentação e disseminação das inovações. Muitos gestores agrários já utilizam práticas muito inovativas que por vezes **não são tomadas em conta** por não existir um mecanismo oficial que as revele, documente ou dissemine. Conhecimentos técnicos indígenas são por conseguinte, perdidos. O projecto facilitará a revisão de metodologias utilizadas em outras partes, principalmente as utilizadas por PNUD DDC na Etiópia, Uganda e Quénia para identificar essa tecnologia e providenciar um meio de a formalizar.

98. Empreendimento 1.4: *Módulo sustentável de gestão agrária disponível como opção no campus da Universidade Agostinho Neto no Huambo, em Instituições de Formação de Professores e de*

Serviços de Extensão. O módulo deverá incluir tópicos como formação em princípios ecológicos e de economia de estratégias eficazes para reabilitação de áreas desflorestadas, pesquisa sobre energias alternativas e mais sustentáveis, para uso em grande escala em Angola, com base no estudo do caso do Huambo etc.

Actividade 1.4.1: Desenvolver um currículo em SLM para as instituições de ensino superior (apropriado a cada nível)

Actividade 1.4.2: Avaliar os requisitos para adopção do currículo em cada instituição e trabalhar conjuntamente com cada uma para garantir que as necessidades são satisfeitas e o currículo adoptado

Actividade 1.4.3: Facilitar a colaboração entre a pesquisa enfocada e o ensino de SLM para garantir a inter-fertilização.

99. Resultado 2: Capacidade desenvolvida é usada para integrar e gerir o programa de SLM a longo prazo nos sectores mais importantes do país para assegurar a coordenação. Três empreendimentos:

100. **Empreendimento 2.1:** Estabelecidas e funcionais as plataformas para planeamento da coordenação e intercâmbio da informação relacionada com SLM, a níveis provincial e nacional: Diálogo nacional sobre SLM será iniciado com uma Comissão directiva técnica para coordenar as partes envolvidas e prover monitoria e avaliação das intervenções de SLM. Duas actividades:

Actividade 2.1.1: Assistir o governo a estabelecer a “Comissão de Fiscalização de SLM” com TdR claros que definem a responsabilidade, mandato, participação representativa e financiamento para todas as partes envolvidas

Actividade 2.1.2: Estabelecer uma rede de todos os interessados em SLM: Assistir a comissão directiva formada ao abrigo da actividade 2.1.1 a identificar interessados chave em SLM, e facilitar o diálogo nacional sobre a melhor maneira do país adoptar uma abordagem programática a SLM. Um inventário de todos os participantes na área relacionada com SLM no país será estabelecida. A rede facilitará a recolha e troca de informação correcta e actualizada nas várias áreas de SLM entre todos os interessados no país. Esta actividade ligará o projecto ao Contexto Estratégico de Investimento no País (CSIF) e TerrAfrica.

Actividade 2.1.3: Facilitar o diálogo nacional sobre a melhor abordagem para Angola adoptar um nível programático a SLM

101. **Empreendimento 2.2:** Disponíveis os princípios de gestão agrária sustentável desenvolvidos e disponibilizada a orientação sobre a sua integração sistemática em políticas, estratégias e contextos legal e regulador nacionais relevantes. O governo a todos os níveis será assistido a utilizar os resultados da avaliação das melhores práticas e análise dos efeitos da posse de terra em SLM bem como os benefícios económicos da integração do processo de SLM nos Planos de Desenvolvimento comunitários, distritais, provinciais e nacionais.

Actividade 2.2.1: Desenvolver os princípios de SLM para integração nos instrumentos relevantes, p.ex. a nova Lei e Política Nacional da Silvicultura, Conservação e Áreas Protegidas

Actividade 2.2.2: Facilitar a revisão dos planos e instrumentos de desenvolvimento relevantes e fazer recomendações sobre as mudanças necessárias para integrar os princípios de SLM

Actividade 2.2.3: Promover o Planeamento do Uso da Terra (LUP) direccionado a SLM e exame dos projectos de desenvolvimento e investimentos com base em princípios de SLM

102. **Empreendimento 2.3:** O governo central, juntamente com parceiros doadores e o governo descentralizado, encontraram meios de escalonar e disseminar “a melhor prática” de SLM, da Província do Huambo ao resto do país.

Actividade 2.3.1: Assistir a Comissão Directiva de SLM a trabalhar com doadores a SLM e a Sociedade Civil, para desenvolvimento de mecanismos de coordenação e bases de dados da actividade.

Actividade 2.3.2: Juntamente com o governo, utilizar áreas de demonstração no Huambo para encorajar mais investimento dos Parceiros no Desenvolvimento

Actividade 2.3.3: Integrar advocacia no PAN e sistemas de informação TerrAfrica e por conseguinte, no CSIF de Angola.

103. **Resultado 3:** Plano de Acção Nacional (PAN) completado e utilizado como mecanismo de coordenação e contexto de política para SLM em Angola. Implementado em dois empreendimentos:

104. **Empreendimento 3.1:** Finalização do PAN assistido e utilizado como contexto para SLM em Angola.

Actividade 3.1.1: Advogar para aprovação do projecto do PAN pelo GdA (governo de Angola), e disseminar a documentação. Um PAN projecto está disponível mas não foi ainda aprovado. O

projecto defenderá a sua aprovação e assistirá com a disseminação do documento do PAN, se necessário

Actividade 3.1.2: Facilitar o uso do PAN aprovado, como contexto para actividades de SLM e mecanismo para a coordenação intersectorial a níveis provincial e de distrito. Esta Actividade, juntamente com os empreendimentos 2.2 e 2.3 farão com que o PAN providencie um contexto para coordenação das actividades de SLM em Angola.

105. **Empreendimento 3.2:** Uma estratégia de comunicação formulada e implementada para sensibilizar sobre o PAN e obter apoio político ao mesmo.

Actividade 3.2.1: Formular uma estratégia de comunicação e disseminá-la para aumentar o entendimento do PAN

Actividade 3.2.2: Monitorizar a implementação do PAN e utilizar a informação para implementação adaptável de programas de SLM—esta Actividade será implementada pela comissão nacional directiva de SLM juntamente com o empreendimentos 2.2 e 2.3.

106. **Resultado 4:** O PAN é apoiado por um PIMP crível e um processo CSIF mais abrangente ligado a TerrAfrica. Implementação em 3 empreendimentos:

107. **Empreendimento 4.1:** Formulado o Plano do Investimento a Médio Prazo para SLM (Ligado ao Processo SLM – TerrAfrica).

Actividade 4.1.1: Organizar a equipa para Planeamento do Investimento a Médio Prazo para os vários sub-sectoros relevantes, especialmente a coordenação do trabalho pela NBSAP e unidades de projecto em Mudanças Climáticas no MINUA, e ligadas ao Contexto Estratégico do Investimento no País TerrAfrica (CSIF).

Actividade 4.1.2: Formular um PIMP projecto de maneira participatória, integrada e coordenada; fazer provisão para requisitos e estratégias provinciais versus os nacionais. Os documentos Plano do Investimento a Médio Prazo e Contexto do Investimento Específico ao País serão elaborados em colaboração próxima com os departamentos e organizações relevantes, e de acordo com as directivas de LDC SIDS e TerrAfrica. Os PIMP / CSIF serão integrados no plano geral nacional do desenvolvimento, que é preparado sob a coordenação geral do Ministério de Finanças e Planeamento Económico.

108. **Empreendimento 4.2:** Assegurado o financiamento para o Plano do Investimento a Médio Prazo

Actividade 4.2.1: Formular acções estratégicas prioritárias e disseminar o PIMP a todos os possíveis doadores / investidores, e procurar e negociar penhores de possíveis investidores; “treinar” os negociadores sobre a estratégia. Um plano detalhado de intervenções estratégicas nas áreas prioritárias identificadas será formulado, o mecanismo de financiamento elaborado e organizada a mobilização de recursos com envolvimento dos possíveis parceiros importantes e outras partes interessadas.

Actividade 4.2.2: Solicitar empenho político a alto nível para o PIMP do governo e partes interessadas; aumentar a sensibilização sobre esta estratégia do país e se necessário, empreender “sessões de sensibilização” específicas, com decisores e políticos; integrado em CAS. Este projecto trabalhará de próximo com a formulação das prioridades PIMP/CSIF para assegurar que as iniciativas iniciadas pelo projecto que requerem assistência contínua estão incluídas nas prioridades. Em particular, serão encorajados o apoio à pesquisa aplicada para assistir com o desenvolvimento de um modelo para SLM, que identifique e apoie actividades alternativas de geração de rendimento para reduzir a pressão nos recursos naturais, as actividades de SLM à prova do clima, etc.

109. **Empreendimento 4.3:** PIMP endossado pelo governo de Angola e criado um sistema de monitoria para a sua implementação.

Actividade 4.3.1: Conceber um sistema de monitoria para o PIMP e empreender uma revisão anual do desempenho medido em previsão dos compromissos de doadores e desempenho de implementação

110. **Resultado 5:** Projecto gerido eficaz e economicamente com sistemas adaptáveis de Monitoria e Avaliação. Implementado em dois empreendimentos.

111. **Empreendimento 5.1:** Estabelecida a unidade de gestão do projecto.

Actividade 5.1.1: Organizar espaço para o escritório, recrutar o pessoal, mobilizar o co-financiamento e comprar equipamento para o projecto.

Actividade 5.1.2: Estabelecer a Comissão Directiva do Projecto e assistir com as suas operações

Actividade 5.1.3: Supervisão e implementação de actividades do projecto e reportar as conclusões

112. A gestão do projecto será feita de uma pequena Unidade de Gestão do Projecto (PMU) nos escritórios do MINUA. Uma PMU mais substantiva terá base na Província do Huambo.

113. **Empreendimento 5.2:** *Desenvolvido o sistema geral de instrução do projecto, usado para assistir a gestão adaptável.*

Actividade 5.2.1: Determinar a estratégia de instrução do projecto

Actividade 5.2.2: Fazer uma análise do género e socio-económica, e utilizar as conclusões para conceber uma estratégia do género do projecto que garanta melhor enfoque das actividades do projecto e participação e partilha equitativa dos benefícios

Actividade 5.2.3: Actividade: Estabelecer um plano de acção de monitoria e avaliação (fundamentado no sistema de M&E definido no *prodoc*), colacionar e usar a informação para adaptar a gestão e implementação do projecto. O sistema de M&E fiscalizará em particular a eficácia da SLM e medidas e abordagens de extensão, e facilitará a sua utilização na área do projecto com a participação do pessoal de campo descentralizado. O sistema será concebido de maneira participatória para envolver todas as partes mais importantes, incluindo pessoal técnico, investigadores, a sociedade civil e gestores agrários. Indicadores do desempenho serão formulados e directivas para a aplicação do sistema de M&E serão preparadas. Revisões periódicas terão lugar a nível da comunidade e uma revisão nacional será feita anualmente.

3.5 Suposições e Riscos

Suposições chave fundamentais no desenho do projecto incluem:

- Empenho político ininterrupto do governo, na integração de uma abordagem SLM no planeamento nacional a longo prazo, do desenvolvimento sustentável;
- Outros Parceiros no Desenvolvimento, ONGs e organizações de desenvolvimento/ambientais continuam com assistência, boa vontade e empenho para integrar SLM no desenvolvimento rural.
- As várias instituições e organizações mantêm os níveis actuais de boa vontade para colaborar com MINUA nas abordagens integradas à gestão agrária sustentável e ao acesso conjunto aos sistemas de informação agrária;
- Que o governo pode manter o pessoal técnico nos distritos e comunidades instruído em técnicas de SLM, de modo a

garantir a eficácia a longo prazo das medidas de capacitação relacionadas a SLM a serem empreendidas durante o período do projecto;

- O governo e as instituições chave envolvidas empregam os recursos necessários para manter, além da vida do projecto, o Sistema de Monitoria e Avaliação de SLM, e as abordagens de gestão adaptáveis a serem concebidas com a assistência do projecto.

114. Embora estas suposições sejam bastante directas, há várias possibilidades que podem invalidar os resultados do projecto, se não forem cuidadosamente consideradas. Principal entre elas está o risco da insegurança agrária e a posse de recursos actuarem como incentivo negativo e desencorajarem os gestores agrários a investir em melhores práticas. Isto poderia ser exacerbado pela possibilidade do crescimento económico rural não providenciar rendimentos adequados da gestão agrária sustentável. Se isto acontecer, é pouco provável que a população invista recursos em melhores intervenções de SLM, e pode até continuar a utilizar práticas inapropriadas, apesar do conhecimento dos seus efeitos negativos a longo prazo. O Quadro 1 enumera os possíveis riscos ao projecto.

Quadro 1: Riscos e Medidas para Mitigação

	Descrição do Risco	Grau	Mitigação / Observações
1	A situação política estável actual colapsa devido à carência de recursos disponíveis para a população local.	Insignificante	O nível de investimento pelo governo / doadores em SLM sugere que este risco é insignificante
2	O empenho político actual à Gestão Agrária Sustentável no desenvolvimento nacional geral diminui	Insignificante	O Presidente/Escritório declarou que o acabar com a degradação do solo deve ser a primeira prioridade de todos os distritos. Há muito apoio político para um PAN que ofereça um contexto de coordenação para SLM
4	Parceiros na gestão agrária sustentável relutantes em cumprir com os requisitos de coordenação do trabalho para uma partilha significativa das boas práticas	Mínimo	O governo está a aumentar a liderança de investimentos de doadores. Os próprios doadores estão a aumentar os mecanismos de coordenação da ajuda. O projecto em si investe num mecanismo nacional de coordenação de SLM, e num instrumento e rede de intercâmbio de conhecimentos
5	Que líderes locais nos distritos não consigam mobilizar e envolver todos os beneficiários através de métodos	Mínimo	A população é muito receptiva aos seus líderes oficiais em Angola (tradição). O próprio projecto está a investir em capacitação local que

	participativos		incluindo o encorajamento para apoio dos líderes locais
6	Que os peritos sejam incapazes de estruturar pacotes de formação para extensão de serviços de SLM que sejam bem sucedidos no contexto de Angola	Mínimo	O projecto assiste com pesquisa aplicada e enfocada que inclui indivíduos que apoiam a iniciativa de SLM. Também está a investir na comparação das lições tiradas de outros países
7	Que o governo e extensão de serviços sejam incapazes de integrar os pacotes de ajuda nos seus processos de extensão de serviços	Moderado	Esta é uma mudança importante para a extensão de serviços, mas mostrou-se exitosa em outros casos. O projecto está a investir recursos consideráveis para garantir a integração
8	Que o crescimento económico local não chegue a prover retornos do investimento com melhores práticas; e que assim, gestores agrários não invistam em melhores práticas apesar da formação e cursos de extensão rural	Moderado	Angola está a experienciar um boom económico devido grandemente aos petróleo bruto e minerais. O governo está altamente ciente das desigualdades no país e está empenhado em fazer algo através do investimento da receita do petróleo no desenvolvimento rural. O PAN e sua execução proverão um contexto forte para que isso aconteça. O envolvimento da pesquisa aplicada e enfocada, e as lições dos outros países garantirão uma selecção de técnicas que podem ser sustidas tanto quanto possível, por lucros das economias locais.
9	Insegurança agrária e posse dos recursos actuam como incentivo negativo e desencorajam os gestores agrários a investir em melhores práticas, apesar da formação e pacotes para extensão agrícola.	Moderado	O governo formulou uma nova política agrária e vai mobilizar imensos recursos para a implementar. A inclusão de pesquisa aplicada e enfocada no processo, bem como das lições de outros países, contribuirá também à mitigação.

3.6 Benefícios globais e locais

115. As aptidões para SLM, políticas e conhecimentos concebidos pelo projecto reduzirão a seriedade e extensão da degradação do solo em Angola, reduzirão a erosão do solo, aumentarão a fertilidade e a produtividade da terra, sustentando os meios de vida e a economia a níveis mais altos, mas mais sustentáveis. A inclusão de práticas de SLM no desenvolvimento nacional resultará em mais programas de desenvolvimento sustentável, levando eventualmente a ecossistemas mais equilibrados que proverão serviços de ecossistema e benefícios ambientais globais como a manutenção da biodiversidade,

mitigação das mudanças climáticas e protecção de águas internacionais.

116. O benefício directo global é a melhor capacidade para gestão agrária sustentável ecológica em Angola. Os benefícios globais indirectos incluem:

- Manutenção da estrutura e funções dos sistemas ecológicos; e
- Melhor protecção ambiental de águas internacionais devido à redução na erosão do solo nas bacias hidrográficas dos Rios Zambeze e Congo e a redução da sedimentação directa no oceano Atlântico;
- Gestão Melhorada da Exploração do Solo que resulta em maior produção de matéria orgânica que contribuirá ao combate contra a desertificação, mudanças climáticas e benefícios significativos à biodiversidade.

117. Os benefícios nacionais mais importantes são as melhores possibilidades nas áreas do planeamento, implementação, e a Monitoria e Avaliação para alcançar sustentabilidade económica e financeira dos sistemas agrícolas e outros sistemas terrestre de uso dos recursos agrários do país.

118. Melhores aptidões contribuirão também ao melhoramento da qualidade das várias propostas de projectos relacionados a SLM, melhorando a governação participatória dos recursos naturais nacionais em geral. Benefícios nacionais indirectos incluem:

- Melhor produtividade agrária através de melhores práticas que resultam em maior produção (colheitas, gado, energia, etc.);
- Maior cooperação nacional e regional em Pesquisa e Desenvolvimento na área de SLM;
- SLM contribui ao bom estado das florestas, rios e lagos do país, que por seu lado contribuirão à valorização da indústria do turismo;
- Maior empossamento dos utentes e partes interessadas no uso dos recursos agrários, para participarem directamente no conceito, M&E e gestão adaptável da terra e recursos relacionados;
- Redução dos riscos de catástrofes naturais;
- Incremento no crescimento económico nacional e declínio do nível da pobreza.

3.7 Elos com as actividades e programas da Agência de Implementação (IA)

119. O prévio Contexto de Cooperação do País (CCF) com o PNUD foi formulado durante a guerra, com todas as incertezas relacionadas. Por isso enfoca essencialmente o estado de emergência e a assistência humana. Depois da assinatura do acordo de paz em Abril de 2002, a maior preocupação era encorajar o processo de paz e reconciliação, para encaminhar o país na transição ao desenvolvimento humano sustentável no médio a longo prazo, e realizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

120. O Documento do Programa do País foi formulado com base no programa de reabilitação e reconstrução pós-conflito do governo, o seu Relatório Inicial ODM/NEPAD 2003, e a sua Estratégia de Combate à Pobreza/Redução da pobreza Strategy (ECP/PRS) 2004 a 2007.

121. Este projecto proposto está em linha com os maiores desafios ao desenvolvimento identificados na Avaliação Comum (CCA) do país pelo PNUD, que está a ser revisada para enfrentar os novos desafios descritos no parágrafo acima. A CCA identifica a gestão ambiental sólida como um dos vários desafios do desenvolvimento mais importantes a encarar para liderar o desenvolvimento sustentável. O Projecto SLM complementa os componentes principais do antigo UNDAF (Contexto de Desenvolvimento das Nações Unidas), contidos nas secções do ambiente – segurança alimentar.

122. O projecto está também em linha com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) com os quais Angola está fortemente de acordo. O ODM-7 sobre a “Sustentabilidade ambiental” é de relevância especial. Os objectivos de redução da pobreza através da produção agrícola melhorada são também de grande importância e são apoiados por este projecto.

123. O projecto visa complementar e criar sinergias com outras iniciativas em curso empreendidas pelo Escritório do PNUD em Angola, em colaboração com o GdA, para implementar as estratégias do governo para redução da pobreza na área de meios de vida sustentáveis, e particularmente no sector de gestão ambiental e dos recursos naturais. O projecto criará também sinergias com outros projectos e programas, principalmente com várias iniciativas financiadas por GEF relacionadas com as questões

da degradação do solo. Irá colaborar em particular com o programa PCDA (Programa Compreensivo do Desenvolvimento Africano) da NEPAD, este mesmo em colaboração actual com TerrAfrica para garantir que SLM seja integrada em sistemas agrícolas.

124. A Iniciativa Ambiental e a Pobreza – Fase I, visa integrar assuntos ambientais no próximo Documento Estratégico para Redução da Pobreza do país, de modo a permitir aos decisores e governo abordar questões da pobreza através do melhoramento da gestão ambiental. Além disso, inclui a promoção de fontes de energia alternativa para substituir o uso de energia de biomassa, a protecção das florestas naturais restantes, bem como a capacitação institucional para a gestão sustentável dos recursos ambientais.

125. A Capacitação para o Planeamento Ambiental e Conservação da Biodiversidade em Angola: A Avaliação Final visa empreender a capacitação para a gestão sustentável do ambiente e dos recursos naturais, tomando em consideração as mudanças climáticas. Os estímulos programáticos incluem apoio à capacitação dos ministérios responsáveis pelos recursos naturais para implementarem políticas ambientais e permitir-lhes apoiarem tomadas de decisões e planeamento para a gestão ambiental a todos os níveis. Também apoiará a integração de questões do ambiente e recursos naturais em planos e orçamentos de desenvolvimento dos distritos.

126. A proposta apoia o plano projecto para levar a cabo a Auto-Avaliação da Capacidade Nacional de Angola (NCSA) para Gestão Global do Ambiente, que já está completa e espera aprovação. Também está em linha com um novo programa conjunto da ONU sobre o Ambiente e as Mudanças Climáticas, em curso de elaboração ao abrigo da iniciativa do Fundo dos ODMs.

Quadro 2: Projectos decorrentes/ planeados da GEF com relevância para SLM em Angola

Nome do Projecto	FA	IA	EA/Nacional Regional	Descrição e Ligações
Projecto II Grande Ecossistema Marinho da Corrente de Benguela (BCLME)	IW	PNUD	UNOPs	<p>O objectivo da próxima fase do Programa BCLME será reforçar a capacidade institucional e a eficácia da Comissão Regional da Corrente de Benguela e negociar e conseguir um Tratado BCLME para assistir a Comissão. Apoiará também a implementação nacional do Programa de Acção Estratégica (PAE) do BCLME (com Reformas de Política, Legislativas e de Gestão apropriadas) que será levado à comunidade através da assistência de parceiros como D-LIST. A este respeito, haverá capacidade sustentável para a gestão dos recursos naturais a longo prazo e manutenção dos componentes de gestão LME. Além disso, terá lugar a fiscalização geral da colheita e transferência de informação sobre produtos e melhores práticas, e respectiva disseminação pela cooperação e coordenação com GEF/IW: LEARN.</p> <p>O PNUD é a Agência de Implementação para ambos projectos e fará com que as sinergias sejam identificadas e utilizadas com respeito à capacitação institucional e gestão da informação.</p>
Programa da África Austral de Assistência à Biodiversidade (SABSP)	BD	UNEP/FAO		<p>O objectivo global do SABSP é melhorar a cooperação e capacidade nas nações participantes e entre elas, e integrar o uso sustentável na conservação da biodiversidade e outros programas sectoriais, e tem os seguintes objectivos imediatos: Melhorar a disponibilidade e acesso à informação sobre a biodiversidade e sua aplicação em conservação, planeamento e gestão; promover a cooperação multi-sectorial nacional e regional na conservação e actividades de uso sustentável da biodiversidade; integrar práticas eficazes de uso sustentável dos recursos naturais na conservação nacional e regional e outros programas e planos de conservação sectoriais; e desenvolver mecanismos financeiros para garantir a sustentabilidade do contexto regional da assistência. Ambos o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Agrícola Rural (MINADAR) e o Ministério do Urbanismo Ambiente (MINUA) envolver-se-ão a nível nacional. A comissão directiva do projecto virá assegurar que as sinergias em capacitação, processos de política e gestão da informação sejam identificadas e utilizadas para benefício de ambos os projectos e o ambiente do país.</p>
Protecção Ambiental e Gestão Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Cubango	IW	PNUD		<p>O objectivo do projecto é aliviar as ameaças imediatas e a longo prazo aos sistemas hídrico e terrestre interligados, do Rio Cubango, através da gestão conjunta dos recursos hídricos da BRC e a protecção dos ecossistemas aquáticos, que incluem todas as zonas pantanosas, sistemas fluviais e lacustres, e a diversidade biológica associada. O projecto proporcionará um ambiente habilitador com melhoramento de políticas, capacidade institucional e de recursos humanos e sistemas de gestão da informação para assistirem na coordenação e gestão conjunta da bacia. Empreenderá também uma análise transfronteiriça como base para um programa de gestão conjunta. Finalmente, facilitará a formulação de um programa viável de gestão conjunta para abordar as ameaças aos sistemas interligados hídrico e terrestre da bacia.</p> <p>Esta iniciativa será assistida por OKACOM na qual estão investidas funções de análise de política e técnica transfronteiriça dos países, os quais serão responsáveis por co-coordenar a formulação do PAE (Plano de Acção Estratégica) e sua implementação subsequente. Ambos MINADAR e MINUA estão</p>

Nome do Projecto	FA	IA	EA/Nacional Regional	Descrição e Ligações
				representados a nível nacional na comissão directiva da OKACOM. Como a gestão agrária inapropriada é uma grande ameaça ao Cubango, o projecto assistirá na formulação do PAE, para assegurar que as sinergias em capacitação, processos de política e intercâmbio de conhecimentos são identificadas e utilizadas.
Programa de Investimento Estratégico (SIP)	SLM	Multi-agências	Regional	<p>SIP está formulado para providenciar um contexto operacional aos parceiros poderem trabalhar colectivamente nos objectivos da GEF-4 Estratégia da Área Focal de Degradação do Solo.</p> <p>O projecto visa prevenir e reduzir o impacto da degradação do solo nos serviços de ecossistemas em ecossistemas SSA prioritários definidos pelo país. O programa assistirá os países subsarianos a formular e gerir programas de actividades que avancem a integração de SLM, melhorem a governação para SLM, e reforcem o desenvolvimento de coligação. Mais especificamente, abordará os pontos fracos no ambiente propício mais relevantes para SLM (como a posse de terra, coordenação multi-sectorial, e planeamento a todos os níveis, tomada de decisões descentralizada e gestão das despesas públicas); contribuirá ao escalonamento de melhores práticas de SLM no campo, aproveitando dos sucessos, diagnósticos comuns, e prioridades claras do país; e abordará lacunas importantes nos conhecimentos e aptidões. O SIP faz parte de TerrAfrica, o programa a nível subsariano que visa promover o investimento, criar parcerias e coligações e encorajar conhecimentos de gestão de SLM na região.</p> <p>Embora Angola não esteja no programa de trabalho do SIP para a GEF 4, este projecto colaborará de próximo com outros projectos do SIP e processos de TerrAfrica alinhando-se especialmente com o Plano do Investimento a Médio Prazo ao Contexto de Investimento Estratégico do País TerrAfrica e os Centros de Excelência NEPAD/TerrAfrica na proposta de SLM. Utilizará os sistemas de gestão da informação de TerrAfrica/SIP para promover e escalonar os métodos experimentados e aperfeiçoados nos locais do projecto bem como para informar os seus métodos com experiências recolhidas através do sistema.</p>
Inventário, Avaliação e Monitoria da Diversidade Botânica na África Austral: uma Rede Regional de Capacitação Institucional	BD			<p>O objectivo deste programa é salientar a capacidade das instituições do governo da África austral e ONGs para abordarem as questões de política ambiental e de gestão, relevantes ao desenvolvimento da produtividade dos recursos naturais através de iniciativas e redes regionais coordenadas.</p> <p>Criará por conseguinte capacidade institucional para gestão, técnica e de intercâmbio, nas áreas específicas, incluindo gestão comunitária dos recursos, reforço da capacidade nacional e regional para criação e implementação de políticas e estratégias do ambiente; expansão do diálogo, ligações e colaboração entre grupos de interessados nos países e em toda a região; e melhorará a informação sobre o ambiente, a comunicação e os produtos e processos que realçam a cooperação exterior com os vários grupos enfocados e aumentará a sensibilização.</p> <p>Ambos MINADAR e MINUA estarão envolvidos a nível nacional. A comissão directiva do projecto irá assegurar que as sinergias em capacitação, processos de política e gestão da informação são identificadas e utilizadas para benefício de ambos os projectos e o ambiente do país.</p>

3.8 Plano de Envolvimento das Partes Interessadas

127. Implementação do projecto envolverá várias partes interessadas, incluindo instituições do governo, parceiros no desenvolvimento, instituições académicas, ONGs, o sector privado, a sociedade civil e as comunidades locais. Será implementado como um projecto de Execução Nacional (NEX) sob os auspícios de MINUA e a Agência de Implementação será o PNUD. O escritório provincial do MINUA no Huambo será a instituição encarregada da fiscalização da implementação do projecto.

128. As partes beneficiárias finais são os gestores agrários rurais e os agregados familiares, que batalham para ganhar a vida da terra degradada e improdutivo. Este projecto visa mudar as tradições antigas de gestão agrária com a introdução de medidas de extensão participatórias baseadas no saber, com melhores práticas demonstradas a nível local e experiências para informar um conjunto de serviços de extensão e políticas influencias a nível nacional. O êxito do projecto será avaliado pelo nível de adopção pelas partes interessadas das melhores práticas, e até que ponto reduzem a degradação do solo e aumentam a produtividade da terra.

129. A nível nacional, o principal beneficiário é o povo de Angola que beneficiará de um sistema de gestão agrária mais sustentável resultante da integração dos princípios de SLM nos programas e processos nacionais de desenvolvimento, e dos serviços de instituições nacionais com mais conhecimentos e capacidade para SLM. Uma estratégia de participação pormenorizada dos interessados está apresentada no Quadro 3.

130. A lista de interessados é sem "limite" e as organizações e indivíduos interessados são encorajados a indicar o seu interesse e envolverem-se nas actividades relacionadas. A afiliação de comissões técnicas e projectos associados são flexíveis. Está previsto que durante a fase de implementação mais parceiros e interessados em outras províncias se envolvam em actividades de gestão agrária sustentável (SLM) e a implementação do PAN. Antecipa-se o envolvimento a nível nacional, pela do Comissão de Coordenação nacional do PAN e a nível provincial, através das actividades piloto, da Comissão Técnica (TC) e a Comissão Directiva (SC) (ver PARTE III para formulação e arranjos institucionais).

3.9 Sustentabilidade (incluindo a sustentabilidade financeira)

131. Sustentabilidade foi uma das maiores considerações durante o desenvolvimento deste projecto. A sua formulação está baseada em “capacitação” e “integração”, daí a institucionalização da sustentabilidade. O projecto aproveita o “Ponto de Referência” já existente, e não introduzirá novas organizações, sistemas ou programas. Reforçando os serviços de extensão e a capacidade para pesquisa aplicada, o projecto desenvolve aptidões a nível nacional garantindo a incorporação de SLM a nível local onde os gestores agrários beneficiam das iniciativas do projecto, e por conseguinte as mantêm.

132. O projecto assistirá com o desenvolvimento do Plano do Investimento a Médio Prazo (PIMP), com base no Plano de Acção Nacional (PAN) e outras prioridades serão identificadas. O PIMP concederá fundos, assegurando assim a sustentabilidade das actividades de SLM para o médio prazo.

133. Ligações com outras actividades de projectos são também estabelecidas para assegurar mais sustentabilidade das actividades do projecto e garantir sinergias na sustentabilidade i.e. com os centros de excelência de TerrAfrica/SIP. MINUA e outros parceiros locais responsabilizar-se-ão pela integração dos aspectos de sustentabilidade a longo prazo, em todos os projectos.

3.10 Réplica

134. O projecto guiará os sistemas de extensão numa província com ligações fortes a processos nacionais (PAN e PIMP). Fará por incorporar activamente as lições corporativas de SLM do país e da região. O resultado da gestão de informação incluirá experiências deste projecto para as partilhar amplamente, com vista a promover a réplica das iniciativas em outras áreas, a níveis nacional e da região. Melhores práticas de gestão agrária sustentável no Huambo providenciarão exemplos substanciais para a região ou outras áreas que enfrentam desafios semelhantes. A experiência tem demonstrado que a adopção de SLM num país pós-guerra, enfraquecido por problemas de infra-estrutura e propriedade é um desafio. O projecto visa aprender como dominar esta dificuldade vasta das experiências específicas e partilhá-las extensamente.

Quadro 3: Plano de Participação das Partes Interessadas – Nacional

Nome da Instituição	Perfil	Envolvimento no Projecto
GOVERNO/ SECTOR PÚBLICO		
Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural		
Instituto de Desenvolvimento de Florestas	Implementação de programas relacionados com as florestas e vida selvagem	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Parceiro chave a nível do projecto piloto no Huambo ▪ Pesquisa e assistência técnica e interacção com o projecto
Direcção Nacional de Florestas	Lida com a gestão silvícola em todo o país	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Parceiro chave a nível do projecto piloto no Huambo ▪ Pesquisa e assistência técnica e interacção com o projecto
Escritório da Segurança Alimentar	Assistência às comunidades locais sobre programas concretos em segurança alimentar Plano de emergência, p.ex. em períodos de secas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Assistência técnica e de informação a projectos piloto
Escritório de Planeamento e Pesquisa	Lida com todo o planeamento relacionado com a agricultura e desenvolvimento rural	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Planeamento integrado, orçamentação ▪ PIMP ▪ Coordenação técnica e da pesquisa
Instituto do Desenvolvimento Agrário (IDA)	Implementação dos programas de desenvolvimento rural	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Assistência técnica e de informação a projectos piloto
Direcção Nacional do Desenvolvimento Rural	Planeamento e implementação de programas de desenvolvimento rural	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Assistência técnica e de informação a projectos piloto
Direcção Nacional de Engenharia Hidráulica e Rural	Programas de irrigação na agricultura rural Provisão e gestão da água	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Assistência técnica e de informação a projectos piloto
Direcção Nacional da Agricultura, Florestas e Gado	Formulação de políticas e planeamento em relação à agricultura, florestas e gado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Assistência técnica e de informação a projectos piloto
Ministério do Urbanismo e Ambiente		
Direcção Nacional do Ambiente	Política ambiental, EIAs	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ponto Focal UNCCD ▪ EA (MINUA) ▪ Membro nacional SC ▪ PAN CU; para acolher Oficial Nacional (com a Direcção dos Recursos Naturais; Unidade NBSAP) ▪ Assistência técnica do projecto ▪ Co-financiamento
Direcção Nacional dos Recursos Naturais	Planeamento e gestão dos recursos naturais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Unidade NBSAP: para acolher Oficial Nacional (com a Direcção do Ambiente) ▪ CBD e UNFCCC FP ▪ Assistência técnica do projecto ▪ PIMP ▪ Membro PAN nacional CC
Direcção Nacional da Administração Territorial e Urbanismo	Planeamento do uso da terra/planeamento físico; planeamento urbano	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Assistência técnica e de informação
Instituto para Agrimensura e Cartografia	Mapeamento e cartografia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Assistência técnica e de informação
Ministério da Reintegração Social		
Direcção Nacional de	Programas de reassentamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC

Assistência e Reassentamento Social		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Assistência técnica e de informação
Ministério do Governo Local e Administração Territorial		
Direcção Nacional de Administração Local	Administração local da terra	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Assistência técnica e de informação
Direcção Nacional da Administração Autárquica	Administração Autárquica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Assistência técnica e de informação
Ministério da Água e Energia		
Direcção Nacional dos Assuntos Hídricos	Planeamento e implementação de programas hídricos relacionados Formulação de políticas Administração das bacias hidrográficas e gestão transfronteiriça	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GEF FP ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Assistência técnica e de informação ▪ PIMP
Direcção Nacional de Energia	Planeamento e implementação de programas de energia incluindo as energias de biomassa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Assistência técnica e de informação
Ministério das Obras Públicas		
Direcção Nacional de Infra-Estrutura Pública	Responsável pelo desenvolvimento e manutenção de infra-estruturas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Assistência técnica e de informação
Ministério do Planeamento		
Direcção Nacional de Estudos e Projectos	Planeamento do desenvolvimento nacional Formulação de orçamentos nacionais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Planeamento integrado, orçamentação ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ PIMP ▪ Coordenação técnica e da pesquisa
Direcção Nacional de Investimentos	Formulação de orçamentos nacionais Planeamento do Investimento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Planeamento integrado, orçamentação ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ PIMP
Direcção Nacional do Desenvolvimento Regional	Plano e administração do desenvolvimento regional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Planeamento integrado, orçamentação ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ PIMP ▪ Assistência técnica e de informação
Ministério da Informação e Comunicação Social		
Direcção da Comunicação Social	Envolvimento com a comunidade e rádio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Campanha de sensibilização & escalonamento
ONGs		
Juventude Ecológica de Angola (JEA)	Programas de ensino e pesquisa Aptidões de consultoria ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Assistência técnica e de informação ▪ Ligação ao eleitorado da sociedade civil
Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias (UNACA)	Melhoramento das aptidões de camponeses locais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Assistência técnica e de informação ▪ Ligação ao eleitorado da sociedade civil
Acção Angolana sobre o desenvolvimento Rural (ADRA)	Capacitação das comunidades; instrução nas áreas rurais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Assistência técnica e de informação ▪ Ligação ao eleitorado da sociedade civil
ÁFRICARE	Programas de	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC

	desenvolvimento rural e agrícola	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Assistência técnica e de informação ▪ Ligação ao eleitorado da sociedade civil
WORLD VISION	Programas de desenvolvimento rural e agrícola	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Parceiro de implementação do projecto piloto no Huambo ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Assistência técnica e de informação ▪ Ligação ao eleitorado da sociedade civil
Seminários em Desenvolvimento	Programas de desenvolvimento rural e agrícola ; activos nas maior parte das províncias	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Parceiro de implementação do projecto piloto no Huambo ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Assistência técnica e de informação ▪ Ligação ao eleitorado da sociedade civil
INSTITUIÇÕES ACADÉMICAS/DE PESQUISA/INTERNACIONAIS		
Universidade Agostinho Neto		
Faculdade de Direito	Ensino terciário e pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Formação e capacitação ▪ Política e lei p.ex. relacionadas com a posse da terra ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Assistência técnica e de informação
Faculdade de Agronomia (Huambo)	Ensino terciário e pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Formação e capacitação ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Assistência técnica e de informação
Faculdade Administração Pública	Ensino terciário e pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Formação e capacitação ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Assistência técnica e de informação
Faculdade de Ciências	Ensino terciário e pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Formação e capacitação ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Assistência técnica e de informação
Outras		
FAO	Assistência à formulação de políticas estratégicas e mobilização de recursos para o desenvolvimento agrícola e silvícola	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Assistência técnica e de informação ▪ Ligação ao eleitorado da sociedade civil
SECTOR PRIVADO		
Associação de Madeira	Organização da exploração da madeira Lidar com projectos relacionados à madeira	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro PAN nacional CC ▪ Integração inter-sectorial e massificação ▪ Assistência técnica e de informação ▪ Representante do sector privado
A ser mais pormenorizado e confirmado durante a fase inicial do projecto		

Província do Huambo

Nome da Instituição	Perfil	Envolvimento no Projecto
GOVERNO/ SECTOR PÚBLICO		
Governo Provincial do Huambo		
Governo Provincial, particularmente os Directores Provinciais de Energia e Água,	Visão e direcção do desenvolvimento no Facilitação da implementação das políticas sectoriais e centrais do governo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar um ambiente propício para a implementação do projecto ▪ Providenciar o apoio político e reforços necessários ▪ Membros da comissão directiva do projecto

Agricultura, Urbanização e Ambiente e outros relevantes		
Direcções Provinciais do Huambo – Saúde (saneamento), Energia e Água, Grupos de Advocacia Ambiental	Provisão de água e saneamento Fornecimento de energia Sensibilização ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sensibilização ambiental ▪ Fontes de energia alternativa
Ministério da Agricultura		
Direcção Provincial de Agricultura - DPA (IDF, IDA, IIA)	Gestão Silvícola, licenciamento para actividades de exploração Plantações de Florestas Serviços de Extensão Pesquisa sobre recursos naturais e agrícolas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sensibilização das comunidades sobre práticas sustentáveis dos recursos e gestão agrária ▪ Projectos de rearboração ▪ Pesquisa
Instituto da Agricultura (IMA)	Formação a nível de Diploma em agricultura, gado e florestas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Provisão de assistência técnica às actividades de campo
Ministério da Urbanização e Ambiente		
Direcção Provincial da Urbanização e Ambiente (DPUA) Departamentos do Ambiente, Educação e Acreditações Ambientais	Preparação de documentação relevante para as acreditações ambientais Educação sobre o Ambiente Sensibilização Ambiental Mobilização da Comunidade Identificação de parceiros relevantes para apoio à sensibilização ambiental, particularmente na produção e conteúdo da formação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Facilitação das actividades de sensibilização particularmente através do instituto Ecológico ▪ Produção de material didáctico sobre o ambiente
Ministério da Educação		
Instituto de Ensino Superior de Ciências (ISCED)	Formação de professores para nível universitário	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contribuir à produção do conteúdo para a educação sobre o ambiente ▪ Organização de seminários, simpósios para introdução de questões de SLM no programa de formação de professores ▪ Facilitar e fiscalizar a pesquisa pelos estudantes em tópicos relevantes a SLM
Instituto de Educação (Diploma) - IMNE	Formação de professores para ensino dos níveis primário e secundário Associação Ambiental Estudantil–sensibilização sobre o ambiente entre estudantes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio às actividades de sensibilização ambiental
Ministério da Informação e Comunicação Social		
Comunicação Social	Programas de Rádio e TV – 30 minutos atribuídos e não totalmente utilizados devido à falta de financiamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Educação e sensibilização ambiental utilizando línguas locais
INICIATIVAS PÚBLICAS E PRIVADAS		
Instituições Religiosas	Sensibilização ambiental Instrução de Orfãos Reciclagem de produtos residuais (trabalho artístico)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sensibilização ambiental ▪ Réplica da iniciativa de Reciclagem de produtos residuais nas áreas relevantes do projecto, se necessário
Instituto Católico (ICRA)	Formação de professores para ensino dos níveis primário e secundário Consciencialização sobre o	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sensibilização ambiental

	impacto da desflorestação Sensibilização ambiental	
INSTITUIÇÕES ACADÉMICAS/ DE PESQUISA		
Faculdade de Ciências Agrícolas (FCA)	Formação em Agricultura Medicina Veterinária Em breve BSC (Licenciatura) em Silvicultura Mestrado em tópicos relacionados com o ambiente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cursos breves ▪ Possível integração de SLM com seminários e trabalho investigativo no ano final ▪ Pesquisa, Formação e Sensibilização Ambiental
Centro Universitário (PUNIV)	Sensibilização ambiental particularmente em datas comemorativas específicas Supervisão de todas as instituições de ensino superior no Huambo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possíveis parceiros para a Comissão Directiva
ONGs		
Promoção da Mulher	Questões de género	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sensibilização ambiental e do género ▪ Igualdade entre os sexos no acesso a recursos e empreendimentos
SNV- Dutch	Serviços de consultoria sobre questões ambientais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Provedor de serviços
ADRA	Sensibilização ambiental Desenvolvimento Rural	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Intervenção em intervenções práticas relacionadas ao desenvolvimento empresarial
DW	Fornecimento de água nas áreas rurais (poços) Gestão ambiental Facilitação da atribuição de terra para habitação (investigação de terrenos desocupados) Micro crédito	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacitação das comunidades na gestão do micro crédito para criação de empresas
ADPP	Formação de professores para ensino primário Orfanatos Reflorestação Sensibilização Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Formação de professores em questões de SLM relevantes ▪ Professores podem empreender trabalho de extensão durante a sua colocação de 11 meses nas áreas rurais
Artistas	Artesanato Pinturas Teatro Música	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sensibilização ambiental
SECTOR PRIVADO		
Bancos: BIC, Banco do Fomento Angolano (BFA) Banco de Poupança e Crédito (BPC)	Crédito	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Micro crédito
Lojas e outros	Reciclagem de sacos de papel	
Exploração e processamento silvícola (postes, serrações, transportadoras de carvão, etc.)	Exploração e comercialização de produtos de madeira e carvão	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parcerias com comunidades para criação de empresas e acesso aos mercados
AUTORIDADES TRADICIONAIS E COMUNIDADES LOCAIS		
Sobas outros líderes locais	Liderança Atribuição de recursos Entrepósitos e fiscais de normas e práticas tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mobilização da comunidade para gestão agrária sustentável e desenvolvimento local ▪ Defensores da garantia dos direitos aos recursos
Comunidades da área Chipita	Muito envolvidas na produção e venda de carvão	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunidades piloto

4 PLANO FINANCEIRO

4.1 Avaliação Incremental Otimizada dos Custos

135. O projecto complementa outros projectos e programas em decurso e visa fechar algumas das lacunas existentes na área de SLM. Depois da completção do projecto, está previsto que a maior produção e disseminação de informação, principalmente a níveis descentralizados, bem como avaliação e monitoria eficazes e um sistema de gestão adaptável, garantirão eficiência e sustentabilidade de todas as actividades de SLM na área do projecto e subseqüentemente, em todo o país.

136. **Objectivos Ambientais Globais:** Os Objectivos Ambientais Globais do projecto são reforçar a capacidade para uso sustentável da terra e recursos do país. O projecto obterá financiamento incremental da GEF para complementar outras fontes financeiras do GdA, PNUD, UNEP, FAO, UE e outros Parceiros no Desenvolvimento para empreender um programa para capacitação individual e institucional em SLM, integrando SLM nos planos e estratégias nacionais e para desenvolver aptidões de gestão da informação para SLM integrada.

137. **Limite dos Sistemas:** O projecto desenvolverá uma gama compreensiva de intervenções formuladas para remover barreiras a SLM; assim, aumentará a capacidade para conceber sistemas de gestão agrária sustentável que procurem resolver as causas primordiais da degradação do solo, e eliminem as ameaças aos benefícios ambientais globais. O projecto abordará os principais problemas identificados da exploração insustentável das florestas e agricultura inapropriada, e mitigar a degradação do solo causada pela erosão do solo e perda de fertilidade. Não lidará com a degradação do solo associada ao crescimento urbano. O projecto enfoca uma província piloto mas contém financiamento para sinergizar réplicas e escalonamento.

138. O trabalho inicial apresentado toma em consideração projectos e programas decorrentes actualmente e os que estão planeados para começar em 2007 e 2008. E incluem os que têm componentes de projecto com actividades relacionadas nas áreas de Capacitação, Integração e Gestão da informação bem como actividades de campo.

139. O financiamento providenciado através deste projecto, ambos de GEF e fontes adicionais de financiamento, servirão como investimentos incrementais, que visam primariamente a assistência na capacitação e melhoramentos. Os objectivos Ambientais Globais do projecto são criar aptidões para o uso sustentável do recursos agrários do país. O projecto obterá financiamento incremental da GEF para complementar outras fontes de fundos do governo de Angola (GdA) e do Escritório do PNUD no país, empenhado na implementação do projecto proposto. Deve ser salientado que o projecto foi concebido para abordar uma maior gama de actividades complementares de SLM para as quais o governo de Angola procura financiamento adicional.

140. A estimativa do custo para o trabalho de início como teria sido feita durante o período 2007 – 2010 está demonstrada abaixo², e está relacionada directamente com os Resultados e Objectivo do projecto e pode por conseguinte contar como co-financiamento. De notar que uma quantia significativa de co-financiamento em dinheiro foi já investida neste projecto. Financiamento em espécie ou do trabalho inicial relacionado não está reflectido em total do orçamento por não haver contas fiáveis disponíveis. Financiamento incremental da GEF enfocará capacitação seleccionada e elementos de disseminação que contribuirão ao contrabalanço dos benefícios ambientais globais.

141. Na área de capacitação, o governo, em colaboração com vários Parceiros no Desenvolvimento, investe em projectos diferentes. MINUA está a planear utilizar um total de aproximadamente 1 milhão de USD para um programa de conservação do solo no seu Plano de Acção Anual para 2007, dos quais 0.25 milhões serão gastos em sensibilização em técnicas de SLM. Neste plano de investimento de três anos de 2006 – 2008, MINADAR reservou um total aproximado de 0.5 milhões de USD para um programa de protecção dos recursos naturais e conservação do solo e água. Para o ano de 2007, a Direcção Provincial da Agricultura e os Departamentos de Educação Ambiental e Licenciamento Ambiental do Directorado Provincial de Urbanização e Ambiente (DPUA) orçamentaram um total de 2.2 e 1.5 Milhões de USD respectivamente para capacitação e formação em áreas relacionadas com SLM. O governo de Angola dedicou investimentos importantes (cerca de 2 milhões de USD) para futuro

² As estimativas são aproximadas e baseadas em consultas pessoais com o governo relevante e outros interessados. Documentos e informação do orçamento não são facilmente acessíveis em Angola nesta altura.

desenvolvimento da infraestrutura em ambos o campus da Universidade do Huambo e o Instituto de Agricultura instituído no Huambo. Parte deste desenvolvimento será financiado por um empréstimo de Espanha. A Faculdade de Agricultura investe cerca de 1 milhão de USD todos os anos no ensino do currículo obrigatório, na pesquisa e custos administrativos.

142. Outros projectos do governo com componentes de capacitação em SLM incluem: A Ecohouse no Huambo, um projecto de 3 anos e 143,660 USD financiado conjuntamente pelo GdA e um empréstimo do governo de Espanha.

143. Na integração de SLM no desenvolvimento económico e sectorial (incluindo PAN e PIMP/CSIF): o MINUA trabalha com um orçamento anual de 10 Mio US\$ ao sector do ambiente (estimativa baseada na atribuição orçamental de 2007), e aproximadamente 650,000 de USD são atribuídos a actividades de combate à desertificação. Pelo menos 21,120 USD são atribuídos ao co-financiamento em dinheiro pelo GdA a este resultado. Várias outras actividades relevantes como o trabalho em curso do MINADER, o desenvolvimento da Lei das Florestas, Vida Selvagem e Áreas Protegidas apoiada pelo Governo dos Países Baixos e a FAO, e a fase de implementação do projecto NBSAP despendem colectivamente cerca de 2 milhões de USD por ano.

144. ONGs do Ambiente recebem uma quantia aproximada de 500,000 USD p.a. (com base na atribuição de 2007) para implementação de actividades que contribuem ao combate da desertificação e implementação do PAN. Actividades incluem o desenvolvimento de material de sensibilização, seminários, e actividades de cooperação exterior a níveis de ONG e da comunidade. UNIDAE NBSAP atribuem aproximadamente .2 milhões USD a trabalho relacionado com a integração de SLM.

145. Co-financiamento adicional para este Componente está a ser negociado com o Mecanismo Global do UNCCD, que se comprometeu a apoiar o PAN. Além das actividades e custos do específico resultado do trabalho inicial, MINUA providenciou financiamento à Unidade de Gestão do Projecto incluindo aproximadamente 61,344 USD para o período de implementação proposto de três anos, que serão parcialmente investidos, mesmo se esta intervenção de projecto específica se não materializar.

4.2 Orçamento do Projecto

146. O custo total do projecto é de **1,875,000** USD (excluindo os 25,000 PDF A). A quantia requisitada da GEF é 750,000 USD, incluindo 25,000 USD já providenciados por GEF para implementação de PDF-A. Co-financiamento será providenciado pelo governo de Angola com 750,000 USD (350,000 em dinheiro; 400,000 em espécie) e 400,000 dos fundos de PNUD-CO TRAC. O co-financiamento total em dinheiro é de 750,000 US\$ enquanto que o co-financiamento total é de 1,150,000 USD, uma razão ao financiamento da GEF de 1:1 e 1:1.53 respectivamente.

147. A contribuição em espécie do GdA será principalmente para cobrir os custos da participação do pessoal no projecto, o custo de aluguer e manutenção das facilidades do projecto na província piloto a nível nacional; o custo da logística para realizar vários seminários diferentes e sessões de formação, bem como revisões de consulta. O co-financiamento detalhado está apresentado nos Quadros 4 e 5 (custo por resultados e empreendimentos e co-financiamento por fonte respectivamente).

Quadro 4: Plano de financiamento segundo o Resultado (ver Secção II Quadro dos Resultados Estratégicos, para análise detalhada do orçamento)

Resultado/empreendimento	GEF	Co-financiamento			Total
		PNUD	GdA dinheiro	GdA em espécie	
1: Capacitação para SLM	512,500	255,000	200,000	180,000	1,147,500
1.1: Um programa de formação/sensibilização em SLM para funcionários técnicos e decisores, estruturado e realizado na Província do Huambo.	120,000	85,000	75,000	70,000	350,000
1.2: Medidas de extensão sobre as melhores práticas em SLM concebidas e postas à prova no distrito do Huambo (incluindo secções sobre gestão de terras de pasto, gestão sustentável das florestas, melhores práticas agrícolas e produção e uso sustentáveis do carvão)	280,000	100,000	125,000	80,000	585,000
1.3. Incentivos para pesquisa focalizada em questões técnicas e socio-económicas em SLM como o efeito da posse de terra em SLM, eficiência da conversão de energia, etc. melhorados a níveis nacional e provincial no Huambo (instituições de ensino superior)	80,000	40,000		20,000	140,000
1.4: Módulo em gestão agrária sustentável disponível como opção no campus da Universidade Agostinho Neto no Huambo, nas Instituições de Formação de Professores e de Serviços de Extensão	32,500	30,000		10,000	72,500
2: Integração	90,000	50,000	65,000	45,000	250,000

Resultado/empreendimento	GEF	Co-financiamento			Total
		PNUD	GdA dinheiro	GdA em espécie	
Empreendimento 2.1: Plataformas para planeamento da coordenação e intercâmbio de conhecimentos relacionados com SLM estabelecidas e funcionais a níveis provincial e nacional	25,000	15,000	15,000	10,000	65,000
Empreendimento 2.2: Princípios de gestão agrária sustentável formulados, e disponíveis a orientação para a integração sistemática nas políticas nacionais relevantes, as estratégias e o contexto regulador e jurídico	50,000	20,000	10,000	10,000	90,000
Empreendimento 2.3: Governo central, juntamente com parceiros doadores e o governo descentralizado, encontraram meios de escalonar e disseminar “melhores práticas” em SLM da Província do Huambo ao resto do país.	15,000	15,000	40,000	25,000	95,000
3: Finalização do PAN	0	45,000	30,000	55,000	130,000
3.1. Finalização do PAN assistida e utilizada como contexto para SLM em Angola	0	5,000	10,000	20,000	35,000
3.2: Uma estratégia de comunicação formulada e implementada para aumentar a sensibilização do PAN e obter apoio político para o mesmo	0	30,000	10,000	10,000	50,000
3.3. Implementação do PAN monitorizada e a informação utilizada para programas adaptáveis de gestão de SLM	0	10,000	10,000	25,000	45,000
4: Plano do Investimento a Médio Prazo e respectiva Mobilização de Recursos	47,500	10,000	20,000	40,000	117,500
Empreendimento 4.1: A comissão de SLM inicia o processo de planeamento do CSIF para TerrAfrica/SIP, que incorpora o PIMP para iniciar implementação do Plano de Acção Nacional do UNCCD	30,000	10,000		10,000	50,000
Empreendimento 4.2: Financiamento garantido para o Plano do Investimento a Médio Prazo	7,500		10,000	10,000	27,500
Empreendimento 4.3: PIMP endossado pelo governo de Angola e concebido um sistema de monitoria para a sua implementação	10,000		10,000	20,000	40,000
5: Gestão e aprendizagem adaptáveis	75,000	40,000	35,000	80,000	230,000
5.1. Gestão do projecto eficaz estabelecida ambos a níveis nacional e provincial	15,000	10,000	15,000	10,000	50,000
5.3. Lições tiradas arquivadas e disseminadas	15,000	10,000	20,000	20,000	65,000
Unidade de Gestão do Projecto	45,000	20,000		50,000	115,000
TOTAL MP	725,000	400,000	350,000	400,000	1,875,000

Quadro 5: Descrição detalhada das estimativas das fontes de co-financiamento

Fontes de Co-financiamento				
Nome do co-financiador (fonte)	Classificação*	Tipo*	Montante (US\$)	Situação*
PNUD	Multilateral	Dinheiro	400,000	Confirmado
GdA	Governo	Dinheiro	350,000	Confirmado
GdA	Governo	Em espécie	400,000	Confirmado
Co-financiamento Total			1,150,000	

4.2.1 Explicação dos desvios de critérios e normas (se aplicável)

148. A concessão total requisitada à GEF é de 750,000 USD. O orçamento mais alto é justificado pelo facto de Angola ser um país vasto em termos de espaço geográfico e população; um país que está a emergir de décadas de guerra. Os anos de guerra tiveram impactos negativos na capacitação em todas as áreas técnicas de gestão ambiental e o país experiencia níveis sérios de degradação, com pouca capacidade para a abordar urgentemente. As necessidades de capacitação em SLM são por conseguinte enormes numa Angola pós-guerra. Mas, o país encontra-se em estado de recuperação o que representa uma grande oportunidade para integrar SLM, especialmente nos novos instrumentos de política. Há um grande empenho político para SLM, particularmente para capacitação e massificação a todos os níveis nas políticas, legislações e regulamentações emergentes. Isto é demonstrado pelo alto co-financiamento providenciado pelo governo, particularmente o co-financiamento em dinheiro de 350,000 US\$. Juntamente com o co-financiamento de PNUD TRAC, a razão de co-financiamento total em dinheiro é de 1:1; o que justifica a requisição de 750,000 USD da concessão de GEF.

✓ PARTE III: DISPOSIÇÕES DE GESTÃO

4.2.2 Governação da Implementação do Projecto

Contexto institucional e disposições para implementação do projecto

149. O projecto será implementado por um período de quatro anos começando em Setembro de 2007. Recomenda-se que os primeiros três meses sejam devotados unicamente ao estabelecimento (início) do projecto, aquisição, planeamento e análise dos problemas iniciais, e os últimos três devem ser essencialmente para os relatórios, definição das estratégias de sequência e para resolver qualquer questão de transição, estruturação e disseminação das experiências. O projecto será empreendido pelo MINUA, em cooperação com a DPUA, Huambo, em colaboração próxima com o MINDAR (a níveis nacional e provincial) bem como em consulta com os interessados relevantes. O projecto está estruturado como intervenção multiestratificada (Figura 1). Intervenções piloto de capacitação (Resultado 1) centrar-se-ão na Província do Huambo, onde a Unidade de Gestão do Projecto (PMU) estará sediada, e as actividades estratégicas de integração e financiamento bem como as iniciativas de escalonamento, serão geridas por um membro do pessoal adicional no MINUA em Luanda (Figura 2). O Conselho de Administração do projecto ficará na Província do Huambo, e as intervenções gerais serão orientadas pela Comissão de Coordenação Nacional do PAN (a ser organizada logo que o PAN seja aprovado).

Figura 6: Disposições de gestão do projecto

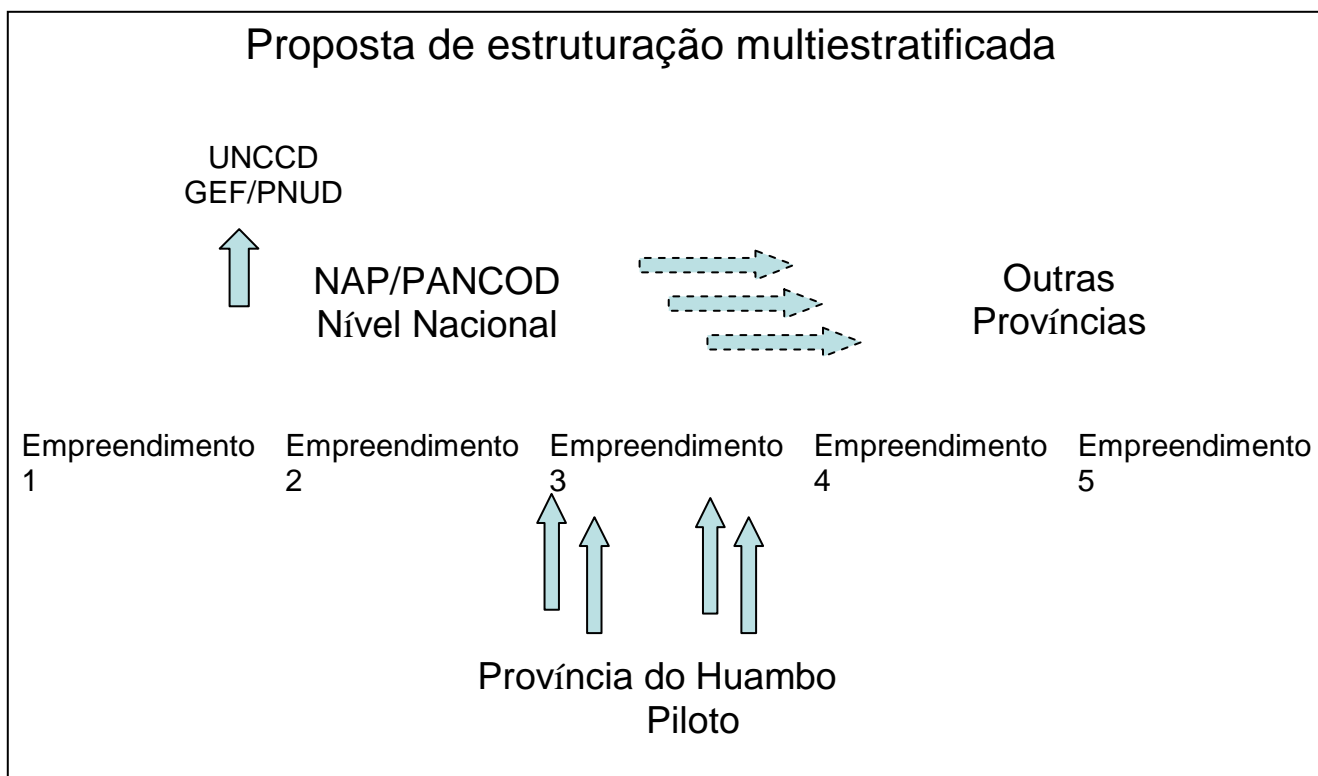


Figura 7: Disposição da Implementação do Projecto

150. A Agência de Implementação para o projecto será o Escritório do PNUD em Angola, com assistência da Unidade de Coordenação Regional (RCU) e GSU dos projectos LDS/SIDS em Pretória, África do Sul. O projecto será empreendido segundo os procedimentos de Execução Nacional (NEX) do PNUD. A agência de execução líder para o projecto será a Direcção Ambiental do MINUA, em conjunto com a DPUA e o MINADER no Huambo.

151. A nível provincial, um Conselho de Administração do projecto orientado à política (PB), co-presidido pela DPUA e o PNUD com um representante de MINUA e parceiros, orientará a implementação do projecto com a aprovação dos planos de trabalho anual e trimestral e o orçamento. Uma comissão técnica complementar (TC), com representação de uma grande variedade de interessados envolvidos na gestão agrícola sustentável e intervenções de projecto, será organizada como plataforma de intercâmbio de informação. A TC assistirá também na consolidação do plano e o empenho das partes interessadas para executarem as actividades acordadas. A TC pode providenciar orientação técnica e consulta à Comissão Directiva. Representação de ONGs, académicos, instituições de investigação e do sector privado é particularmente encorajada. A tarefa primária do Conselho de

Administração é definir as políticas e prover orientação (institucional, política e operacional), e direcção ao projecto para garantir que continua dentro do contexto acordado, e realiza os seus Resultados e Objectivos. A comissão Directiva do projecto reportará periodicamente à, e receberá orientação estratégica da, Comissão Nacional de Coordenação do PAN.

152. A implementação e monitoria das actividades diárias do projecto será da responsabilidade da Unidade de Gestão do Projecto (PMU) (Figura 2), baseada na Província do Huambo, com um Gerente do Projecto, Assistente de Finanças/Admin/, assistência secretarial e um motorista. O Gerente do Projecto também desempenhará funções a nível nacional, como Oficial Nacional, mas a sua base será no Huambo. O Gerente do Projecto facilitará a implementação das actividades nacionais com base na PMU. Devido à logística e situação de infra-estrutura em Angola, é essencial que a PMU tenha boa estrutura de assistência administrativa, financeira e de logística. Em Luanda o projecto estará alojado na Unidade NBSAP do MINUA, até ao estabelecimento da Unidade de Implementação do PAN prevista no PAN.

153. O Gerente do Projecto terá a responsabilidade geral da implementação do projecto, gestão, administração, relatórios técnicos e financeiros. Ele/a será assistido/a pelo pessoal de apoio necessário. A PMU administrará o processo de selecção para todos os contratos e recrutamento dos consultores locais; isto incluirá a preparação de TdR, chamada a concursos e organização do processo de selecção, seguindo os padrões internacionais do PNUD. A PMU administrará e coordenará a execução de todos os contratos. Critérios e procedimentos serão desenvolvidos para contratos fundamentados no desempenho com os provedores de serviços. Ao abrigo de contratos fundamentados no desempenho, o provedor de serviço será pago somente pelo trabalho completado. Trabalho parcialmente completado será pago proporcionalmente. A formulação dos Termos de Referência para pessoal chave está incluída na secção de informação detalhada.

154. Fundos da GEF serão administrados pelo PNUD. A PMU administrará todos os contratos com provedores de serviços locais. O PNUD avançará fundos para um período de três meses com base no plano de trabalho trimestral. No fim do período de três meses, a PMU apresentará o relatório financeiro/justificação das despesas e os fundos despendidos serão renovados pelo PNUD.

155. A responsabilidade pela provisão/impacto do projecto é fundamentalmente do PNUD, que actua como agência de implementação da GEF. O PNUD fará a monitoria de todas as actividades e empreendimentos, e garantirá que as actividades são realizadas em coordenação próxima com o MINUA e outras partes interessadas. Providenciará também serviços de apoio técnico e verificará a aderência ao plano de trabalho. O projecto cumprirá com a monitoria relevante, avaliação e requisitos de relatórios.

156. De modo a dar o reconhecimento apropriado à GEF pela provisão dos fundos, um logotipo da GEF aparecerá ao lado do logotipo do PNUD em todas as publicações relevantes do projecto da GEF, incluindo entre outras, equipamento do projecto e veículos adquiridos com fundos da GEF. Qualquer citação em publicações respeitantes a projectos financiados pela GEF oferecer-lhe-ão também o devido reconhecimento.

4.2.3 Requerimentos de Auditoria

157. Os resultados do projecto serão avaliados por auditoria anual para o ano fiscal de Janeiro a Dezembro segundo os procedimentos de NEX e os requisitos da Facilidade Ambiental Global. A auditoria será empreendida pelo Auditor Nacional ou outro auditor local credenciado por ambos o GdA e o PNUD-CO.

4.2.5 Contexto Jurídico

158. Este documento do projecto será o instrumento mencionado no Artigo 1 do Acordo de Assistência Básica Padrão (SBAA) entre o governo de Angola e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. A agência de implementação do país anfitrião deverá, para fins do SBAA, referir-se á agência de cooperação do governo descrita nesse Acordo.

159. O PNUD actua neste projecto como Agência de Implementação da Facilidade Ambiental Global (GEF), e todos os direitos e privilégios pertencentes ao PNUD em termos do SBAA serão aplicados '*mutatis mutandis*' à GEF.

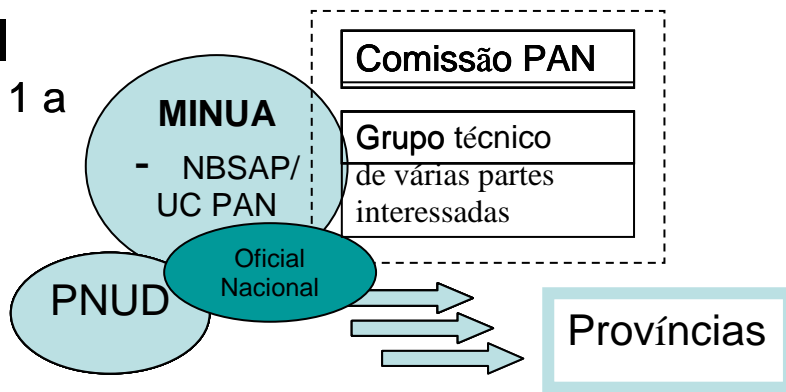
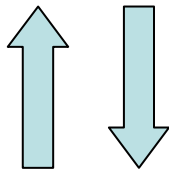
160. O Representante do PNUD Residente em Angola está autorizado a efectuar por escrito, os seguintes tipos de revisões a este documento do projecto, contanto que ele/a tenha verificado o acordo para isso e os outros signatários do documento do projecto não tenham objecções às alterações propostas:

- Revisões de, ou adições a, qualquer dos Anexos ao documento do projecto;
- Revisões que não envolvem mudanças significantes nos objectivos imediatos, empreendimentos ou actividades do projecto, mas que resultam do novo arranjo das contribuições já acordadas ou pelos aumentos nos custos devido à inflação;
- Revisões Anuais Mandatárias que re-programam a provisão das contribuições acordadas do projecto, ou reflectem o incremento nos custos devido à inflação, ou tomam em conta a flexibilidade de dispêndio da agência;
- Inclusão de Anexos adicionais e ficheiros relevantes ao documento do projecto

161. Direitos de propriedade intelectual de dados, conclusões de estudos, relatórios, etc. Todos os dados, conclusões de estudos, informação, relatórios, etc., produzidos com fundos do projecto PNUD/GEF são propriedade do GdA/PNUD.

Nível nacional

Empreendimentos 1 a 5



Província do Huambo

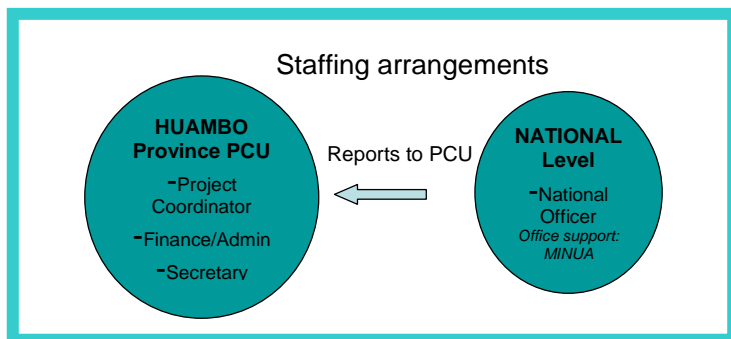
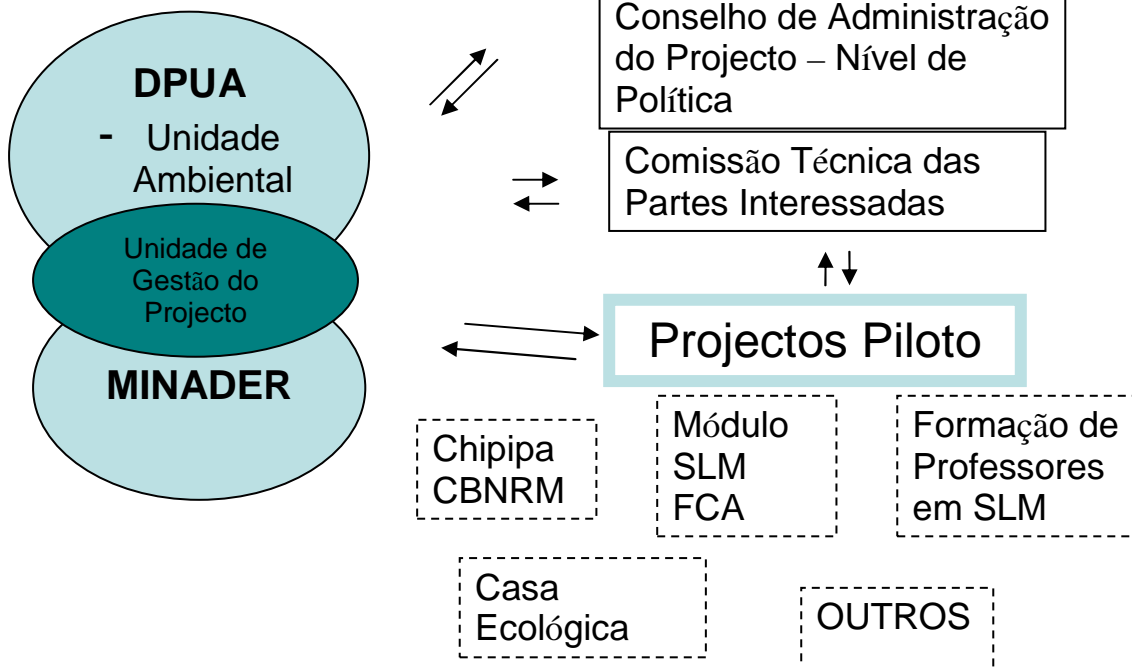


Figura 2: A Unidade de Gestão do Projecto ficará na Província do Huambo para fiscalizar directamente e gerir as intervenções piloto planeadas. O Gerente do Projecto desempenhará também a função de Oficial Nacional para facilitar as actividades do projecto a esse nível, a ver principalmente com empreendimentos 2 a 5.

Figura 8: Disposições do Projecto a Nível Nacional

4.3 PARTE IV: MONITORIA E AVALIAÇÃO

4.3.1 Plano de Monitoria e Avaliação

162. Actividades de M&E fazem parte cada vez mais importante da implementação do projecto GEF, com directivas formais, protocolos e jogo de ferramentas vindos de GEF, PNUD, do governo e da Unidade de Apoio Global do Portfólio do Projecto LDC-SIDS. O processo de M&E será utilizado para assistir na estratégia de gestão adaptável. Monitoria e Avaliação do projecto serão feitas segundo os procedimentos adoptados pelo PNUD e GEF para MPs ao abrigo do Portfólio do Projecto SLM como definido no jogo de ferramentas de M&E. O jogo de ferramentas foi estruturado para simplificar o desenho e implementação de M&E para projectos no portfólio de LDC SIDS. Apresenta indicadores obrigatórios e opcionais cuidadosamente seleccionados para quantificar o impacto e desempenho. Os indicadores estão contidos no Impresso de Revisão Anual do Projecto (Anexo 3), que deve ser preenchido anualmente – uma vez durante a formulação ou início do projecto e actualizado todos os anos. O conjunto de recursos não abrange a monitoria de administração detalhada do projecto como relatórios trimestrais, monitoria das contribuições, ou preparação e monitoria de planos de trabalho trimestrais, que são abrangidos por directivas do existentes PNUD.

163. M&E serão executadas pela Unidade de Gestão do Projecto (PMU) e o Escritório do PNUD no país (PNUD-CO) com assistência dos PNUD/GEF e o projecto do portfólio GSU – LDC-SIDS. A Matriz Lógica do Contexto na Secção II providencia indicadores de desempenho e impacto na implementação do projecto juntamente com os correspondentes meios de verificação. Os indicadores derivaram do Jogo de Ferramentas de M&E. Indicadores adicionais foram acrescentados para medir o impacto a nível local. A situação de referência apresentada neste documento utiliza também estes indicadores. Informação básica adicional sobre todos os indicadores obrigatórios e alguns opcionais seleccionados será documentada pelo projecto e apresentada ao Escritório do PNUD no País e à Comissão Directiva do Projecto usando o Impresso de Revisão Anual do Projecto MP Nacional (Anexo 3). Todas as questões e indicadores 'obrigatórios' e 'opcionais' serão completados durante o período inicial do projecto e actualizados todos os anos. O Impresso oferece a base para a revisão anual do progresso do projecto, realizações e pontos

fracos. Esta informação visa extrair as experiências que serão usadas em planeamento subsequente, para apoio a processos adaptáveis de gestão. Apóia também a reportagem e o planeamento do Escritório do PNUD no País de Angola. Uma vez completado, o impresso de Revisão será enviado ao Escritório do País que por sua vez o enviará ao GSU no primeiro trimestre da implementação do projecto.

164. A PMU fará a monitoria das actividades para garantir que são empreendidas apropriadamente e atempadamente, segundo o plano de trabalho e o orçamento. O Plano de Trabalho Anual, com uma Estratégia de M&E detalhada será apresentado durante o Seminário de Abertura quando do lançamento do projecto, e o relatório inicial preparado depois do seminário, mas não mais tarde que 3 meses depois do início do projecto. Além disso, a PMU assistirá na completção de vistorias anuais para actualizar o impresso de revisão do projecto LDC SIDS especialmente para os Indicadores Obrigatórios dos Objectivos e Resultados. Esforço especial será feito para seguir os seguintes Indicadores Obrigatórios: Níveis de sensibilização do público sobre a importância da gestão agrícola sustentável e a satisfação dos agricultores com a assistência técnica do projecto; o grau de entendimento para tomada de decisões; os níveis de adopção das Práticas de SLM, a redução na degradação do solo através de medidas como as mudanças na erosão do solo, recuperação e regeneração das florestas, e aumento na produtividade agrícola. Outros indicadores incluirão o grau de melhoramento no índice de eficiência para a produção e uso do carvão.

4.3.2 Monitoria e Avaliação

Fase Inicial do Projecto

165. Um Seminário de Abertura do Projecto será levado a cabo com toda a equipa do projecto, contrapartes do governo relevantes, parceiros no co-financiamento, o PNUD-CO e representantes da Unidade de Coordenação Regional de PNUD-GEF se apropriado. Um Objectivo fundamental deste Seminário de Abertura será assistir a equipa do projecto a compreender e assumir responsabilidade pelas Metas e os Objectivos do projecto, bem como finalizar a preparação do primeiro Plano Anual de Trabalho do projecto com base na matriz de enquadramento lógico do projecto. Isto incluirá a revisão do enquadramento lógico

(indicadores, meios de verificação, suposições), oferecendo informação adicional necessária, e com base neste exercício, finalizar o Plano Anual de Trabalho com indicadores do desempenho precisos e mensuráveis, e de modo consistente com os Resultados Previstos para o projecto.

166. Em mais, o objectivo do Seminário de Abertura será: (i) apresentar o pessoal do projecto à equipa ampliada do PNUD-GEF que assistirá o projecto durante a sua implementação, nomeadamente o pessoal do Escritório no País e da Unidade de Coordenação Regional; (ii) detalhar as funções, serviços de apoio e responsabilidades complementares do pessoal do PNUD-CO e da RCU vis à vis a equipa do projecto; (iii) providenciar um panorama detalhado dos requisitos de reportagem e de Monitoria e Avaliação (M&E) do PNUD-GEF, com ênfase particular nas Revisões Anuais da Implementação do Projecto (RIPs) e documentação relacionada, o Relatório Anual do Projecto (APR), as Reuniões de Avaliação Tripartidas, bem como as avaliações a meio-prazo e finais. Do mesmo modo, o Seminário de Abertura providenciará a oportunidade de informar a equipa do projecto do plano orçamental do PNUD relacionado ao projecto, revisões orçamentais, e re-programações orçamentais mandatárias. Há requisitos de M&E separados para este Portfólio Global de Projectos SLM, que deverão ser apresentados anualmente, ver a secção de informação detalhada.

167. O Seminário de Abertura oferecerá também a oportunidade a todas as partes de compreenderem as suas funções, desempenhos e responsabilidades nas estruturas de tomada de decisão do projecto, incluindo relatórios e linhas de comunicação, e os mecanismos de resolução de conflitos. Os Termos de Referência para o pessoal do projecto e estruturas de tomada de decisões serão revistos de modo a esclarecer para todos, as responsabilidades de cada uma das partes, durante a fase de implementação do projecto.

Monitoria das responsabilidades e eventos

168. A calendarização detalhada das reuniões de avaliação do projecto será formulada pela gestão do projecto, em consulta com os parceiros de with parceiros na implementação do projecto representantes das partes envolvidas, e incorporada no Relatório Inicial do projecto. Esta calendarização incluirá: (i) prazos provisórios para as Avaliações Tripartidas, reuniões da Comissão Directiva, (ou

mecanismos relevantes de consultoria e/ou coordenação) e (ii) Actividades de Monitoria e Avaliação relacionadas com o projecto.

169. Monitoria do progresso diário da implementação será da responsabilidade do Gerente do Projecto com base no Plano Anual de Trabalho do projecto e respectivos indicadores. O Gerente do Projecto informará a PCU e se necessário, o PNUD CO de quaisquer demoras ou dificuldades encontradas durante a implementação para que medidas apropriadas de assistência ou correctivas sejam adoptadas atempadamente e correctamente.

170. O Gestor do Programa do PNUD fará o ajuste fino dos indicadores do progresso e desempenho/impacto do projecto em consulta com toda a equipa do projecto durante o Seminário de Abertura, com apoio do PNUD-CO e assistido pela Unidade de Coordenação Regional do PNUD-GEF. Metas específicas para os indicadores do progresso do primeiro ano de implementação, juntamente com o seus meios de verificação serão desenvolvidas nesta Seminário, e serão utilizadas para avaliar se a implementação está a prosseguir ao passo previsto e na direcção certa, e farão parte do Plano Anual de Trabalho. As agências de implementação locais também tomarão parte no Seminário de Abertura no qual uma visão comum do objectivo geral dos projectos será instituída. Metas e Indicadores para os anos subsequentes serão definidas anualmente como parte da avaliação interna e processos de planeamento empreendidos pela equipa do projecto.

171. A mensuração dos indicadores do impacto relacionados aos benefícios globais ocorrerá segundo a lista definida no Seminário de Abertura e tentativamente delineada no Padrão de Mensuração do Impacto indicativo. A mensuração destes será executada através de subcontratos ou pagamentos adiantados às instituições relevantes (i.e. populações de espécies chave através de inventários) ou por estudos específicos que farão parte das actividades do projecto (i.e. quantificação dos benefícios do carbono de fornos mais eficientes ou através de inspecções para esforços de capacitação) ou por amostragem periódica como com a sedimentação.

172. Monitoria periódica do progresso da implementação será realizada pelo PNUD-CO através de reuniões trimestrais com o MINUA ou mais frequentemente, se for necessário. Isto permitirá a todas as partes fazer um inventário e solucionar quaisquer problemas relacionados ao projecto atempadamente, para

garantir a implementação sem dificuldades das actividades do projecto.

173. Os Escritórios de País do PNUD e PNUD-GEF RCU farão, como apropriado, visitas de campo anuais, ou mais frequentemente com base num plano acordado que será detalhado no Relatório Inicial do Projecto / Plano Anual de Trabalho. O objectivo das visitas será avaliar em primeira mão o progresso do projecto. Qualquer outro membro da Comissão Directiva pode também acompanhar a missão, como decidido pela mesma. Um Relatório da Visita de Campo será preparado pelo Escritório do País e circulado dentro de pelo menos um mês depois da visita, à equipa do projecto, a todos os membros da Comissão Directiva e PNUD-GEF.

174. Monitoria anual terá lugar com as Revisões Tripartidas (TPR). Esta reunião é ao mais alto nível de política das partes directamente envolvidas na implementação de um projecto. O projecto estará sujeito à Revisão Tripartida pelo menos uma vez por ano. A primeira dessas reuniões terá lugar nos primeiros doze meses do início da implementação total. O Gestor do Programa preparará um Relatório Anual do Projecto (APR) e apresentá-lo-á ao PNUD-CO e ao escritório regional de PNUD-GEF pelo menos dois meses antes da TPR para revisão e comentários.

175. A Revisão do Desempenho Anual (APR) será utilizada como um dos documentos básicos para discussão na reunião TPR. O proponente do projecto apresentará a APR à TPR, salientando questões de política e recomendações para a decisão dos participantes na TPR. O proponente do projecto informa também os participantes de qualquer acordo celebrado pelas partes interessadas durante a preparação da APR sobre como resolver questões operacionais. Revisões separadas de componentes do projecto podem também ser feitas, se necessário.

Revisão Tripartida Final (TTR)

176. A Revisão Tripartida Final tem lugar no último mês das operações do projecto. MINUA será responsável pela preparação do Relatório Final e da sua apresentação ao PNUD-CO e à Unidade de Coordenação Regional da GEF. Será preparado em esboço pelo menos dois meses antes da Revisão Tripartida de modo a permitir a revisão, e será utilizado como base das discussões na TTR. A Revisão Tripartida Final considera a implementação do projecto

como um todo, dando atenção particular a se o projecto realizou os seus objectivos declarados e contribuiu ao objectivo ambiental mais abrangente. Decide a estratégia para realizar acções, particularmente em relação à sustentabilidade dos resultados do projecto, e actua como veículo pelo qual as lições aprendidas podem ser capturadas para introdução em outros projectos em implementação de formulação.

177. A TPR tem a autoridade de suspender desembolsos se os padrões do desempenho do projecto não forem cumpridos. Padrões do desempenho são providenciados e serão expostos mais minuciosamente e acordados no Seminário de Abertura, com base nas taxas de provisão e avaliações qualitativas da realização dos empreendimentos.

4.3.3

Relatório de Monitoria do Projecto

178. O Gerente do Projecto juntamente com a equipa aumentada do PNUD-GEF serão responsáveis pela preparação e apresentação dos seguintes relatórios que formam parte do processo de monitoria. Itens (a) a (f) são obrigatórios e relacionados estritamente à monitoria, enquanto que (g) a (h) têm uma função mais abrangente e a frequência e natureza são específicas ao projecto e serão definidas através da implementação.

Relatório Inicial

179. Um Relatório Inicial do projecto será preparado imediatamente a seguir ao Seminário de Abertura, e terá de ser apresentado nos 3 meses da data de lançamento do projecto. Incluirá um Plano detalhado do Primeiro Ano/Anual de Trabalho dividido em prazos de três meses pormenorizando as actividades e os indicadores de progresso que orientarão a implementação durante o primeiro ano do projecto. Este Plano de Trabalho incluirá as datas de visitas de campo específicas, missões de apoio do PNUD-CO ou da Unidade de Coordenação Regional (RCU) ou consultores, bem como prazos para encontros das estruturas de tomada de decisões do projecto. O Relatório incluirá também o orçamento detalhado do projecto para o primeiro ano inteiro da implementação, preparado com base no Plano Anual de Trabalho, e incluindo quaisquer requisitos de monitoria e avaliação para

medir eficazmente o desempenho do projecto durante o período dos 12 meses enfocados.

180. O Relatório Inicial incluirá uma narrativa mais detalhada das atribuições institucionais, responsabilidades, acções coordenadoras e mecanismos de retroinformação de parceiros relacionados ao projecto. Além disso, será incluída uma secção sobre o progresso até à data do estabelecimento do projecto e actividades iniciais, e uma actualização em dia de qualquer mudança às condições externas que podem afectar a implementação do projecto.

181. Depois de finalizado, o relatório será distribuído às outras partes do projecto que terão o período de um mês de calendário para responder com comentários ou perguntas. Antes desta distribuição, o Escritório do PNUD no País e a A Unidade de Coordenação Regional PNUD-GEF verificará o documento.

Relatório Anual do Projecto (APR)

182. O APR é um requisito do PNUD e parte da vistoria central, monitoria e gestão do projecto do Escritório do PNUD (CO) no País. É um relatório de auto-avaliação pela gestão do projecto ao CO e oferece contribuições ao processo de reportagem do escritório no país, e representa uma contribuição chave à Revisão Tripartida do Projecto. Um APR é preparado anualmente antes da Revisão Tripartida do Projecto, e deve reflectir o progresso na realização do Plano Anual de Trabalho do projecto e avaliar o desempenho do projecto na contribuição aos resultados previstos, através de empreendimentos e trabalho de parceria.

183. O formato do APR é flexível mas deve incluir o seguinte:

- Uma análise do desempenho do projecto para o período de reportagem, incluindo empreendimentos realizados e, quando possível, informação sobre a situação do Resultado
- Os constrangimentos experienciados no progresso para alcançar os resultados e as razões para os mesmos
- Os três (pelo menos) maiores constrangimentos na realização dos resultados
- Plano Anual de Trabalho (AWP), CAE e outros relatórios de despesas (produzido o ERP)
- Lições aprendidas
- Recomendações claras para orientação futura na abordagem dos maiores problemas e falta de progresso

Relatório da Implementação do Projecto (RIP)

184. O Relatório da Implementação do Projecto (RIP) é um processo anual de monitoria mandatado pela GEF, que se tornou num instrumento essencial de gestão e monitoria para Gerentes de Projectos e oferece um veículo importante para extrair lições de projectos em curso. Uma vez o projecto implementado por um ano, o CO deve completar o Relatório de Implementação do Projecto juntamente com a equipa do projecto. O RIP pode ser preparado em qualquer altura durante o ano (Julho-Junho) e idealmente antes da TPR. O RIP deve então ser debatido na TPR para que o resultado seja um RIP acordado pela equipa do projecto, a agência de execução, o PNUD CO e a RC relevante.

185. RIPs individuais são recolhidas, revistas e analisadas pelas RCs antes de serem enviados aos grupos das áreas focais na sede do PNUD/GEF. Os grupos dos pontos focais apoiados pela Unidade do PNUD/GEF M&E analisam os RIPs por área focal, tema e região para questões/resultados e experiências comuns. TAs (Consultores Técnicos) e PTAs têm um papel muito importante nesta análise de consolidação.

186. As RIPs de áreas focais são então debatidos no encontro do Grupo de Trabalho da Inter-agência das Áreas Focais da GEF em ou à volta de Novembro todos os anos, e os relatórios consolidados por área focal são colacionados pela Unidade de M&E independente da GEF com base nas conclusões do Grupo de Trabalho. Em vista das semelhanças de ambos o ARP e o RIP, PNUD/GEF preparou um formato harmonizado para referência.

Relatórios Trimestrais do Progresso

187. Relatórios curtos delineando as actualizações principais do progresso do projecto e questões/constrangimentos principais encontrados serão providenciados cada trimestre ao Escritório do PNUD no País e ao escritório regional do PNUD-GEF pela equipa do projecto. Ver formato incluso.

Relatórios Temáticos Periódicos

188. Segundo o requisitado por PNUD, PNUD-GEF ou o Parceiro na Implementação, a equipa do projecto preparará Relatórios

Temáticos Específicos, centrados em questões específicas ou áreas de actividade. O requerimento para um Relatório Temático será providenciado por escrito à equipa do projecto pelo PNUD, e especificará claramente a questão ou actividades sobre as quais é necessário reportar. Estes relatórios podem ser utilizados como um exercício sobre as lições aprendidas, supervisão específica nas áreas principais, ou como exercícios de resolução de problemas para avaliar e superar os obstáculos e dificuldades encontrados. Requer-se ao PNUD que minimize os requisitos para Relatórios Temáticos, e quando tais forem necessários, que providencie prazos razoáveis para a sua preparação pela equipa do projecto.

Relatório Final do Projecto

189. Durante os últimos três meses do projecto, a equipa do projecto preparará o Relatório Final do Projecto. Este relatório compreensivo resumirá todas as actividades, realizações e empreendimentos do projecto, lições aprendidas, objectivos realizados ou não alcançados, estruturas e sistemas implementados, etc. e será a exposição definitiva das actividades do projecto durante a sua duração. Também definirá as recomendações para quaisquer medidas futuras que venha a ser necessário tomar para garantir a sustentabilidade e réplica das actividades do projecto.

Relatórios técnicos (específico ao projecto - opcional)

190. Relatórios técnicos são documentos detalhados que abrangem áreas específicas de análise ou especialização científica no projecto geral. Como parte do Relatório Inicial, a equipa do projecto preparará uma Lista esboço dos Relatórios, detalhando os Relatórios Técnicos que se espera sejam preparados sobre áreas de actividade importantes durante o curso do projecto, e datas provisórias para a sua entrega. Se necessário, esta Lista de Relatórios será revisada e actualizada e incluída em subsequentes APRs. Relatórios Técnicos podem também ser preparados por Consultores Externos e devem ser análises compreensivas e especializadas de áreas bem definidas no contexto do projecto e respectivos locais. Estes Relatórios Técnicos representarão, se apropriado, a contribuição substantiva do projecto a áreas específicas, e serão usados no trabalho para disseminar a informação relevante e melhores práticas a níveis local, nacional e internacional.

Publicações do Projecto (específico ao projecto - opcional)

191. Publicações do Projecto constituirão um método importante de cristalizar e disseminar os resultados e empreendimentos do projecto. Estas publicações podem ser científicas ou textos informais sobre as actividades e realizações do projecto, na forma de artigos de jornais, publicações multimédia, etc., e podem ser baseadas em relatórios técnicos, dependendo da relevância, valor científico, etc. destes relatórios, ou podem ser sumários ou compilações de uma série de relatórios técnicos, sinopses de política, e outros estudos. A equipa do projecto determinará se algum dos relatórios técnicos merece publicação formal e pode também (em consulta com o PNUD, o governo e outros grupos de partes interessadas relevantes), planear e produzir estas publicações em formato consistente e reconhecível. Recursos do Projecto devem ser definidos e reservados para estas actividades como apropriado e de maneira proporcional ao orçamento do projecto.

4.3.4 Avaliação Independente

192. O projecto será submetido a pelo menos duas avaliações externas independentes da seguinte maneira:

(i) Avaliação a Meio-prazo

193. Uma Avaliação independente a Meio-Termo será realizada a meio da implementação. A Avaliação a Meio-Termo determinará o progresso feito com a realização dos Resultados e identificará a correcção do curso, se necessária. Enfocará a eficácia, eficiência e oportunidade da implementação do projecto; salientará as questões que necessitam de decisões e acções; e apresentará as lições iniciais da formulação, implementação e gestão do projecto. As conclusões desta revisão serão incorporadas como recomendações para implementação melhorada durante a metade final do termo do projecto. A organização, termos de referência e timing da avaliação a meio-termo serão decididos depois de consulta entre as partes ao documento do projecto. Os Termos de Referência para esta Avaliação a Meio-Termo serão preparados pelo PNUD CO com base nas directivas da Unidade de Coordenação Regional e PNUD-GEF.

(ii) Avaliação Final

194. Uma Avaliação Final independente terá lugar três meses antes da última reunião da Revisão Tripartida, e enfocará as mesmas questões que a avaliação de meio-termo. A avaliação final examinará também o impacto e sustentabilidade dos resultados, incluindo a contribuição à capacitação e realização dos objectivos globais do ambiente. A Avaliação Final deve também providenciar recomendações para as actividades de sequência. Os Termos de Referência para esta avaliação serão preparados pelo PNUD CO com base nas directivas da Unidade de Coordenação Regional e PNUD-GEF.

CLÁUSULA DA AUDITORIA

195. O Governo providenciará o Director do País do PNUD com extractos de contas periódicos certificados, e com uma Auditoria Anual dos extractos de contas relacionados com a situação dos fundos do PNUD (incluindo os da GEF) segundo os procedimentos estabelecidos definidos nos manuais de programação e financeiros. A Auditoria será efectuada por Auditor legalmente credenciado do governo, ou por um Auditor comercial empregue pelo governo. Na ausência de um desses mecanismos as contas do projecto serão comprovadas segundo o contexto do Mecanismo de Execução Nacional do Escritório do PNUD do País em Angola.

Quadro 6: Monitoria e Avaliação Indicativa do plano de trabalho e orçamento correspondente

Tipo de Actividade de M&E	Partes Responsáveis	Orçamento US\$ <i>Excluindo o tempo do pessoal da equipa do</i>	Prazo
Seminário de Abertura (SA)	<ul style="list-style-type: none">▪ Coordenador do Projecto▪ PNUD CO▪ PNUD GEF	\$ 5000 (participantes a níveis nacional e provincial) [TB incluído no orçamento]	Nos dois primeiros meses do lançamento do projecto
Relatório Inicial	<ul style="list-style-type: none">▪ Equipa do projecto▪ PNUD CO	Nenhum	Imediatamente a seguir ao SA
Cálculo dos Meios de Verificação para os Indicadores do Objectivo do Projecto	<ul style="list-style-type: none">▪ Coordenador do Projecto fará a supervisão do alugar de instituições e estudos específicos, e atribuirá responsabilidades aos membros relevantes da equipa	A ser finalizado na Fase Inicial e Seminário. Custo indicativo \$ 5000	Início, meio e fim do projecto
Cálculo dos Meios de Verificação para o Progresso e Desempenho do Projecto (calculados anualmente)	<ul style="list-style-type: none">▪ Supervisão pelo Consultor Técnico do Projecto GEF e Coordenador do Projecto▪ Cálculos por funcionários de campo regionais e IAs locais	A ser determinado como parte da preparação do Plano Anual de Trabalho.	Anual; antes de prior to APR/RIP e segundo a definição de Planos Anuais de Trabalho
APR e RIP	<ul style="list-style-type: none">▪ Equipa do projecto▪ PNUD-CO▪ PNUD-GEF	Nenhum	Anual
TPR e relatório TPR	<ul style="list-style-type: none">▪ Contrapartes do Governo	Nenhum	Todos os anos,

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ PNUD CO ▪ Equipa do projecto ▪ Unidade de Coordenação Regional PNUD-GEF 		depois da recepção da APR
Reuniões da Comissão Directiva	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Coordenador do Projecto ▪ PNUD CO 	Nenhum	A seguir ao SA e subsequentemente, pelo menos uma vez por ano
Relatórios periódicos da situação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Equipa do projecto 	Nenhum	A ser determinado pela equipa do projecto e PNUD CO
Relatórios técnicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Equipa do projecto ▪ Consultores contratados, se necessário 	\$6,000	A ser determinado pela equipa do projecto e PNUD CO
Avaliação Externa de Meio-termo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Equipa do projecto ▪ PNUD- CO ▪ Unidade de Coordenação Regional PNUD-GEF ▪ Consultores Externos (i.e. Equipa de avaliação) 	\$20,000	A meio da implementação do projecto.
Avaliação Final Externa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Equipa do projecto, ▪ PNUD-CO ▪ Unidade de Coordenação Regional PNUD-GEF ▪ Consultores Externos (i.e. Equipa de avaliação) 	\$30,000	No fim da implementação do projecto
Relatório Final	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Equipa do projecto ▪ PNUD-CO ▪ Consultor Externo 	Nenhum	Pelo menos um mês antes da completação do projecto
Lições aprendidas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Equipa do projecto ▪ Unidade de Coordenação Regional PNUD-GEF (formatos sugeridos para documentar melhores práticas, etc.) 	Ver Resultado 5 & actividades CAS	Anual
Auditoria	<ul style="list-style-type: none"> ▪ PNUD-CO ▪ Equipa do projecto 	\$6,000	Anual
Visitas de campo (custos de viagens para o pessoal do PNUD devem ser para a conta da IA)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Escritório do PNUD no País ▪ Unidade de Coordenação Regional PNUD-GEF (se aplicável) ▪ Representantes do Governo 	Nenhum	Anual
CUSTO INDICATIVO TOTAL <i>Excluindo o tempo do pessoal da equipa do projecto e despesas de pessoal e viagens do PNUD</i>		\$56,000 (incluído no Resultado 5 do Orçamento do Projecto)	

5 SECÇÃO II: QUADRO DOS RESULTADOS ESTRATÉGICOS

5.1 Contexto da Matriz Lógica

Os Indicadores no quadro abaixo foram seleccionados do jogo de ferramentas de M&E GSU. Foram acrescentados alguns Indicadores adicionais para calcular o impacto local.

Estratégia do Projecto	Indicadores Verificáveis Objectivamente	Fontes de verificação	Riscos e Suposições		
Objectivo: Gestão agrária sustentável melhorada por maior provisão de serviços de extensão, contribuindo ao aperfeiçoamento do estado do ecossistema e a meios de vida mais rentáveis.					
	Indicador	Ponto de Referência	Meta		

<p>Objectivo: Aptidões de gestão agrária sustentável criadas para associados importantes em SLM e princípios de gestão agrária sustentável integrados em políticas nacionais, planos e processos.</p>	<p>Decisores a níveis nacional e local e o público, especialmente agricultores rurais estão altamente sensibilizados sobre a importância de SLM e já adoptam princípios de SLM na tomada de decisões e gestão agrária respectivamente</p> <p>SLM reflectida em Políticas Nacionais, Leis, Planos de Desenvolvimento e Investimento (i.e. uso sustentável do carvão reflectido numa política de energia, uma política CBNRM adoptada, etc.)</p> <p>Diminuição na erosão do solo em áreas piloto, acompanhada de um aumento na produtividade agrícola</p> <p>Restabelecimento das florestas em áreas piloto começa a tornar-se evidente e reflecte-se nas melhores taxas de regeneração de espécies importantes, desflorestação mais lenta, melhoramento no índice de plantações de árvores, melhor composição das espécies e índices de comunidades</p> <p>A Comissão Nacional/Grupo de Trabalho de SLM adopta o processo do plano de investimento do PAN e integra-o com o desenvolvimento do contexto de planeamento do CSIF para SLM.</p>	<p>SLM não está reflectida em nenhuma das políticas</p> <p>Aptidões para a gestão sustentável dos recursos desaparecidas durante a guerra, poucas existem hoje, e não são bem coordenadas</p> <p>Alguns decisores começam a reconhecer a importância de SLM, mas muito poucos, e ainda não encontraram maneira de a integrar na formulação de políticas</p> <p>PAN em preparação mas ainda não aprovado, e sem plano de financiamento</p>	<p>A meio prazo aprovado o PAN e utilizado como contexto para a coordenação de SLM</p> <p>A meio prazo acabados os manuais de instrução e a formação iniciada na Província</p> <p>Ao fim do projecto os manuais de instrução em SLM foram aperfeiçoados e disponibilizados para formação de funcionários técnicos, em serviços extensão e gestores agrários em todo o país de Angola.</p> <p>A meio prazo, revistas as políticas principais para SLM e ao fim do projecto já revistas para integração em SLM</p>	<p>Planos nacionais revistos</p> <p>Avaliação rápida dos níveis de sensibilização em SLM entre associados, que estabelece os elos entre sensibilização-mudança de atitude-mudança de comportamento nesta cadeia de eventos</p> <p>Relatórios anuais do MINUA e da universidade Relatórios de desenvolvimento anuais distritais e provinciais Contexto de M&A documentado Empreendimentos da Comissão de SLM incluindo documentação CSIF segundo as directivas de TerrAfrica, compatíveis com os processos do PAN</p>	<p>Que o empenho político sustido para integrar abordagens de SLM nos planos nacionais a longo prazo continuará, para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>Que a economia sustrará ganhos incrementais do investimento em práticas de gestão agrária sustentável, providenciando incentivos aos lavradores para aceitarem medidas de serviços de extensão em SLM, que depende dos agentes de extensão poderem oferecer aos lavradores pacotes que fazem sentido</p> <p>Que questões de regime de propriedade e recursos não criem motivação negativa que desencoraje a adopção de melhores práticas</p>
--	---	---	--	--	--

<p>Resultado 1: Desenvolvida a capacidade individual e institucional para SLM</p>	<p>Uma instituição forte (MINUA) que actua como agência nacional para SLM e estabeleceu um mecanismo interministerial para coordenação de SLM no país</p> <p>75% do pessoal dos serviços de extensão têm aptidões, perícia e recursos para prover assistência técnica em SLM às comunidades rurais; medidas de extensão de SLM formuladas com base nos benefícios de custo e melhores práticas, e experienciadas numa Província, e alcançam pelo menos 85% dos gestores agrários/agricultores na província.</p> <p>Directivas, Manuais, Protocolos que definem as melhores práticas e jogos de ferramentas em SLM formulados e utilizados</p> <p>Serviços de extensão agrícola rejuvenescidos, recomendando as práticas de gestão agrária sustentável em sequência a abordagens participatórias de extensão</p> <p>Inovações pelos próprios agricultores e gestores agrários reconhecidas, documentadas e disseminadas Um currículo para ensino de SLM disponível para colégios e universidades</p>	<p>Presentemente não há uma instituição encarregada da responsabilidade de SLM ou de coordenar a integração de SLM nas políticas e planos de desenvolvimento</p> <p>Há muito poucos funcionários técnicos ou gestores agrários com aptidões específicas em SLM, e as poucas aptidões existentes não estão actualizadas nem são fundamentadas na realidade angolana</p> <p>Nenhumas directivas ou manuais em SLM ou extensão de SLM disponíveis actualmente</p> <p>Serviços de extensão são fracos e sem ferramentas específicas para lidar com SLM</p> <p>Presentemente, muitos lavradores introduzem inovações próprias (força das circunstâncias) mas são raramente reconhecidas ou documentadas; e há pouca troca de experiências entre eles. Além disso, há muitíssimo pouca pesquisa aplicada em SLM</p>	<p>A meio prazo tem lugar a formação na província e as aptidões são aplicadas de tal modo que actividades piloto exitosas têm lugar nas comunidades na área de Chipita, com foco em melhores práticas de gestão agrária sustentável como a produção de carvão e energias alternativas, rendimentos alternativos, melhores práticas agrícolas etc.</p> <p>A meio prazo o relevante currículo em SLM está formulado (campus da Universidade A. Neto, no Huambo)</p> <p>A meio prazo, um processo para identificar e recompensar inovações por agricultores está a ser implementado e os agricultores participam na pesquisa aplicada em parceria com a universidade.</p>	<p>TPR com relatório anual com base em visitas de campo Relatório Final do Projecto Newsletters periódicas e relatórios de seminários Relatórios das avaliações a meio-termo e final do projecto Relatórios distritais e provinciais Relatórios da Universidade</p>	<p>Outros parceiros no desenvolvimento, ONGs e outras organizações de desenvolvimento / ambientais estão prontos a empenharem-se na integração de SLM nos seus programas práticos no sector de desenvolvimento rural</p> <p>Indivíduos suficientemente interessados e receptivos disponíveis para formação</p> <p>Disponibilidade sustida de oportunidades de formação, através da cooperação bilateral e multilateral</p> <p>Instituições receptivas às mudanças</p> <p>Instituições capazes de reter a mão de obra treinada</p>
--	---	---	--	---	---

<p>Resultado 2: SLM incorporada no desenvolvimento económico e sectorial</p>	<p>Políticas relevantes contêm secções específicas sobre, e seguem princípios de SLM.</p> <p>Decretos & regulamentos a ver com SLM actualizados e harmonizados</p> <p>Projectos de investimento (i.e. na agricultura) são rotineiramente verificados para aderência aos princípios de SLM</p> <p>Um contexto eficaz de colaboração entre todas as partes interessadas em SLM incorpora 100% dos sectores e actores relevantes</p> <p>Um sistema de M&E funcional e um Plano de Investimento / CSIF aprovado; Ministérios principais (finanças e planeamento) fazem parte do contexto de colaboração e têm conhecimento dos custos e benefícios económicos de SLM; apoio político para SLM a nível nacional existe e influencia a implementação da agenda de SLM</p>	<p>Nenhuma política de SLM estabelecida, políticas relevantes não reflectem SLM adequadamente e não há directivas para integração de SLM</p> <p>PAN ainda não aprovado pelo Parlamento</p> <p>As províncias não estão envolvidas no processo actual do PAN</p> <p>1 Plano Nacional de Gestão Florestal desactualizado; Nenhunas directivas / manuais de</p>	<p>A meio prazo, uma directiva sobre a revisão e massificação de SLM nas políticas disponíveis, e ao fim do projecto, princípios de SLM integrados no contexto de políticas</p> <p>Ao fim do projecto, promulgados os decretos & regulamentos harmonizados</p> <p>A meio prazo, 25% dos políticos têm conhecimento de SLM, LD e PAN e mais de 75% ao fim do projecto</p> <p>A meio prazo 50% dos lavradores na Província do Huambo têm um certo nível de entendimento sobre as opções de SLM e mais de 75% ao fim do projecto</p>	<p>Documentos de política</p> <p>Notificações de Decretos / Regulamentos na Gazeta Oficial</p> <p>Relatórios Nacionais Anuais do Sector</p> <p>Relatórios de Avaliação</p> <p>Estudos</p>	<p>Apoio político para integração de SLM continua entre os decisores</p> <p>Outros associados no Desenvolvimento Rural, Agricultura e Sector de Gestão dos Recursos Naturais estão prontos e decididos a participar num programa de gestão adaptável para partilharem experiências de SLM</p> <p>Partes interessadas dispostas a trocar informação</p>
---	---	---	---	---	--

<p>Resultado 3: <i>Programa de Acção Nacional completado</i></p>	<p>PAN aprovado, adoptado e disseminado como mecanismo de coordenação de SLM</p> <p>Estabelecido o mecanismo de monitoria do PAN</p>	<p>Esboço do PAN existe, ainda não aprovado ou reconhecido vastamente como mecanismo de coordenação</p> <p>The few partes interessadas doing anything on SLM are not coordinated</p>	<p>A meio prazo um PAN aprovado é formulado, enviado à UNCCD, e utilizado como mecanismo para coordenação inter-sectorial de SLM</p> <p>PAN Anual revisto</p>	<p>Documento PAN; Lista de Distribuição; Comissão de Coordenação do PAN</p> <p>Monitoria e revisão dos documentos do PAN</p>	<p>PAN recebe endossamento político Capacidade disponível para implementar o PAN</p>
<p>Resultado 4: <i>Plano do Investimento a Médio Prazo a ser financiado e implementado e ligado a TerrAfrica</i></p>	<p>PIMP completado e adoptado com base nos princípios de SLM</p> <p>Empenhados 80% do financiamento para o PIMP</p> <p>Estabelecido o sistema de monitoria e revisão do PIMP</p> <p>Angola no programa de trabalho de TerrAfrica</p>	<p>Nenhum PIMP por conseguinte nenhum financiamento ou monitoria do plano</p>	<p>A meio prazo, o PIMP que adapta todos os princípios do Contexto do Investimento Estratégico no País de TerrAfrica (CSIF) é adoptado pelo processo de TerrAfrica com apoio abrangente do governo e outros doadores. Alguns projectos identificados através do processo do PIMP recebem financiamento e estão a ser implementados Ao fim do projecto Angola tornou-se activa no programa de trabalho de TerrAfrica</p>	<p>Plano de Investimento (documento);</p> <p>Actas de Reuniões / Seminários/ Conferências</p> <p>Revisão dos documentos do PIMP</p>	<p>Doadores e outros possíveis investidores interessados em investigar SLM</p>
<p>Resultado 5: <i>Gestão adaptável e instrução estabelecidas (Projecto gerido eficazmente)</i></p>	<p>Empreendimentos e metas do Projecto realizados</p> <p>Relatórios de monitoria do projecto preparados</p> <p>Auditorias do Projecto</p> <p>Lições aprendidas e disseminadas</p>	<p>Nenhum projecto</p>	<p>Empreendimentos e metas do Projecto realizados</p> <p>Preparados todos os relatórios de monitoria do projecto requeridos</p> <p>Auditorias das Finanças do Projecto</p> <p>Lições important e relevantes aprendidas, colacionadas e disseminadas</p>	<p>Documento e relatórios do projecto</p> <p>Relatórios de monitoria</p> <p>Documentos de auditoria</p> <p>Documentos técnicos</p> <p>Website</p>	<p>Cultura e capacidade de gestão adaptável disponíveis</p>

Quadro de Empreendimentos / Actividades

Empreendimento	Actividade	Ano 1				Ano 2				Ano 3			
		T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7	T8	T9	T10	T11	T12
Resultado 1: Melhor capacidade individual e institucional de SLM													
1.1. Um programa de formação / sensibilização em SLM funcionários técnicos e decisores nacionais, distritais e comunitários formulado e formação iniciada na Província do Huambo.	1.1.1. Fazer uma avaliação das exigências de capacidade e identificar as lacunas em formação/sensibilização dos funcionários técnicos categorizados para gestão sustentável das florestas, prados e agricultura apropriada												
	1.1.2. Formular uma estratégia de formação em SLM identificando claramente grupos enfocados e a informação a ser disseminada a cada grupo												
	1.1.3. Implementar a estratégia de informação na Província do Huambo, ajustar o material de instrução se necessário, e disponibilizar o matéria verificado para implementação nacional (implementação nacional a ser feita pelo GdA, com co-financiamento)												
	1.1.4. Monitorar a disseminação e efeitos do programa de formação na prática na Província do Huambo (os elos na mudança em sensibilização-atitude e prática)												
	1.2.1 Assistir o pessoal técnico sob o empreendimento 1, juntamente com as universidades e gestores agrários, a identificarem as melhores práticas em SLM categorizados pelo sistema de produção												
	1.2.2 Fazer uma avaliação das necessidades para identificar as contribuições necessárias para o processo de extensão exitoso, i.e. ciclos, níveis, medidas, folhetos de vídeos, fertilizantes, etc.												

Empreendimento	Actividade	Ano 1				Ano 2				Ano 3			
		T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7	T8	T9	T10	T11	T12
	1.2.3 Providenciar o pessoal de demonstração com material de campo e custos de manutenção para implementar a nova metodologia de extensão												
	1.2.4 Monitorar e rever o uso de serviços e processo de extensão, usar a informação para aperfeiçoar as contribuições e extensão (a agricultores e agentes da extensão)												
1.3: Incentivos para pesquisa aplicada em questões técnicas e socio-económicas de SLM como o efeito do regime de propriedade em SLM, eficácia da conversão de energia etc., melhorados a níveis nacional e da província do Huambo (instituições de ensino superior).	1.3.1 Identificar critérios e aplicá-los na selecção de institutos de ensino superior que se envolverão com o programa de pesquisa aplicada												
	1.3.2 Formular perguntas de pesquisa em processo participatório que envolve gestores agrários, agentes de extensão, funcionários técnicos e investigadores												
	1.3.3 Facilitar a pesquisa e o uso das respectivas conclusões no processo de SLM, especialmente no aperfeiçoamento do material de formação e medidas de extensão												
	1.3.2 Promover tecnologias indígenas – facilitar um processo para identificar as melhores inovações dos agricultores, assistir com a documentação e disseminação das inovações												
1.4: Módulo de gestão agrária sustentável disponível como opção no campus da Universidade Agostinho Neto no Huambo, em	1.4.1 Formular um currículo de SLM para as instituições de ensino superior (garantindo aplicabilidade para cada nível);												
	1.4.2 Avaliar os requisitos para adopção do currículo em cada instituição e trabalhar conjuntamente com cada uma para garantir que se cumprem os requisitos e se faz a adopção do currículo												

Empreendimento	Actividade	Ano 1				Ano 2				Ano 3			
		T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7	T8	T9	T10	T11	T12
Colégios de Formação de Professores e Instituições de Formação em serviços de extensão	1.4.3 Facilitar a colaboração entre a pesquisa aplicada e o ensino de SLM para garantir a interfertilização												
Resultado 2: Capacidade criada é utilizada para integrar e gerir o programa de SLM a longo prazo, nos sectores principais do país para garantir a coordenação													
2.1: Princípios de gestão agrária sustentável desenvolvidos e directivas para a integração sistemática nas políticas nacionais relevantes, e disponíveis estratégias e contextos jurídicos e reguladores	2.1.1. Desenvolver os princípios de SLM para integração nos instrumentos relevantes, i.e. as novas Políticas e Lei Nacionais para Conservação Florestal e de Áreas Protegidas, e formular directivas para a integração												
	2.1.2. Assistir na revisão dos planos e instrumentos de desenvolvimento relevantes, fazer recomendações sobre as mudanças necessárias para integrar princípios de SLM e advogar para a adopção das recomendações												
	2.1.3 Promover o Planeamento do Uso da Terra (LUP) sensível a SLM e escrutinar projectos e investimentos de desenvolvimento baseados nos princípios de SLM												
2.2. Plataformas para planeamento da coordenação e intercâmbio de conhecimentos relacionados com SLM estabelecidas e funcionais a níveis provincial e nacional	2.2.1. Assistir o governo a organizar a 'Comissão de Fiscalização de SLM' com TdR claros que definem a responsabilidade, mandato, participação representativa e financiamento para todas as partes envolvidas												
	2.2.2. Estabelecer uma rede de todas as partes interessadas em SLM												
	2.2.3 Facilitar o diálogo nacional sobre a melhor abordagem Angola adoptar um nível programático a SLM												

Empreendimento	Actividade	Ano 1				Ano 2				Ano 3			
		T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7	T8	T9	T10	T11	T12
2.3. Governo central, juntamente com parceiros doadores e o governo descentralizado, encontraram meios para escalar e disseminar 'a melhor prática de SLM' da Província do Huambo ao resto do país	2.3.1. Facilitar o trabalho da Comissão Directiva de SLM com todos os doadores e a sociedade civil, para desenvolverem mecanismos de coordenação e bases de dados da Actividade												
	2.3.2. Juntamente com o governo, usar áreas de demonstração no Huambo para advogar para mais investimentos de parceiros no desenvolvimento												
	2.3.3. Integrar advocacia no PAN sistemas de conhecimentos de TerrAfrica e assim, no CSIF de Angola												
Resultado 3: Plano de Acção Nacional (PAN) completado e implementado: Conscientização e escalonamento em todo o país; promoção do PAN													
3.1. Finalização do PAN apoiada e utilizada como contexto para trabalho de SLM em Angola	3.1.1. Advogar para aprovação do draft do PAN pelo GdA, e disseminar a documentação.												
	3.1.2. Facilitar o uso do PAN aprovado como contexto para actividades de SLM a níveis provincial e Distrital e mecanismo de coordenação multi-sectorial												
	3.1.3 Assistir o MINUA e Unidade do PAN no estabelecimento de um mecanismo de intercâmbio de informação, incluindo o website do PAN												
3.2. Uma estratégia de comunicação desenvolvida e implementada para sensibilizar ao PAN e obter apoio político para o mesmo	3.2.1. Formular uma estratégia de comunicação e disseminá-la para aumentar a sensibilização ao PAN												
	3.2.2. Monitorar a implementação do PAN e usar a informação para gestão adaptável de programas de SLM- esta Actividade será implementada a nível nacional pela Comissão Directiva de SLM em conjunto com empreendimentos 2.2 e 2.3												
Resultado 4: Plano do Investimento a Médio Prazo (PIMP) a ser financiado e implementado: PIMP (LD, BD, CC, outro) integrado													

Empreendimento	Actividade	Ano 1				Ano 2				Ano 3			
		T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7	T8	T9	T10	T11	T12
<i>desenvolvido e implementado a níveis nacional e provincial</i>													
4.1. Desenvolvido o Plano do Investimento a Médio Prazo para SLM	4.1.1. Organizar a equipa para o Plano do Investimento a Médio Prazo para os vários sub-setores relevantes, especialmente esforços de coordenação pelas unidades do projecto NBSAP e CC no MINUA, mas também outros interessados relevantes												
	4.1.2. Formular o draft do PIMP de maneira participatória, integrada e coordenada; fazer provisão para necessidades e estratégias provinciais versus as nacionais												
4.2. Financiamento garantido para o Plano do Investimento a Médio Prazo	4.2.1 Formular acções estratégicas prioritárias e disseminar o PIMP a todos os doadores / investidores potenciais e procurar e negociar garantias de investidores potenciais; 'treinar' negociadores na estratégia												
	4.2.2 Solicitar o mais alto empenho político para o PIMP do governo e partes interessadas; sensibilizar sobre esta estratégia do país e se necessário, realizar 'sessões de sensibilização' específicas com legisladores e decisores; integrado em CAS												
4.3. PIMP endossado pelo governo de Angola e um sistema de monitoria formulado para a sua implementação	4.3.1. Conceber monitoria para o PIMP e realizar revisões anuais do desempenho avaliadas contra o empenho dos doadores e o desempenho da implementação												
Resultado 5: Gestão Adaptável e ensino estabelecidos: estruturas de gestão relevantes operacionais e intervenções do projecto implementadas com êxito a níveis nacional e provincial													

Empreendimento	Actividade	Ano 1				Ano 2				Ano 3			
		T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7	T8	T9	T10	T11	T12
5.1. Unidade de Gestão do Projecto estabelecida	5.1.1. Organizar espaço para escritório, recrutar o pessoal, mobilizar o co-financiamento e comprar equipamento para o projecto												
	5.1.2. Estabelecer a Comissão Directiva do Projecto e facilitar as suas operações												
	5.1.3. Supervisionar a implementação das actividades do projecto e reportar as conclusões												
5.2 Sistema geral de ensino do projecto formulado e usado para assistir a gestão adaptável	5.2.1. Determinar a estratégia de aprendizagem do projecto												
	5.2.2. Empreender uma análise do género e socio-económica e usar as conclusões para criar uma estratégia do género para o projecto que garanta melhor enfoque das actividades do projecto e participação e partilha dos benefícios equitativas												
	5.2.3. Estabelecer a Monitoria e Avaliação do plano de acção do projecto (com base no sistema de M&E definido no prodoc), colher e usar a informação para adaptar a gestão (e implementação do projecto)												
	5.2.4. Facilitar as avaliações a meio-termo e final do projecto												

Orçamento total e Plano de Trabalho (para a contribuição dos GEF e PNUD)

Quadro 7: Orçamento e Plano de Trabalho para a Contribuição de GEF e PNUD

ID do Contrato:		00044526								
Título do Contrato:		PIMS 3379 Angola; Capacitação em SLM								
ID do Projecto:		00052416								
Título do Projecto:		PIMS 3379 Angola; Capacitação em SLM								
Parceiro na Implementação (Organismo de Execução)		MINUA								
GEF Resultado/ Atlas Actividade	Agente	ID do Fundo	Doador	Atlas Código do Orçamento	ATLAS Descrição do Orçamento	Montante Ano 1 (USD)	Montante Ano 2 (USD)	Montante Ano 3 (USD)	Total (USD)	Ver Nota do Orçamento
Resultado 1				71300	Consultores locais	50,000	30,000	50,000	130,000	1
				72100	Serviços de contrato a)	100,000	70,000	52,500	222,500	2
				72100	Serviços de contrato b)	40,000	40,000	35,000	115,000	3
				74500	Seminário	5,000	5,000	5,000	15,000	4
				74200	Publicações	15,000	10,000	5,000	30,000	5
				Sub-Total					210,000	155,000
Resultado 2: Integração	PNUD - NEX	62000	GEF	72100	Serviços de contrato	25,000	15,000	10,000	50,000	6
				71600	Viagens	5,000	5,000	5,000	15,000	7
				71200	Consultor internacional	10,000	10,000	5,000	25,000	1
				sub-total				40,000	30,000	20,000
Resultado 3 PAN formulado e utilizado como instrumento de coordenação	PNUD -NEX	62000	GEF			0	0	0	0	
Resultado 4: PAN apoiado por PIMP crível e ligado ao CSIF TerrAfrica.	PNUD - NEX	62000	GEF	71300	Consultores locais	20,000	15,000	12,500	47,500	8
71300				Consultores locais	20000	20000	20,000	60,000	9	
71600				Transporte	5,000	5,000	5,000	15,000	10	
sub-total GEF						25,000	25,000	25,000	75,000	
Projecto efectivamente gerido	Total do Projecto				295,000	225,000	205,000	725,000		

Quadro 8: Custo da Gestão

Componente	Semanas previstas para consultores	GEF	Outras fontes	Total do Projecto
Consultores recrutados localmente	100	60,000 ³	20,000	80,000
Consultores recrutados internacionalmente	30		50,000	50,000
Instalações de escritório, equipamento e comunicações			37,500	37,500
Viagens		15,000 ⁴	5,000	20,000
Diversos				0
Total		75,000	112,500	187,500

Quadro 9: Sumário dos Fundos por Resultados

Fonte de Fundos p/ Resultados	GEF	Contribuição Dinheiro do GdA	Contribuição em Espécie do GdA	PNUD	Total p/ Resultado
Resultado 1	\$512,500	\$200,000	\$180,000	\$255,000	\$1,147,500
Resultado 2	\$ 90,000	\$ 65,000	\$ 45,000	\$ 50,000	\$ 250,000
Resultado 3	\$ 0	\$ 30,000	\$ 55,000	\$ 45,000	\$ 130,000
Resultado 4	\$ 47,500	\$ 20,000	\$ 40,000	\$ 10,000	\$ 117,000
Resultado 5	\$ 75,000	\$ 35,000	\$ 80,000	\$ 40,000	\$ 230,000
Total p/ Fonte de Fundos	\$725,000	\$350,000	\$400,000	\$400,000	

³ Este montante assistirá as despesas de um Gerente Nacional do Projecto, um administrador do projecto e um funcionário de comunicações e dois consultores para as avaliações a meio termo e final do projecto. Inclui o custo do recrutamento, salários, e benefícios por 4 anos.

⁴ Este orçamento assistirá com o transporte para o pessoal do projecto, bem como o transporte para as missões das avaliações de meio termo e final.

Quadro 10: Consultores que trabalham para Componentes Técnicos

	Semanas previstas	GEF	Outras fontes	Total
Consultores locais	170	177,500 ⁵	150,000	327,500
Consultores internacionais	54	130,000 ⁶	50,000	180,000
Total	195	307,500	200,000	507,500

Nota Orçamental	Explicação
1: Consultores – locais, regionais e internacionais	Angola tem poucas pessoas especializadas em SLM. Consultores regionais e/ou internacionais serão contratados para empreender os muitos estudos técnicos e avaliações necessárias para assistir na formulação de um programa de desenvolvimento de aptidões inovadoras, providenciar formação e organizar um sistema de extensão com base nos conhecimentos. Em todos os casos, os consultores locais serão contratados para trabalhar de próximo com os consultores regionais e internacionais de modo a criarem as aptidões para os consultores locais. Os dois artigos do orçamento serão também utilizados para prover motivação para pesquisa aplicada pela universidade. Tópicos de pesquisa serão identificados de maneira participatória e a pesquisa formulada e empreendida. Isto assistirá também com a identificação de um processo que será empregado para encorajar inovações por gestores agrários e recompensá-los por elas.
2: Serviços contratuais – companhias	Serviços contratuais serão adjudicados a: (i) Duas instituições, uma internacional e uma nacional com competência técnica e experiência em SLM serão contratadas para conduzir formação e avaliações dos requisitos, e conceber material ambos material de formação e sensibilização, em SLM para agricultura apropriada e terras de pastos. As companhias proverão também formação e material adaptado para uso no país. Trabalharão depois com o governo provincial e nacional para estruturarem as medidas de extensão.
3: Serviços contratuais – indivíduos	Consultores serão identificados e contratados para fazer avaliações dos requisitos actuais de formação e sensibilização sobre silvicultura sustentável, particularmente sobre o uso da energia proveniente da biomassa lenhosa. A companhia providenciará liderança inovativa na área de produção, marketing e uso do carvão, incluindo directivas no conceito do desenvolvimento da análise de modelos de extensão exitosos, formulação de currículos e preparação de modelos de formação. Esta é a valorização global incremental. Os consultores de companhias e indivíduos trabalharão de próximo com consultores nacionais e o pessoal para criação de aptidões através do 'aprender fazendo' a todos os níveis no país.
4: Seminário	Custos nacionais e locais para organizar discussões técnicas, formação profissional em tópicos relacionados a SLM, disseminar conclusões da pesquisa, análises, processos de sensibilização à integração – que abrangem rendas e per diems nos distritos enfocados e uma viagem de investigação às áreas de campo remotas, onde actividades correntes de SLM têm lugar.
5: Publicações	Parceiros produzirão manuais de formação interactivos e uma análise de SLM em vários tópicos (conservação do solo, gestão sustentável dos das terras de pastagem, produção e uso sustentáveis do carvão, etc.)
6	Consultores serão contratados para conceber um método de avaliação dos contextos de desenvolvimento para SLM e respectiva integração nas políticas e contextos de

⁵ Como já dito na informação de fundo, aptidões de SLM em Angola são muito fracas, e os poucos consultores disponíveis muito caros. Este artigo do orçamento apoiará os muitos estudos técnicos necessários para a maioria dos resultados. Assistirá com 48 semanas por ano, durante 4 anos, a um custo médio de US\$ 300 por dia (recrutamento, honorários e DSAs).

⁶ Como explicado acima, aptidões pós-guerra em Angola são muito fracas. Um consultor internacional será contratado para assistir os consultores locais nos muitos estudos técnicos necessários para todos os resultados. Este assistirá com cerca de 54 semanas a um custo médio de US\$ 600 por dia (recrutamento, honorários e DSAs.)

	desenvolvimento. Os consultores instruirão as partes interessadas a usar as directivas e a integrar SLM. Os consultores assistirão também o governo a identificar os meios mais apropriados para escalonar e disseminar as ‘melhores práticas’ de extensão. Por conseguinte, os consultores assistirão o governo a usar áreas de demonstração nas várias regiões para advogar para mais investimento de outros parceiros no desenvolvimento e no sector privado, e integrar advocacia no PAN e sistemas de conhecimentos de TerrAfrica Knowledge, e assim no CSIF de Angola.
7	Uma companhia local será contratada para assistir o governo a organizar a ‘Comissão de Fiscalização de SLM’ (com base na Comissão directiva), com TdR bem definidos que explicam a responsabilidade, o mandato, a participação representativa e financiamento para todas as partes envolvidas. Os consultores assistirão também a Comissão a trabalhar com todos os doadores a SLM e a sociedade civil, a desenvolverem mecanismos de coordenação e bases de dados das actividades. Além disso, os consultores farão uma análise da melhor prática e das lições aprendidas com TODAS as intervenções de SLM, e manterão esta informação num sistema de “gestão da informação” ao vivo.
8	Consultores locais serão assalariados para trabalharem com a companhia contratada (nota do orçamento 12) e assistirem o governo a desenvolver um Plano do Investimento a médio prazo ligado ao Contexto do Investimento Estratégico no País de TerrAfrica. Enquanto os consultores individuais assistem com a elaboração do PIMP, a companhia local assistirá o governo a formular acções estratégicas prioritárias do PIMP e a mobilizar recursos financeiros para a sua implementação.
9	Consultores locais serão contratados (da província) para coordenarem actividades nas áreas piloto. Um Assistente Administrativo será empregado para assistir na implementação do projecto. Este artigo do orçamento será também usado para contratar consultores locais a participarem nas avaliações de meio-termo e final.
10	Assistir com viagens relacionadas às administração e avaliação do projecto

6 Secção III: INFORMAÇÃO ADICIONAL

6.1 Respostas à Revisão de GEFSec

Comentário de GEFSEC	Resposta	Local onde o documento foi revisto

6.2 Carta de endosso para o ponto focal operacional da GEF

CARTAS DE CO-FINANCIAMENTO

6.4 Anexo 1: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS PARA REMOÇÃO DE AMEAÇAS, CAUSAS PRIMORDIAIS E BARREIRAS

Nota: A matriz da estratégia para remoção das ameaças, causas primordiais e barreiras, e da actividade de referência está dividida em várias áreas temáticas que, na narrativa foram resumidas sob menos títulos. A maior distribuição de temas na matriz permite uma análise mais aprofundada das questões principais.

Ameaça/Impacto	Causas primordiais	Questões de gestão/barreiras principais	Soluções: Intervenções do projecto/actividade de remoção	Actividade de Referência
Práticas de agricultura insustentável e a gama complexa de recursos: agricultura extensiva do pequeno agricultor (de sequeiro, uso de fogo para desbravar a terra; gestão da criação de gado), aumento sem orientação do investimento no sector agrícola agricultura comercial em grande escala); necessidade de segurança alimentar versus a carência de políticas de sustentabilidade ambiental, incl. estudos do impacto ambiental (EIAs) e monitoria do impacto ambiental devido à agricultura intensiva				
Desflorestação	Concentração de populações em áreas sem minas terrestres	<i>Política, legislação e aplicação</i>	Aprovação da política e lei das florestas, vida selvagem e áreas de conservação	MOSAP
Perda de fertilidade do solo	Períodos de repouso curtos	Política e legislação sobre a silvicultura em formulação	Disseminação da política acima e instrumentos jurídicos	FAO e assistência holandesa à formulação de política e legislação sobre florestas, vida selvagem e áreas de conservação
Soil depletion and erosion	Reassentamento das populações	Carência de orientação de política para equilíbrio entre o pequeno agricultor a agricultura comercial	Sensibilização sobre tecnologias e técnicas de produção alternativa (extensão florestal e agrícola)	Desenvolvimento rural e outras intervenções de ONGs
Baixa produtividade da agricultura do pequeno agricultor	Pobre infra-estrutura de irrigação em todo o país	Capacidade limitada das autoridades florestais e ambientais para monitorar actividades de exploração florestal bem como a formulação e implementação de EIAs	Planeamento agrário e avaliação estratégica ambiental a nível de província	Planos de irrigação (Ministério da Agricultura, Obras Públicas and Água e Energia)
Poluição do solo e da água		<i>Capacidade técnica e financeira</i>	Melhoria do acesso ao crédito agrícola	
		Ausência de serviços de extensão sobre melhores práticas agrícolas	Gestão integrada da água e terra para aumentar a produtividade das cultivos de subsistência e comerciais	
		Acesso pobre ao crédito para investimento pelos agricultores em melhor agricultura	Melhoria do acesso a mercados agrícolas e infra-estrutura de estradas	
		<i>Capacidade de implementação /capacidade de actuação</i>		
		Proprietários e agricultores a nível local carecem de	Melhoria da gestão dos recursos naturais	

aptidões para SLM; falta de informação, inovações, recursos financeiros, e estratégias de adaptação

pelas comunidades e capacidade de apoio aos agricultores

Exploração insustentável das florestas: grande parte da população rural depende dos recursos naturais para geração de energia, trabalho e rendimento; legislação desactualizada, aplicação inadequada da lei

Desflorestação, degradação florestal e agrária	Concentração das populações em áreas sem minas terrestres	<i>Política, legislação e aplicação</i>	Reabilitação das florestas: rearborização com espécies indígenas e exóticas	Viveiros e rearborização à volta da cidade do Huambo (Sacala) assistidos pela FAO
Perda de biodiversidade serviços de ecossistema	Períodos de repouso curtos	Política e legislação florestal em formulação, particularmente a ausência de instrumentos de planeamento da gestão, assistência à participação das comunidades na gestão dos recursos naturais, etc.	Planeamento do uso da terra e avaliação ambiental estratégica a nível de província	Assistência de FAO e da Holanda à formulação de políticas e legislação de florestas, vida selvagem e áreas de conservação
Degradação do ambiente	Reassentamento da população		Melhoramento do acesso ao crédito agrícola através de melhores serviços rurais de microfinança	
Necessidades incrementais de energia renovável	Exploração das florestas para satisfazer as necessidades de energia	<i>Disseminação da informação e sensibilização</i>		
Contribuição do sector florestal em geral mal representado na economia nacional, particularmente os produtos considerados de baixo valor como a biomassa para energia	Estratégias de meios de vida limitadas (emprego e geração de receita)	Disseminação inadequada de instrumentos de política e jurídicos sobre a terra, planeamento agrário e regulamentação de EIA	Identificação e implementação de iniciativas CBNRM	Desenvolvimento Rural e outras intervenções de ONGs
	Exploração da madeira para construção e indústria	<i>Pesquisa</i> Entendimento pobre da evolução e padrão de crescimento das espécies indígenas	Ligação com ONGs do ambiente para disseminação de instrumentos de política e jurídicos, incluindo o desenvolvimento de políticas nacionais	
	Número limitado de espécies exóticas usadas nas iniciativas de rearborização em África	<i>Capacidade de implementação/capacidade de actuação</i>	Fazer pesquisa sobre espécies e origens, para introdução na rearborização	
	Classificação inadequada dos produtos florestais não-madeira, já que é feita geralmente no sector informal	Proprietários e agricultores a nível local carecem de aptidões para SFM; falta de informação, inovações, recursos financeiros, e estratégias de adaptação	Ensaios de regeneração com espécies indígenas, crescimento e produção para estabelecer a viabilidade da rearborização com estas espécies	

Consumo insustentável de energia renovável / energia derivada de biomassa:

Baixo poder de compra de fontes de energia alternativa (SLM, electricidade e até mesmo energia solar)	Alto nível de pobreza nas áreas periurbanas e rurais Electricidade fornecida a menos de 20% da população O fornecimento instável de energia, mesmo às cidades principais como Luanda exacerba a dependência na biomassa (madeira) para energia Poucas oportunidades de emprego e acesso a outros serviços sociais, particularmente o ensino Conhecimentos limitados sobre alternativas de produção de energia eficaz e económica	<i>Políticas de desenvolvimento</i> Implementação do PRSP, dos OMDs, de estratégias de desenvolvimento a longo prazo retardada por questões relacionadas a prioridades, constrangimentos financeiros e de recursos humanos <i>Pesquisa</i> Pesquisa limitada em tecnologias alternativas e económicas de produção de energia <i>Capacidade de implementação /capacidade de actuação</i> Proprietários e agricultores a nível local carecem de aptidões para implementarem a uma melhor gestão da energia; falta de informação, inovações, recursos financeiros, e estratégias de adaptação	Promoção do desenvolvimento de pequenas empresas pela população rural Melhoramento do acesso a serviços financeiros para SME nas áreas rurais (melhor acesso ao crédito agrícola através de serviços de microfinança rural) Promover a pesquisa em tecnologias de produção de energia alternativa (incluindo uma análise das viabilidade económica e aceitação social) As autoridades de silvicultura e ambientais devem estabelecer um acordo com instituições académicas e de investigação, para empreendimento de pesquisa aplicada no país Promover formação de guardas florestais no estrangeiro, criando ao mesmo tempo condições para desenvolver as aptidões de formação em Angola Gestão melhorada dos recursos naturais pelas comunidades, e assistência às aptidões dos agricultores	Iniciativas do Ministério da Energia Ministério da Agricultura – tendências no consumo de energia de biomassa Pesquisa feita pelo sector agrícola
---	--	---	---	---

Estratégias de meios de vida limitadas: desemprego, que resulta na capacidade limitada em ambas as áreas urbanas e rurais de Angola, continua a ser um problema significativo, as minas terrestres continuam a impedir o acesso aos recursos rentáveis (florestas, vida selvagem e água)

Alta dependência dos recursos naturais	Incidência alta de pobreza nas áreas rurais	<i>Política</i> PRSP ainda não implementado completamente	Implementação do PRSP e monitoria das realizações dos ODMs
	Investimento limitado nas áreas rurais para criação de empregos	Investimentos concentrados em matérias primas de alto valor, particularmente as indústrias de minerais	Pesquisa sobre tecnologias agrícolas e o potencial dos recursos naturais renováveis
	Alto nível de analfabetismo	<i>Capacidade técnica</i> O número de agricultores, guardas florestais, economistas etc. treinados, que trabalham com assuntos de desenvolvimento rural, é limitado	Pesquisa sobre empresas viáveis de recursos naturais
	As minas terrestres continuam a impossibilitar o acesso à terra produtiva, à água e aos recursos florestais e de vida selvagem		Formação das comunidades e facilitação das actividades de CBNRM
	Acesso limitado a actividades alternativas de geração de rendimento	<i>Pesquisa</i> Falta de evidência com base em empreendimentos bem investigados e viáveis que podem ser implementados pelas comunidades locais	
	Capacidade e experiência limitada para empreender actividades de desenvolvimento incluindo a gestão participatória dos recursos naturais	<i>Capacidade de implementação/capacidade de actuação</i> Proprietários locais e agricultores carecem de aptidões para implementação de melhor gestão de energia; falta de conhecimentos, inovações recursos financeiros e estratégias de adaptação.	

Disposições do regime de propriedade, direitos dos utentes, atribuição e planeamento agrário: apesar do facto de que a Lei Agrária reconhece a lei consuetudinária e direitos *de facto* sobre os recursos, as provisões para garantia desses direitos não estão bem claras dado os usos e utentes potencialmente conflituosos dos recursos, a prevalência dos direitos aos recursos minerais em comparação com os recursos de superfície, etc.

<p>Insegurança da posse dos recursos</p> <p>O uso da terra não lhe maximiza o potencial agrário</p>	<p>Falta de regulamentos agrários que definam claramente os tipos e procedimentos para garantia dos direitos à terra e outros recursos pela população rural</p> <p>Falta de planificação urbana e agrária</p>	<p><i>Política, lei e instrumentos reguladores</i></p> <p>Formulação de regulamentos claros sobre a formalização de direitos colectivos com base na provisão actual para delimitação da terra</p> <p><i>Capacidade técnica e financeira</i></p> <p>Metodologias para planificação urbana e planeamento variam de simples exercícios de mapeamento ao uso mais complexo da digitalização da informação, monitoria da atribuição de terra em vista do potencial etc. – aptidões técnicas em GIS, inspecção e sensores à distância são essenciais</p> <p>Métodos de planeamento participatório</p> <p><i>Capacidade de implementação/capacidade de actuação</i></p> <p>Proprietários locais e agricultores carecem de aptidões para uso da terra e planeamento da gestão de recursos; falta de conhecimentos, inovações, recursos financeiros, estratégias de adaptação</p>	<p>Prioritarizar e formular a Lei de Concessão Agrária Rural</p> <p>Planeamento agrário e avaliação ambiental estratégica a níveis provincial e local</p> <p>Intervenção coordenada dos sectores relevantes e partes interessadas no processo de planeamento</p> <p>É essencial definir um nível razoável de detalhe do planeamento agrário</p>	<p>O governo parece ter dado prioridade ao desenvolvimento de planos provinciais</p>
---	---	--	---	--

Programas de reassentamento e reabilitação: ex-combatentes, refugiados internos e do exterior procuram retornar aos seus lares; remoção de minas terrestres está a ser feita com vista a restabelecer a população e promover actividades económicas.

Degradação do solo nas áreas de reassentamento	Falta de planificação urbana e do uso da terra	Politização de programas de reassentamento A urgência de reassentar a população pode deixar passar a provisão de terra 'sustentável' para reassentamento (há o risco de contribuir á criação de bairros de lata e outros bairros informais de reassentamento)	Planeamento do uso da terra e avaliação ambiental estratégica a nível de província	Revisão de programas de reassentamento
--	--	--	--	--

Anexo 2: Draft dos Termos de Referência para Consultoria Técnica

6.5.1 Draft dos Termos de Referência– Consultoria em CBNRM

Soluções de energia e meios de vida em Angola (Elisa) – Projecto de capacitação em SLM e combate à desflorestação

Antecedentes:

O projecto *LDC e SIDS Abordagem do Portfólio Designado para Capacitação e Massificação da Gestão Agrária Sustentável*, assiste 47 Países Menos Desenvolvidos (LDC) e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), (em África, Ásia, Pacífico e Caraíbas) que não completaram ainda os seus Planos de Acção Nacionais (PANs) ao abrigo da Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação (UNCCD), a desenvolverem aptidões individuais, institucionais e generalizadas para gestão agrária sustentável. Angola preparou um Projecto Mediano (PM) sob a Abordagem do Portfólio da Facilidade Global do Ambiente (GEF) (ao abrigo do Programa Operacional (OP) 15, Prioridade Estratégica (SP) 1). O projecto tem cinco Resultados chave relacionados à capacitação e massificação de SLM, elaboração e implementação do PAN e o desenvolvimento de um Plano de Investimento Nacional a Meio Prazo para SLM. O projecto elaborou actividades piloto de capacitação na Província do Huambo, onde será estabelecida uma Unidade de Coordenação do Projecto (PCU). Além disso, funções de apoio a nível nacional estão também planeadas.

Envergadura do trabalho

O consultor em CBNRM deve realizar as tarefas seguintes:

- Colher e compilar informação sobre a origem de CBNRM em pelo menos cinco países na África Austral, três dos quais com iniciativas florestais.
- Analisar os instrumentos de política e jurídicos bem como a lei consuetudinária que providencia incentivos ou de outro modo para participação da comunidade na gestão dos recursos naturais.

- Analisar as várias disposições institucionais e sistemas de apoio estabelecidos, e analisar o papel do governo, das agências doadoras e autoridades tradicionais ou outras formas de autoridade local para assistência com a implementação de CBNRM.
- Analisar os princípios e processos de CBNRM incluindo passos ou directivas seguidas pelos vários países e os respectivos resultados, dando atenção particular ao impacto nos meios de vida das comunidades e nos recursos.
- Analisar as estruturas elaboradas para o desenvolvimento de actividades de criação de receita, os sistemas de assistência incluindo, mas não só, avaliação e/ou valoração dos recursos, capacitação para o estabelecimento de negócios, sistemas de apoio financeiro, etc.
- Discutir os modelos de parcerias para implementação de CBNRM e os prós e contras, desafios e resultados.
- Analisar os modelos de mecanismos/abordagens para partilha dos custos e benefícios, e dos impactos a níveis individual e da comunidade.
- Traçar um paralelo e debater as questões e desafios na implementação de CBNRM no contexto de Angola em geral e do Huambo em particular.
- Compilar um relatório que saliente as recomendações sobre o possível rumo a seguir (sem ser prescritivo!!) para Angola.
- Apresentar as recomendações para as várias partes interessadas: governo a níveis nacional e provincial, unidade de implementação do projecto, ONGs locais e comunidades.
- Apresentar os resultados em fórum provincial para envolver todas partes interessadas na análise da experiência regional e a elaborarem o seu rumo (passos) para implementação da CBNRM em Chipipa, como área piloto.

Abordagem:

O trabalho deve ser baseado em revisão detalhada da literatura de experiências regionais, documentação de estudos de casos que ilustram as experiências positivas e negativas. Tudo isto deve ser complementado com análises das experiências em Angola (i.e. iniciativas dos FAO/MINADER) e o papel que a política, legislação e

conhecimentos técnicos tiveram na estruturação do ambiente capacitador necessário à implementação exitosa da CBNRM no país.

O/a consultor/a deve realizar a pesquisa inicial do seu país mas trabalhar de próximo com o Oficial Nacional e o Coordenador do Projecto, na estruturação do conteúdo contextualizado para Angola. O objectivo principal é envolver os actores mais importantes na implementação do projecto, para que haja bom entendimento da CBNRM e do que representa, para se poderem partilhar as experiências e evitar repetições dos erros, capitalizando ao mesmo tempo as experiências positivas.

Os resultados devem ser discutidos em seminário no Huambo, com as partes interessadas e a participação dos possíveis beneficiários de Chipipa.

Qualificações:

- Consultor internacional, preferivelmente com mestrado ou doutorado em gestão dos recursos naturais e estudos relacionados com o ambiente, e com experiência comprovada de implementação de CBNRM na África austral;
- Experiência demonstrada em ambos compreensão das questões de política e implementação prática de CBNRM (particularmente na área de silvicultura);
- Capacidade de contextualização dos conhecimentos regionais na gestão dos recursos naturais em Angola, questões de ambiente/desenvolvimento, bem como um bom entendimento da Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação (UNCCD);
- Pelo menos dez anos de experiência;
- Excelentes aptitudes de comunicação (escrita e oral);
- Experiência demonstrada de trabalho com as comunidades, parceiros do projecto de todos os sectores e particularmente o governo, doadores e o Sistema das Nações Unidas;
- Aptitudes inter-pessoais excelentes, competência para trabalhar num ambiente estrangeiro, e garantir relações de

- trabalho próximo e capacitação do pessoal local;
- Fluência ou capacidade de comunicar em Português será uma vantagem.

Duração e Remuneração:

O nível de esforço esperado é de 30 dias de trabalho num período máximo de dois a três meses. O consultor deve ser remunerado de acordo com os honorários definidos pelo Sistema das Nações Unidas em Angola.

6.5.2 Draft dos Termos de Referência para Consultoria em Avaliação Participatória dos Recursos e Planeamento do Uso dos Recursos

Soluções de energia e meios de vida em Angola (Elisa) – Projecto de capacitação em SLM e combate à desflorestação

Antecedentes:

O projecto *LDC e SIDS Abordagem do Portfólio Designado para Capacitação e Massificação da Gestão Agrária Sustentável*, assiste 47 Países Menos Desenvolvidos (LDC) e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) (em África, Ásia, Pacífico e Caraíbas) que não completaram ainda os seus Planos de Acção Nacionais (PANs) ao abrigo da Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação (UNCCD), a desenvolverem aptidões individuais, institucionais e generalizadas para gestão agrária sustentável. Angola preparou um Projecto Mediano (PM) sob a Abordagem do Portfólio da Facilidade Global do Ambiente (GEF) (ao abrigo do Programa Operacional (OP) 15, Prioridade Estratégica (SP) 1). O projecto tem cinco resultados chave relacionados à capacitação e massificação de SLM, elaboração e implementação do PAN e o desenvolvimento de um Plano de Investimento Nacional a Meio Prazo para SLM. O projecto elaborou actividades piloto de capacitação na Província do Huambo, onde será estabelecida uma Unidade de Coordenação do Projecto (PCU). Além disso, funções de apoio a nível nacional estão também planeadas.

Envergadura do trabalho

Os consultores deverão realizar as seguintes tarefas:

- Rever os métodos de avaliação dos recursos (convencionais e participatórios).
- Facilitar a um inventário participatório dos recursos com foco não só nos métodos científicos de quantificação dos recursos, mas nos que incorporam também os conhecimentos locais sobre o uso dos recursos.

- Compilar um relatório que inclua uma avaliação quantitativa e qualitativa dos recursos.
- Identificar os recursos potenciais que podem ser explorados ou valorizados para providenciarem diferentes opções de meios de vida às comunidades.
- Realizar um exercício participatório do planeamento das empresas possíveis, com foco nos recursos disponíveis, crescimento e escala de produção.
- Analisar as razões para a degradação do solo e das florestas e debater soluções reparadoras (incluindo a questão de quais as espécies – indígenas e/ou exóticas, que devem ser usadas e onde).
- Estabelecer um conjunto de critérios para identificação de áreas potenciais para rearborização, e outras soluções técnicas como agro-silvicultura e desenvolvimento de outras actividades na área de implementação do projecto (urbanização macro-nível como contribuição ao Planeamento Agrário futuro).
- Compilar um relatório de recomendações sobre os recursos potenciais e opções de meios de vida.

Abordagem:

Estudantes universitários podem ser mobilizados para participarem neste exercício, particularmente os que estudaram matérias relacionadas com a silvicultura. Assim, os consultores providenciarão formação no trabalho sobre aptidões de inventário básicas a este grupo, bem como aos membros da comunidade.

Informadores importantes devem ser incluídos no grupo do inventário, por exemplo o Soba (se suficientemente apto), mulheres, jovens, curandeiros tradicionais, produtores de carvão, etc., pois todos estão directamente interessados e podem partilhar informação sobre os usos dos vários recursos.

Os consultores devem trabalhar em colaboração próxima com o Oficial Nacional e o Coordenador do Projecto, no desenvolvimento do conteúdo contextualizado para Angola. O objectivo principal é

envolver os actores principais na implementação do projecto e num bom entendimento dos empreendimentos viáveis.

O trabalho deve ser muito interactivo, particularmente com a participação dos grupos focais, de modo a aumentar o seu entendimento das potencialidades e evitar que tenham expectativas que o projecto poderá não conseguir realizar num curto período de tempo. Os resultados do estudo devem ser apresentados num seminário das partes interessadas no Huambo, que deve incluir a participação dos possíveis beneficiários de CBNRM, re-arborização e outras actividades de criação de receita.

Qualificações:

- Consultores (internacionais e nacionais) preferivelmente com mestrado ou doutorado em silvicultura;
- Experiência demonstrada em inventários florestais e avaliações de outros recursos, alguns conhecimentos de silvicultura, de espécies exóticas e indígenas, degradação e gestão agrárias;
- Conhecimentos de avaliações participatórias dos recursos, particularmente no contexto de CBNRM e da Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação UNCCD) são desejáveis;
- Pelo menos dez anos de experiência;
- Excelentes aptitudes de comunicação (escrita e oral);
- Experiência demonstrada de trabalho com as comunidades, parceiros do projecto de todos os sectores e particularmente o governo, doadores, sector privado, sistema bancário em geral ou micro-crédito e o Sistema das Nações Unidas;
- Aptitudes inter-pessoais excelentes, competência para trabalhar em grupo e garantir relações de trabalho próximo e capacitação do pessoal local;
- Fluência ou capacidade de comunicar em Português será uma vantagem.

Duração e remuneração:

O nível de esforço esperado é de 60 dias de trabalho para cada um dos consultores por um período de três a quatro meses. Os

consultores serão remunerados de acordo com os honorários definidos pelo Sistema das Nações Unidas em Angola.

6.5.3 Consultoria sobre estudos da viabilidade de actividades alternativas para criação de receita

Soluções de energia e meios de vida em Angola (Elisa) – Projecto de capacitação em SLM e combate à desflorestação

Antecedentes:

O projecto *LDC e SIDS Abordagem do Portfólio Designado para Capacitação e Massificação da Gestão Agrária Sustentável*, assiste 47 Países Menos Desenvolvidos (LDC) e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), (em África, Ásia, Pacífico e Caraíbas) que não completaram ainda os seus Planos de Acção Nacionais (PANs) ao abrigo da Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação (UNCCD), a desenvolverem aptidões individuais, institucionais e generalizadas para gestão agrária sustentável.

Angola preparou um Projecto Mediano (PM) sob a Abordagem do Portfólio da Facilidade Global do Ambiente (GEF) (ao abrigo do Programa Operacional (OP) 15, Prioridade Estratégica (SP) 1). O projecto tem cinco Resultados chave relacionados à capacitação e massificação de SLM, elaboração e implementação do PAN e o desenvolvimento de um Plano de Investimento Nacional a Meio Prazo para SLM. O projecto elaborou actividades piloto de capacitação na Província do Huambo, onde será estabelecida uma Unidade de Coordenação do Projecto (PCU). Além disso, funções de apoio a nível nacional estão também planeadas.

Envergadura do trabalho

Espera-se que os consultores desempenhem as seguintes tarefas em oportunidades económicas:

- Revisão da literatura sobre o desenvolvimento de produtos naturais (produtos florestais de madeira e não-madeira) associados com CBNRM, particularmente na África austral.
- Facilitar discussões com grupos focais potenciais sobre os possíveis empreendimentos identificados previamente através de avaliação participatória dos recursos e estudos socio-económicos.
- Analisar o potencial de valorização e tecnologias para os vários recursos naturais associados com os empreendimentos identificados.
- Analisar os conhecimentos existentes (convencionais e indígenas/locais) e a experiência na realização dos vários empreendimentos.
- Analisar os incentivos económicos e fiscais para criação de empresas.
- Analisar as oportunidades e obstáculos ao desenvolvimento dessas empresas (por exemplo, qualificações da mão de obra, disponibilidade da formação, acesso a crédito, garantia dos direitos, etc.)
- Revisão de possíveis parcerias com o sector privado para melhorar o processamento e empacotamento de alta qualidade dos produtos comunitários.

- Fazer um estudo conciso da viabilidade (técnica, financeira, económica) de cada empresa e aconselhar sobre o curso de acção.
- Analisar questões de distribuição, como a partilha dos custos e benefícios entre os participantes activos no projecto e na comunidade em geral.
- Analisar o tipo de estruturas que devem ser estabelecidas para os grupos focais envolvidos nas várias empresas, para operarem de maneira *quasi*-formal.
- Compilar um relatório com recomendações respeitantes às actividades que devem ser promovidas, disposições institucionais e opções para diversificação das fontes de receita.
- Quando perdas de rendimento resultam de mudanças na gestão e regras de uso, estas devem ser salientadas para prover as comunidades com informação realista para tomadas de decisões.
- Analisar as fontes potenciais de financiamento para consolidação das actividades.

Abordagem:

Com base na avaliação participatória dos recursos e estudos socio-económicos – tipos de florestas, volume por ha, espécies, utilização, regeneração, estrutura da população, grupos étnicos, religião, funções dos homens e mulheres na tomada de decisões; actividades económicas realizadas por grupos de pessoas diferentes, questões de regime de propriedade, iniciativas de desenvolvimento rural existentes, etc. – previamente levadas a cabo pela unidade de implementação do projecto, analisar as actividades potenciais de criação de receita.

Os consultores devem trabalhar em colaboração próxima com o Oficial e o Coordenador do Projecto no desenvolvimento do conteúdo contextualizado para Angola. O objectivo principal é envolver os actores principais na implementação do projecto e num bom entendimento dos empreendimentos viáveis.

O trabalho deve ser muito interactivo, particularmente com a participação dos grupos focais, de modo a aumentar o seu entendimento das potencialidades e evitar que tenham expectativas que o projecto poderá não conseguir realizar num curto período de tempo. Os resultados do estudo devem ser apresentados num seminário das partes interessadas no Huambo, que deve incluir a participação dos possíveis beneficiários de CBNRM, rearborização e outras actividades de criação de receita.

Qualificações:

- Consultores (internacionais e nacionais) preferivelmente com mestrado ou doutorado em economia, economia dos recursos naturais, economia agrícola e gestão dos recursos naturais e estudos relacionados com o ambiente;
- Experiência em estudos da viabilidade (técnicos, financeiros e socio-económicos);
- Conhecimentos de CBNRM e da Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação UNCCD) são desejáveis;
- Pelo menos dez anos de experiência;
- Excelentes aptitudes de comunicação (escrita e oral);
- Experiência demonstrada de trabalho com as comunidades, parceiros do projecto de todos os sectores e particularmente o governo, doadores, sector privado, sistema bancário em geral ou micro-crédito e o Sistema das Nações Unidas;
- Aptitudes inter-pessoais excelentes, competência para trabalhar em grupo e garantir relações de trabalho próximo e capacitação do pessoal local;
- Fluência ou capacidade de comunicar em Português será uma vantagem.

Duração e remuneração:

O nível de esforço esperado é de 40 dias de trabalho para cada um dos consultores por um período de três meses. Os consultores serão remunerados de acordo com os honorários definidos pelo Sistema das Nações Unidas em Angola.

6.5.4 Consultoria em estudos do mercado para os produtos naturais

Soluções de energia e meios de vida em Angola (Elisa) – Projecto de capacitação em SLM e combate à desflorestação

Antecedentes:

O projecto *LDC e SIDS Abordagem do Portfólio Designado para Capacitação e Massificação da Gestão Agrária Sustentável*, assiste 47 Países Menos Desenvolvidos (LDC) e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) (em África, Ásia, Pacífico e Caraíbas) que não completaram ainda os seus Planos de Acção Nacionais (PANs) ao abrigo da Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação (UNCCD), a desenvolverem aptidões individuais, institucionais e generalizadas para gestão agrária sustentável. Angola preparou um Projecto Mediano (PM) sob a Abordagem do Portfólio da Facilidade Global do Ambiente (GEF) (ao abrigo do Programa Operacional (OP) 15, Prioridade Estratégica (SP) 1). O projecto tem cinco Resultados chave relacionados à capacitação e massificação de SLM, elaboração e implementação do PAN e o desenvolvimento de um Plano de Investimento Nacional a Meio Prazo para SLM. O projecto elaborou actividades piloto de capacitação na Província do Huambo, onde será estabelecida

uma Unidade de Coordenação do Projecto (PCU). Além disso, funções de apoio a nível nacional estão também planeadas.

Envergadura do trabalho

O consultor em análise do mercado deve:

- Analisar a procura e oferta dos produtos identificados na análise de viabilidade.
- Analisar as economias de escala dos vários empreendimentos.
- Analisar a procura e oferta, concorrência para os produtos potenciais e correntes.
- Analisar o valor e cadeias de mercado para os vários produtos.
- Explorar o potencial de poder explorar mercados especializados para produtos certificados (gestão certificada) por exemplo, e explorar mercados com direito de exploração de gás e outros mercados para serviços ambientais, para obter maiores benefícios de CBNRM incluindo iniciativas de rearboração.
- Analisar as estratégias de mercado e nível de sucesso das iniciativas de CBNRM na África do Sul, Namíbia, Botsuana e outros países.
- Providenciar recomendações sobre mercados potenciais para os vários produtos.

Abordagem:

Tanto quanto possível, este estudo deve coincidir com a análise económica para os dois estudos produzirem um conjunto de recomendações coerentes dos empreendimentos a serem desenvolvidos e dos mercados potenciais.

Os consultores devem trabalhar em colaboração próxima com o Oficial e o Coordenador do Projecto no desenvolvimento do conteúdo contextualizado para Angola. O objectivo principal é envolver os actores principais na implementação do projecto e num bom entendimento dos empreendimentos viáveis.

O trabalho deve ser muito interactivo, particularmente com a participação dos grupos focais, incluindo as ONGs que trabalham no desenvolvimento rural, sector privado, etc. de modo a aumentar-lhes o entendimento sobre as potencialidades e evitar que tenham expectativas que o projecto poderá não conseguir realizar num curto período de tempo. Os resultados do estudo devem ser apresentados num seminário das partes interessadas no Huambo, que deve incluir a participação dos possíveis beneficiários de CBNRM, re-arborização e outras actividades de criação de receita.

Qualificações:

- Consultores (internacionais e nacionais) preferivelmente com mestrado ou doutorado em economia, economia dos recursos naturais, economia agrícola e gestão dos recursos naturais e estudos relacionados com o ambiente;
- Experiência na realização de estudos de mercados;
- Conhecimentos de CBNRM e da Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação UNCCD) são desejáveis;
- Pelo menos dez anos de experiência;
- Excelentes aptitudes de comunicação (escrita e oral);
- Experiência demonstrada de trabalho com as comunidades, parceiros do projecto de todos os sectores e particularmente o governo, doadores, sector privado, sistema bancário em geral ou micro-crédito e o Sistema das Nações Unidas;
- Aptitudes inter-pessoais excelentes, competência para trabalhar em grupo e garantir relações de trabalho próximo e capacitação do pessoal local;
- Fluência ou capacidade de comunicar em Português será uma vantagem.

Duração e remuneração:

O nível de esforço esperado é de 40 dias de trabalho para cada um dos consultores por um período de três meses. Os consultores serão remunerados de acordo com os honorários definidos pelo Sistema das Nações Unidas em Angola.

6.6 Draft dos TdR s do pessoal chave

6.6.1 Coordenador do Projecto

Antecedentes:

O projecto *LDC e SIDS Abordagem do Portfólio Designado para Capacitação e Massificação da Gestão Agrária Sustentável*, assiste 47 Países Menos Desenvolvidos (LDC) e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) (em África, Ásia, Pacífico e Caraíbas) que não completaram ainda os seus Planos de Acção Nacionais (PANs) ao abrigo da Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação (UNCCD), a desenvolverem aptidões individuais, institucionais e generalizadas para gestão agrária sustentável. Angola preparou um Projecto Mediano (PM) sob a Abordagem do Portfólio da Facilidade Global do Ambiente (GEF) (ao abrigo do Programa Operacional (OP) 15, Prioridade Estratégica (SP) 1). O projecto tem cinco Resultados chave relacionados à capacitação e massificação de SLM, elaboração e implementação do PAN e o desenvolvimento de um Plano de Investimento Nacional a Meio Prazo para SLM. O projecto elaborou actividades piloto de capacitação na Província do Huambo, onde será estabelecida uma Unidade de Coordenação do Projecto (PCU). Além disso, funções de apoio a nível nacional estão também planeadas.

O Coordenador do Projecto ficará baseado no Huambo, Província do Huambo, Angola. A missão como Coordenador do Projecto é para um período de três anos da data de inepção do projecto.

Envergadura do trabalho:

As principais responsabilidades do Coordenador do Projecto (PC) incluem:

- Assegurar a implementação oportuna das actividades planeadas ao abrigo do Projecto Mediano como estipulado no documento do projecto/Plano de Trabalho. O PC deve

desempenhar uma função de líder na implementação dessas actividades;

- Organizar um escritório na Província do Huambo e recrutar todo o pessoal para a Unidade de Implementação do Projecto (PCU), incluindo o Oficial Nacional, em linha com os padrões internacionais do PNUD para recrutamento do pessoal;
- Fiscalizar o desenvolvimento de âmbitos de trabalho e termos de referência e outra documentação de aquisição necessária para requisitar a procura de assistência técnica e outros serviços, sempre que necessário;
- Supervisionar e coordenar o trabalho de todo o pessoal da PCU do projecto, consultores e subcontratantes;
- Coordenar e facilitar a implementação incluindo actividades piloto comunitárias, reuniões, seminários e actividades de sensibilização segundo o estipulado no Plano de Trabalho;
- Desempenhar a função de Oficial Nacional para facilitar a implementação dos resultados 2 a 5;
- Interagir de próximo com as partes interessadas relevantes e assistir com o envolvimento de todas as partes interessadas nas actividades do projecto;
- Preparar planos de trabalho do projecto e planos financeiros, como requerido pelos Governo e PNUD, em colaboração com o pessoal do projecto;
- Garantir a gestão adequada dos fundos consistente com os requisitos de PNUD/GEF, e o planeamento e controle do orçamento;
- Supervisionar os relatórios das Actividades de M&E, incluindo a coordenação das avaliações de meio termo e final.

Remuneration:

O Coordenador do Projecto será contratado a nível de Oficial do Programa segundo conformidade com o Sistema das Nações Unidas em Angola.

Qualificações:

- Preferivelmente mestrado em estudos relacionados com o ambiente e outras disciplinas associadas;

- Bons conhecimentos das questões ambientais/de desenvolvimento em Angola, assim como boa compreensão da Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação (UNCCD);
- Pelo menos três a cinco anos de experiência relevante ao projecto;
- Experiência demonstrada em gestão do projecto e supervisão do pessoal;
- Excelentes aptitudes de comunicação (escrita e oral);
- Experiência demonstrada de trabalho com as comunidades, parceiros do projecto de todos os sectores e particularmente o governo, doadores e o Sistema das Nações Unidas;
- Aptitudes inter-pessoais excelentes, competência para trabalho de grupo;
- Fluência em Português; conhecimentos práticos das línguas locais e Inglês serão vistos como aptidões adicionais.

6.6.2 Assistência em Finanças/Admin/ Gestão

Antecedentes:

O projecto *LDC e SIDS Abordagem do Portfólio Designado para Capacitação e Massificação da Gestão Agrária Sustentável*, assiste 47 Países Menos Desenvolvidos (LDC) e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) (em África, Ásia, Pacífico e Caraíbas) que não completaram ainda os seus Planos de Acção Nacionais (PANs) ao abrigo da Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação (UNCCD), a desenvolverem aptidões individuais, institucionais e generalizadas para gestão agrária sustentável. Angola preparou um Projecto Mediano (PM) sob a Abordagem do Portfólio da Facilidade Global do Ambiente (GEF) (ao abrigo do Programa Operacional (OP) 15, Prioridade Estratégica (SP) 1). O projecto tem cinco Resultados chave relacionados à capacitação e massificação de SLM, elaboração e implementação do PAN e o desenvolvimento de um Plano de Investimento Nacional a Meio Prazo para SLM. O projecto elaborou actividades piloto de capacitação na Província do Huambo, onde será estabelecida

uma Unidade de Coordenação do Projecto (PCU). Além disso, funções de apoio a nível nacional estão também planeadas.

O pessoal de apoio em Finanças/Admin/Gestão (FAM) assistem o pessoal colocado na base no Huambo, Província do Huambo, Angola. a equipa FAM reporta ao Coordenador do Projecto. A missão deste grupo de trabalho é para um período de três anos da inepção do projecto.

Envergadura do trabalho:

As responsabilidades principais do pessoal de apoio em Finanças/Admin/Gestão (FAM) incluem:

- Assistir o Coordenador do Projecto na implementação das actividades planeadas para o projecto PM e segundo o estipulado no documento do projecto/plano de trabalho;
- Assistir o Coordenador do Projecto com a organização do escritório na Província do Huambo; administrar o recrutamento do pessoal para a implementação da Unidade do Projecto (PCU);
- Com base nas contribuições do Coordenador do Projecto, responsável pelo desenvolvimento das responsabilidades de trabalho, termos de referência e outra documentação de aquisição necessária para requerer o recrutamento de assistência técnica e outros serviços, sempre que necessário;
- Supervisionar e coordenar o trabalho do pessoal de apoio em administração e logística; assistir a proporcionar contratos e facilitar visitas/afazeres do pessoal da PCU, consultores e subcontratantes;
- Facilitar reuniões de consulta, seminários e outras interacções com partes interessadas importantes;
- Sob orientação do Coordenador do Projecto, fazer contribuições à preparação dos planos de trabalho do projecto e planos financeiros, como requerido pelos governo e PNUD, em colaboração com o pessoal do projecto;
- Assegurar a gestão adequada dos fundos segundo o estipulado por PNUD/GEF, e planeamento e controle do orçamento;

- Responsabilidade e justificação dos relatórios financeiros.

Remuneração:

O Coordenador do Projecto será contratado a nível de Oficial do Programa segundo conformidade com o Sistema das Nações Unidas em Angola.

Qualificações:

- Requisito mínimo BCom, BA ou relevante qualificação em contabilidade; MBA ou curso equivalente preferível.
- Pelo menos três a cinco anos de experiência em finanças e gestão de projectos;
- Boas aptitudes de comunicação (escrita e oral);
- Experiência demonstrada de trabalho com as comunidades, parceiros do projecto de todos os sectores e particularmente o governo, doadores e o Sistema das Nações Unidas;
- Aptitudes inter-pessoais excelentes, competência para trabalho de grupo;
- Fluência em Português; conhecimentos práticos das línguas locais e Inglês serão vistos como aptidões adicionais.

6.7 Anexo 3: Impresso de Avaliação Anual do Projecto PM

Este impresso deve ser completado anualmente por cada equipa do projecto PM, até 1 de Novembro (começado em 2007 para este projecto; completado em Agosto de 2007), e submetido através do PNUD CO à Unidade Global de Apoio em Pretória. O impresso deve ser preenchido durante a Fase Inicial do projecto pelo Ponto Focal da UNCCD com assistência em colaboração com associados importantes do projecto.

SECÇÃO I – IDENTIFICADORES DO PROJECTO

Identificadores Básicos do Projecto

País	Angola
Título do Projecto	
Número da GEF	
Número do PNUD	
Data de assinatura do Prodoc	
Duração do projecto	
Data prevista para completação	
Sector(s) Principal(ais)	Agricultura, silvicultura, desenvolvimento físico

Partes interessadas no Projecto

Lista de representantes dos grupos mais importantes das partes interessadas envolvidas no projecto (i.e. podem ser membros da Agência Nacional de Coordenação)

Grupo de partes interessadas	Representante (título)

Identificadores do PNUD

Objectivo SRF	
Sub-objectivo SRF	
Área de Apoio Estratégico	

SECÇÃO II – MONITORIA DO IMPACTO E DESEMPENHO

As sub-secções seguintes incluem ambas perguntas de *indicadores e metas* e *indicadores quantificáveis*.

Para perguntas de indicadores e metas, cinco possíveis respostas são dadas num quadro, e o respondente deve escolher a mais indicada à situação do seu próprio país. Estas estão classificadas de 1 (fraco) a 5 (alto).

Para indicadores quantificáveis, a equipa do projecto deve determinar a situação de base antes do início do projecto, e *calcular* a situação do indicador em cada ano.

1. Cálculo do Impacto.

Estas perguntas têm a ver com o êxito do projecto na realização do seu próprio objectivo.

O Objectivo do Projecto em cada Projecto Mediano é **'aptidões criadas para gestão agrária sustentável em agências do governo concernentes, organizações não-governamentais e da sociedade civil, grupos de utentes, etc., e os princípios de gestão agrária sustentável integrados nas políticas, planos e processos nacionais'**.

Indicadores Obrigatórios

Uma política ou lei nacional respeitante a SLM:

1	Ainda não foi planeada oficialmente
2	Está planeada oficialmente
3	Já foi projectada
4	Já está aprovada
5	Está formulada e totalmente aprovada de maneira participatória

Planos de desenvolvimento nacional (i.e. planos de cinco anos, PRSP, orçamento):

1	Contém somente planos que terão impacto negativo na gestão agrária sustentável
2	Não dá atenção à gestão agrária sustentável
3	Dá alguma atenção, mas insuficiente, à gestão agrária sustentável
4	Presta atenção adequada à gestão agrária sustentável
5	Incorpora a gestão agrária sustentável no centro do processo de desenvolvimento

ONGs e OSCs são:

1	Não-activas na promoção da gestão agrária sustentável
2	Activas a algum nível (local ou nacional) na promoção da gestão agrária sustentável
3	Activas a todos os níveis mas não muito eficientes na promoção da gestão agrária sustentável
4	Activas e eficientes a alguns níveis de promoção da gestão agrária sustentável
5	Activas e eficientes a todos os níveis.

O público tem:

1	Pouco conhecimento e nenhum entendimento da gestão agrária sustentável
2	Conhecimento/entendimento baixo/médio
3	Conhecimento/entendimento médio
4	Conhecimento/entendimento médio/alto
5	Alto conhecimento e entendimento

Os conhecimentos de decisores superiores em todos os sectores de importância à degradação do solo:

1	Menos de 20% têm conhecimento da importância da degradação do solo
2	20 – 40% têm conhecimento da importância da degradação do solo
3	40 – 60% têm conhecimento da importância da degradação do solo
4	60 – 80% têm conhecimento da importância da degradação do solo
5	Todos têm conhecimento da importância da degradação do solo

O papel do PM do PNUD/GEF no reforço das aptitudes e mecanismos de gestão agrária sustentável tem sido:

1	Insignificante
2	Fraco
3	Solidário com os esforços nacionais e outros
4	De orientação
5	Crítico

O orçamento nacional faz alguma provisão específica para gestão agrária sustentável?

Para os países que respondem sim, qual é a percentagem do aumento para o ano 2004?

Atribuição

Quais têm sido os maiores factores contribuintes aos melhoramentos nos supracitados indicadores do impacto no últimos 5 anos?

Coloque os seguintes factores em ordem descendente de nível de contribuição: Crescimento económico; Mais estabilidade política; mudanças no contexto geral da governação; condições climáticas; assistência internacional; projectos e programas GEF/PNUD; outros

Indicadores Opcionais

Cada PM nacional será de natureza muito específica, e por isso o contexto e indicadores de monitoria serão muito diferentes de país para país. Os indicadores opcionais apresentados não podem abranger todas as possibilidades nem todas as eventualidades. Esta secção dá exemplos, sugestões e possibilidades. Cada equipa nacional do projecto deve seleccionar e/ou modificar dentre os indicadores e instrumentos de monitoria listados. Além disso, os PNUD e PNUD/GEF desenvolveram material substancial para assistir com a formulação de contextos de monitoria e a escolha de indicadores. Este material deve ser também consultado.

O nº de acções voluntárias tomadas pelo sector privado para incorporar SLM na produção (i.e. proprietários de plantações de bananas adoptam operações de baixa lavoura, adoptam baixos acréscimos químicos, adoptam IPM; i.e. companhias de construção de estradas adoptam disrupções mínimas ou práticas de reabilitação).

A percentagem de vendas de produtos (agrícolas, florestais ou gado) que são *certificadas sustentáveis*.

2. Avaliação do Desempenho.

Resultado 1 Capacidade individual e institucional para SLM desenvolvida;

Indicadores Obrigatórios

Uma instituição ou mecanismo interministerial ou inter-sectorial para SLM:

1	Não existe
2	Existe em teoria mas reúne-se irregularmente
3	Reúne-se regularmente mas é praticamente ineficiente
4	Reúne-se regularmente, e é de modo geral sustentável, mas não tem independência financeira nem segurança total do orçamento
5	Reúne-se regularmente para discutir questões relacionadas com SLM, tem um plano de trabalho claro e independência financeira, tem um secretariado bem equipado, orçamento seguro e posição de legislação, e pode iniciar diálogo com todas as agências representadas

OR (GAC A DECIDIR)

A Agência Nacional responsável pela gestão agrária sustentável:

1	Ainda não foi estabelecida
2	Está estabelecida mas não tem mandato claro, pessoal, equipamento e autoridade
3	Tem mandato razoável, pessoal, equipamento e autoridade
4	Tem forte mandato, pessoal, equipamento e autoridade
5	Tem forte mandato, pessoal, equipamento e autoridade, e promove e integra activamente os princípios de SLM

Instrumentos inovativos para SLM, como análises da funcionalidade agrária, técnicas de estimativa económica, avaliação integrada, tomada de decisões com base em critérios múltiplos:

1	Não existem no país
2	Existem, mas foram apropriadas da experiência internacional, e não foram ainda adaptadas às necessidades locais e nacionais
3	i
4	Existem, foram adaptadas, mas não estão totalmente funcionais
5	Existem e estão totalmente funcionais

Indicador A percentagem de utentes agrários satisfeitos com o apoio técnico disponível (ou de serviços de extensão ou da agência técnica do governo ou outro provedor de serviços)ⁱⁱ.

Indicadores Opcionais

Cada PM nacional será de natureza muito específica, e por isso o contexto e indicadores de monitoria serão muito diferentes de país para país. Os indicadores opcionais apresentados não podem abranger todas as possibilidades nem todas as eventualidades. Esta secção dá exemplos, sugestões e possibilidades. Cada equipa nacional do projecto deve seleccionar e/ou modificar dentre os indicadores e instrumentos de monitoria listados. Além disso, os PNUD e PNUD/GEF desenvolveram material substancial para assistir com a formulação de contextos de monitoria e a escolha de indicadores. Este material deve ser também consultado.

(O seguinte começa com indicadores da capacidade individual, e depois lida com a capacidade institucional e de organização). As organizações responsáveis pela capacitação para gestão agrária sustentável:

1	Têm pouca ideia das necessidades de aptitudes
2	Têm alguma ideia das necessidades de aptitudes seja a níveis individual, institucional e sistémico

3	Têm uma boa ideia das necessidades de aptitudes a quase todos os níveis
4	Têm uma óptima ideia das necessidades de aptitudes
5	Têm uma óptima ideia das necessidades de aptitudes individuais, institucionais e sistémicas, e das medidas que devem ser tomadas para criar aptidões

Pesquisa em saber indígena relacionado com a gestão agrária sustentável:

1	Nenhuma realizada
2	Realizada, mas por um número muito pequeno de especialistas
3	Realizada por muitos peritos, de maneira arbitrária e casual
4	Realizada sistematicamente
5	Realizada por rede de investigadores formais, financiada de maneira sustentável

Programas de formação e sensibilização para as comunidades locais:

1	Inexistentes
2	Existem, mas não são de qualidade, nem acessíveis à maioria das comunidades locais
3	Existem, mas são de qualidade irregular
4	Estão a ser implementados de maneira financeiramente sustentável
5	Estão a ser implementados de maneira financeiramente sustentável e abrangem todos os requisitos técnicos e práticas alternativas (i.e. re-semeação, redes de poços; IPM, rega por gotejo, extracção de madeira sustentável)

Programa de formação e programas de sensibilização para comunidades marginalizadas:

1	Inexistentes
2	Existem, mas não são de qualidade, nem acessíveis à maioria das comunidades locais
3	Exist but are of irregular quality
4	Are being implemented in a financially sustentável manner
5	Estão a ser implementados de maneira financeiramente

	sustentável e abrangem todos os requisitos técnicos e práticas alternativas (i.e. re-semeação, redes de poços; IPM, rega por gotejo, extracção sustentável da madeira)
--	--

O currículo escolar:

1	Não aborda a degradação do solo nem a gestão agrária sustentável
2	
3	Aborda a degradação do solo e a gestão agrária sustentável para alguns grupos etários
4	
5	Aborda a degradação do solo e a gestão agrária sustentável adequadamente para todos os grupos etários

Entendimento dos elos entre a economia e a degradação do solo:

1	A extensão e custos financeiros da degradação do solo são mal compreendidos e desconhecidos
2	A extensão da degradação do solo é parcialmente entendida e do conhecimento de um pequeno número de cientistas e um número limitado de activistas
3	A extensão da degradação do solo é parcialmente entendida e do conhecimento de um número limitado de pessoas nos sectores do ambiente e agrário
4	A extensão e <i>custos financeiros</i> da degradação do solo são entendidos e do conhecimento de um número limitado de pessoas nos sectores do ambiente e agrário
5	A extensão e <i>custos financeiros</i> da degradação do solo são compreendidos e do conhecimento dos decisores e o público em geral

As principais agências nacionais responsáveis pelo ambiente e a terra:

1	Não têm pessoal com as aptidões necessárias
2	Têm algum pessoal com as aptidões necessárias, mas enfrentam carências regularmente
3	
4	Têm pessoal com aptidões, mas este encontra-se

	sobrecarregado e nem sempre disponível
5	Têm pessoal suficiente com aptidões adequadas (Pessoal pode ser substituído por 'equipamento' ou 'recursos')

NOTA: PORQUE MUITOS PROJECTOS ENFOCAM ONGS, OBCS OU GRUPOS DE AGRICULTORES, EM CADA CASO “AGÊNCIA NACIONAL PRINCIPAL” PODE SER SUBSTITUÍDA POR “ONG ENFOCADA” OU “OBC ENFOCADA” OU “GRUPO ESPECÍFICO DE AGRICULTORES”.

As principais agências nacionais, locais e de serviços de extensão:

1	Não têm conhecimento de abordagens de planeamento agrário integrado
2	Têm conhecimento de abordagens de planeamento agrário integrado mas carecem de conhecimentos técnicos
3	Estão empenhadas no planeamento agrário integrado mas carecem de instrumentos
4	Utilizam planeamento agrário integrado de maneira limitada
5	Utilizam na íntegra o planeamento agrário integrado

As principais agências nacionais, locais e de serviços de extensão:

1	Não têm conhecimento da abordagem ecológica à gestão agrária sustentável
2	Estão empenhadas à mas não são tecnicamente competentes
3	
4	Começam a usar a abordagem ecológica
5	Já utilizam com sucesso a abordagem ecológica

Recursos humanos das principais agências nacionais, locais e de serviços de extensão:

1	Têm qualificações pobres e nenhuma motivação
2	Têm aptidões mistas, com algum pessoal qualificado mas carecem geralmente, de motivação
3	
4	Têm em geral, boas qualificações, mas muitos carecem de motivação e alguns não têm qualificações
5	Têm em geral, boas qualificações, e estão bem motivados

Indivíduos:

1	Não têm as aptidões necessárias à descrição das suas funções do cargo
2	Têm algumas aptidões pobres relacionadas com a descrição do seu cargo
3	
4	São razoavelmente especializados mas as aptidões poderiam ser melhor adaptadas aos requisitos do cargo
5	São adequadamente especializados, em linha com a descrição do cargo

Desenvolvimento do pessoal: 2

1	Não existem mecanismos para formação, orientação e aprendizagem
2	Existem alguns mecanismos, mas são insuficientes para preparar pessoas suficientes, e incapazes de providenciar a gama completa de aptidões necessárias
3	
4	Os mecanismos existem geralmente para melhorar as aptidões profissionais mas, ou não são suficientes, ou não abrangem a gama completa das aptidões requeridas
5	Não existem mecanismos adequados para preparar, orientar e ensinar, de modo a manter um fluxo contínuo de pessoal novo

Conhecimentos e aptitudes para formular esquemas de pagamentos e mercados para funções de ecossistema e serviços relacionados com a gestão agrária sustentável:

1	Não existem
2	Estão disponíveis mas só através de agências regionais ou internacionais
3	Existem com pequeno número de pessoas no país
4	Existem e começam a ser aplicados
5	Existe, e são aplicados regularmente.

O pessoal de um departamento/organização citado(a) tem/não tem a capacidade de designar uma tarefa específica da

organização, i.e. obter e utilizar dados de satélite; organizar consultas totalmente participatórias, etc..)

((De notar que alguns países têm necessidades de capacidade individual muito específica: i.e. desenvolvimento da capacidade individual relacionada com o comércio, dívidas, etc))

Percentagem de agricultores enfocados com acesso a esquemas de crédito apropriados.

Percentagem de agricultores enfocados com acesso a esquemas de seguros.

(Os indicadores seguintes têm a ver com a capacidade a nível 'institucional')

Afiliação da Agência Nacional de Coordenação ou comissão inter-sectorial:

1	Está limitada a agências ambientais e agrárias
2	Inclui todas as agências nacionais do governo envolvidas
3	
4	Envolve agências governamentais e não-governamentais (nacionais e locais)
5	Involve agências governamentais e não-governamentais (nacionais e locais), de modo apropriadamente equitativo, e cada representante tem funções e responsabilidades bem definidas

As principais agências nacionais responsáveis pelo ambiente e a terra:

1	Não têm planos ou estratégias
2	Têm planos/estratégias, mas estão desactualizados ou foram preparados de cima para baixo
3	Têm um mecanismo para preparar planos e estratégias, mas é irregular ou de cima para baixo
4	Preparam planos e estratégias regulares
5	Preparam planos e estratégias regulares de maneira

	participatória
--	----------------

Saber indígena:

1	É praticamente ignorado na política , programas e políticas nacionais
2	
3	Ocasionalmente contribui à política , programas e políticas nacionais
4	
5	É incorporado política , programas e políticas nacionais via um mecanismo formal, sustentável e eficiente

Política de SLM:

1	Não existe uma política ou esta é antiga e não examinada regularmente
2	Existe, mas é analisada irregularmente
3	
4	É revista regularmente mas não anualmente
5	É revista e actualizada anualmente

As principais agências nacionais, agências locais e serviços de extensão:

1	Resistem a mudanças
2	Aceitam mudanças mas muito lentamente
3	
4	Tendem adaptar-se em reacção à mudança, mas nem sempre muito eficazmente ou com demoras
5	São altamente adaptáveis, reagindo eficazmente e imediatamente às mudanças

As principais agências nacionais, agências locais e serviços de extensão:

1	Não têm mecanismos para monitoria, avaliação ou relatórios sobre o seu próprio desempenho
2	Têm alguns mecanismos para monitoria, avaliação e relatórios, mas são limitados e inadequados

3	
4	Têm mecanismos razoáveis para monitoria, avaliação e relatórios, mas não são nem sólidos nem tão compreensivos como o poderiam ser
5	Têm mecanismos internos eficazes para monitoria, avaliação e relatórios

As principais agências nacionais, agências locais e serviços de extensão são bem geridas:

1	Têm gestão interna completamente inadequada
2	Têm um sistema de gestão que é praticamente ineficaz e não emprega os recursos adequadamente
3	
4	São razoavelmente bem geridas, mas os recursos não são sempre eficazmente empregues
5	São bem geridas com emprego eficaz e efectivo dos recursos

As principais agências nacionais, agências locais e serviços de extensão:

1	Operacionam separadamente
2	Estabeleceram algumas parcerias, mas são irregulares e com muitas lacunas
3	
4	Têm muitas parcerias com uma variedade de interessados, mas há ainda algumas lacunas e as parcerias não são sempre operacionais
5	Têm parcerias eficazes e operacionais com todos os interessados governamentais, não-governamentais e locais

As principais agências nacionais, agências locais e serviços de extensão:

1	Não têm praticamente nenhuma informação para monitoria da qualidade da terra
2	Têm informação limitada para monitoria da qualidade da terra e para monitoria das estratégias e planos de acção
3	
4	Têm acesso fácil a quase toda a informação necessária que é

	quase toda, de boa qualidade, mas há ainda lacunas na qualidade, cobertura e disponibilidade
5	Têm acesso a toda a informação de que necessitam para formular e monitorizar estratégias e planos de acção

Os governos locais:

1	Não têm nada do seguinte: perícia, informação, controlo orçamental e recursos financeiros
2	Têm um dos seguintes: perícia, informação, controlo orçamental e recursos financeiros
3	Têm dois dos seguintes: perícia, informação, controlo orçamental e recursos financeiros
4	Têm três dos seguintes: perícia, informação, controlo orçamental e recursos financeiros
5	Têm perícia, informação, controlo orçamental e recursos financeiros adequados

O papel da sociedade na monitoria da situação agrária:

1	Não há diálogo nenhum sobre a condição da terra
2	Há algum diálogo em curso, mas está restrito a círculos especializados e não é feito com o público
3	
4	Há um diálogo público razoavelmente aberto, mas certas questões continuam a ser tabu
5	Há um diálogo público aberto e transparente sobre a situação agrária

Organizações autónomas entre lavradores/pastores/ceifeiros florestais:

1	Não são permitidas
2	São permitidas mas desencorajadas e não existem
3	Existem, com baixa capacidade e poucos recursos
4	
5	São activas e envolvidas em debates nacionais sobre a gestão agrária sustentável

O nº de ONGs independentes acreditadas à Agência Nacional de Coordenação.

A percentagem de violações dos regulamentos agrários que são processadas

A percentagem da população estudada (ou enfocada) que adoptou pelo menos uma prática de SLM ao fim do projecto.

O número de redes agrárias funcionais ou plataformas criadas a nível de aldeia ou comunidade

Resultado 2 SLM incorporada no desenvolvimento económico e sectorial;

Indicadores Obrigatórios

O Ministério do Desenvolvimento Económico e/ou Finanças e/ou Planeamento:

1	Não tem conhecimento das questões de degradação do solo
2	
3	Tem o objectivo declarado de deter e onde possível, inverter a degradação do solo
4	
5	Serve-se de análises ambientais económicas das opções de utilização agrária como mecanismo de planeamento do desenvolvimento e na preparação de políticas de desenvolvimento/económicas e/ou orçamentos.

O empenho político a SLM está presente:

1	Não existe empenho político nenhum, ou se existe é contra a gestão agrária sustentável
2	Existe algum empenho político mas não é suficientemente forte para fazer qualquer diferença
3	
4	Existe empenho político razoável mas nem sempre é forte suficiente
5	Existem altos níveis de empenho político

Sector Afirmação (responder 'Sim' ou 'Não')	Agricultura	Silvicultura	Prados	Desenvolvimento Económico	Energia	Outro
Impactos de planos de política/nacionais de sector em SLM são importantes mas não estão a ser avaliados	Y	Y	N	Y	?	
Impactos planos de política/nacionais de sector em SLM estão a ser avaliados de maneira participatória	Y	N	N	N	N	
Impactos de planos de política/nacionais de sector em SLM foram avaliados	Y	N	N	N	N	
Impactos de planos de política/nacionais de sector em SLM foram avaliados	Y	N	N	N	N	

<i>adequadamente e medidas de mitigação propostas</i>						
Impactos de planos de política/nacionais de sector em SLM foram avaliados <i>adequadamente e medidas de mitigação implementadas</i>	N	N	N	N	N	

Atribuição

Quais foram os factores principais que contribuíram aos melhoramentos nos indicadores acima nos últimos 5 anos?

Colocar os seguintes factores em ordem descendente de nível de contribuição: mudanças no programa do governo em geral; assistência internacional; projectos e programas de PNUD/GEF; Outro.

Indicadores Opcionais

Integração em geral ou integração em todos os sectores

A agenda de SLM:

1	Não há uma agenda nacional de SLM reconhecível
2	A agenda existe, algumas pessoas ou instituições seguem-na activamente mas têm pouca influência

3	
4	Vários defensores de SLM promovem a agenda, mas mais é necessário
5	Há um número adequado de líderes e defensores que promovem efectivamente a agenda

Suporte público para SLM:

1	O público tem pouco conhecimento de ou interesse em SLM
2	Há suporte limitado para a promoção de SLM entre o público
3	
4	Há suporte geral do público e alguns grupos lobistas (i.e. ONGs) que insistem fortemente em SLM
5	Há enormes suporte e sensibilização pública

Sector Afirmação (responder 'Sim' ou 'Não')	Agricultura	Silvicultura	Prados	Desenvolvimento Económico	Energia	Outro
Considerações de SLM são mencionadas <i>adequadamente</i> em planos de política/nacionais do sector	Y	N	N	N	N	
Considerações de SLM são mencionadas <i>adequadamente</i> no sector de política	Y	N	N	N	N	

através de legislação específica						
Regulamentos estão estabelecidos para implementar a legislação	Y	N	N	N	N	
Os regulamentos estão a ser <i>adequadamente</i> aplicados	N	N	N	N	N	
A aplicação dos regulamentos é monitorizada	N	N	N	N	N	

Uma lei específica (i.e. Lei da Silvicultura, Código Agrícola, Lei dos Recursos Hídricos...) é formulada/aprovada e aborda inteiramente as questões de SLM, com secções específicas sobre degradação do solo e/ou gestão agrária sustentável.

Directivas nacionais e legislação de planeamento agrário provêem instruções claras em relação a SLM.

Projectos X a ver com a terra no sector específico (i.e. silvicultura, agricultura, prados, gestão da bacia hidrográfica, transporte ou energia) sector incorporaram aspectos de SLM.

O número de instrumentos/incentivos estruturados com objectivos de SLM (i.e. fundos fideicomissos para reabilitação agrária, pagamentos por serviços ambientais, certificados ou etiquetas para 'produtos eco-amigáveis' – inclui etiquetas orgânicas).

Desenvolvimento Económico

O Ponto Focal da UNCCD e a comissão inter-sectorial:

1	Não são consultados sobre a preparação dos NEAP e PRSP
2	São consultados, mas inadequadamente, sobre a preparação dos NEAP e PRSP
3	
4	São consultados e têm um pequeno papel na preparação/supervisão dos planos de desenvolvimento, PRSP, NEAP, e outros planos e estratégias do sector
5	Têm um papel significativo na preparação/supervisão dos planos de desenvolvimento, PRSP, NEAP, e outros planos e estratégias do sector

Os Governos Nacional Sectoral e Provincial têm um departamento mandatado para garantir a gestão agrária sustentável.

O Ministério do Desenvolvimento

Económico/Finanças/Planeamento usam análise ambientais económicas de opções de uso da terra como instrumento no planeamento do desenvolvimento, e na preparação de políticas económicas/de desenvolvimento.

Os Planos de Cinco Anos têm um capítulo sobre gestão agrária sustentável e/ou implementação do Plano de Acção Nacional.

Agricultura

Uma etiqueta para produtos orgânicos e sustentáveis:

1	Não está planeada
2	Está a ser desenvolvida
3	
4	Existe mas não é utilizada
5	Existe e é utilizada nacional e internacionalmente

As áreas agrícolas degradadas:

1	São de extensão desconhecida
2	São geralmente conhecidas
3	
4	Foram claramente identificadas e mapeadas
5	Foram identificadas e preparados os planos de intervenção

Perícia e contribuições relacionadas a (Controle Integrado de Pestes/agricultura de conservação/irrigação sustentável ambiental/diversificação das colheitas de acordo com análises de funcionalidade da terra):

1	Não há conhecimento
2	Não estão disponíveis
3	
4	Estão disponíveis mas a disponibilidade e/ou a qualidade é irregular
5	Estão disponíveis e de qualidade adequada

Os incentivos para práticas *inapropriadas* (como intensificação dos cultivos, uso demasiado de produtos químicos, extracção demasiada da água):

1	Não foram identificados
2	Foram identificados
3	Foram identificados e propostas as medidas para intervenções
4	
5	Foram identificados e enfrentados

Empresas agrícolas *específicas* têm práticas/regulamentos revistos que incorporam SLM

A percentagem de agricultores que usam ou tencionam usar Controle Integrado de Pestes/agricultura de conservação/irrigação sustentável ambiental/diversificação das colheitas de acordo com análises de funcionalidade da terra

Silvicultura

As áreas florestais degradadas:

1	São de extensão desconhecida
2	São geralmente conhecidas
3	
4	Foram identificadas e mapeadas
5	Foram identificadas e preparados os planos de intervenção

Os incentivos para práticas inapropriadas (i.e. desbravamento, mono-plantações, queimadas):

1	Não foram identificados
2	Foram identificados
3	Foram identificados e propostas as medidas para intervenções
4	
5	Foram identificados e enfrentados

Em todo o país, Y hectares de terra florestal são administrados com gestão agrária sustentável como objectivo de prioridade (e/ou certificado)

Empresas florestais *denominadas* examinaram os seus regulamentos/práticas que incorporam SLM

Terras de Pastos

As áreas de terras de pastos degradadas:

1	São de extensão desconhecida
2	São geralmente conhecidas
3	
4	Foram identificadas e mapeadas
5	Foram identificadas e preparados os planos de intervenção

Os incentivos para práticas inapropriadas (i.e. pastoreio abusivo, conversão de prados para cultivos, bloqueio dos corredores de transumância, má administração de fogos, rações suplementares inapropriadas, sistemas silvo-pastorais insustentáveis):

1	Não foram identificados
2	Foram identificados

3	Foram identificados e propostas as medidas para intervenções
4	
5	Foram identificados e enfrentados

As causas primordiais do sobrepastoreio: ___

1	Não são conhecidas
2	São conhecidas num pequeno número de áreas piloto
3	
4	São em geral conhecidas em muitas áreas e compreendidas
5	São conhecidas e compreendidas em todas as áreas

Existência de nova legislação centrada no impacto sustentável da gestão de terras de pastos

Existência de novas Directivas a ser implementadas

Energia

Objectivos para a penetração de energia renovável em áreas rurais vulneráveis à degradação do solo/desertificação (existem? Estão a ser realizados?)

Agências de energia rural têm pleno conhecimento de e estão empenhadas em SLM

Transporte

Existência de novas Directivas

Desenvolvimento local

Processos de tomada de decisões e processos de planeamento da comunidade local:

1	Não reconhecem a questão da degradação do solo
2	Reconhecem a degradação do solo
3	
4	Reconhecem a degradação do solo e estabeleceram medidas de mitigação
5	Reconhecem plenamente a necessidade de gestão agrária

	sustentável
--	-------------

A necessidade de promover práticas tradicionais/indígenas: 1

1	Não é reconhecida a nível local
2	Tem sido reconhecida a nível local
3	
4	Foi reconhecida e medidas tentativamente identificadas
5	Foi reconhecida e está plenamente incorporada nos planos locais

Regime de propriedade:

1	Não é responsável pela degradação do solo
2	
3	
4	
5	Está formulado para tomar em conta e proteger o valor da terra

Atribuição de preços ao recurso (i.e. água):

1	Não é responsável pela degradação do solo
2	
3	
4	
5	Está formulada para tomar em conta e proteger o valor da terra

Há um processo nacional em curso para desenvolver planos de gestão agrícola para cada comunidade, impulsionado pelas comunidades.

Resultado 3 Programa Nacional de Acção completado

Indicadores Obrigatórios

Monitoria e revisão do PAN:

1	Não existe um mecanismo para monitoria da implementação do
---	--

	PAN ou para revisões do mesmo
2	Há um objectivo estabelecido de monitoria regular da implementação do PAN e revisões, mas não existe um mecanismo formal para o fazer
3	
4	Há mecanismos formais estabelecidos para monitoria, mas não existe uma fonte de fundos fixa
5	Há um processo de revisão anual, que abrange o estado (da terra, a níveis local e nacional), pressão (tipo de ameaças), atribuição de recursos para intervenção (nacional específica ao local); capacidade (individual, institucional e sistémica), com gestão adaptável.

O Orçamento Nacional ou Plano de Desenvolvimento a Médio Prazo ou PRSP atribui financiamento para o PAN.

Indicadores Opcionais

Estes dependerão grandemente do conteúdo do PAN – que deve incluir os seus próprios Indicadores. Por exemplo, o PAN é um contexto de *orientação* ou um contexto de *programação*? Conteúdo e processos de aprovação e monitoria variarão para estes dois extremos.

O Programa Nacional de Acção:

1	Está a ser preparado
2	Foi delineado
3	Foi finalizado e aprovado pela agência principal
4	Foi aprovado e os fundos empenhados por todas as agências concernentes
5	Foi aprovado, os fundos empenhados por todas as agências concernentes, e medidas institucionais foram estabelecidas, projectos iniciados que estão a ser monitorizados

O Programa Nacional de Acção:

1	Não identifica funções e responsabilidades e não inclui medidas para reforçar o contexto
---	--

	institucional e as instituições locais
2	
3	Identifica medidas para reforçar o contexto institucional e as instituições locais, mas não define claramente as funções e responsabilidades.
4	
5	Define claramente as funções e responsabilidades, e identifica as medidas para reforçar o contexto institucional e as instituições locais.

Informação respeitante à terra e à gestão agrária:

1	É difícil de obter
2	Está disponível às instituições responsáveis por obter a informação
3	Está em parte disponível a algumas partes interessadas
4	É facilmente acessível a todas as partes interessadas
5	Em formato sistematizado a todas partes interessadas e ao público em geral

Classificar os seguintes grupos de partes interessadas em termos do seu envolvimento no Programa Nacional de Acção numa escala de 1 (pouco envolvimento) a 5 (grande envolvimento):

Grupo	Função na preparação do PAN	Função prevista na implementação do mecanismo do PAN
Governo nacional		
Governos locais		
ONGs		
Comunidades		
Comunidade Científica		
Parceiros nacionais no inter-		

desenvolvimento		
Sector privado de pequena escala		
Sector privado de grande escala		
Possuidores do saber indígena		
Outros		

O número/volume de projectos financiados internacionalmente em assistência directa ao Programa Nacional de Acção.

Resultado 4 Plano do Investimento a Médio Prazo a ser financiado e implementado:

Indicadores Obrigatórios

Parceiros internacionais:

1	Não mostram interesse no Plano de Investimento
2	Alguns parceiros financiam alguns projectos através do Plano de Investimento, a maioria prefer financiar projectos separadamente
3	
4	A maioria dos parceiros financiam a maior parte dos projectos relacionados através do Plano de Investimento
5	Os parceiros financiam todos os programas e projectos relacionados através do Plano de Investimento

O financiamento do Plano de Investimento tem sido obtido (i.e. fundo fideicomissário totalmente capitalizado);

Compromisso fixo do Ministério de Finanças do orçamento anual; um só inovativo (i.e. permuta da dívida, doador) e mecanismos financeiros sustentáveis obtidos (i.e. pagamentos por serviços): ___

1	Nenhum obtido
2	Financiamento inicial obtido

3	
4	Financiamento considerável obtido
5	Totalmente financiado

Indicadores Opcionais

O Plano do Investimento a Médio Prazo: __

1	Está a ser preparado com envolvimento limitado das partes interessadas
2	Está a ser preparado com envolvimento total das partes interessadas
3	Foi preparado e submetido para aprovação
4	Foi preparado e aprovado pelas agências do governo, e obtido algum financiamento do governo
5	Foi preparado de maneira completamente participatória, foi aprovado, e empenhado o financiamento inicial do governo e parceiros no desenvolvimento

Mecanismo de implementação: __

1	Nenhum dos mecanismos seguintes foi estabelecido: agência responsável pela implementação do Plan com autoridade e orçamento; mecanismo de monitoria independente; <i>chef de file</i> dentre os parceiros no desenvolvimento; mecanismo de consultoria permanente que envolve a maioria dos doadores e partes interessadas nacionais
2	Um dos supracitados foi estabelecido e está em operação
3	Dois dos supracitados foram estabelecidos e estão em operação
4	Três dos supracitados foram estabelecidos e estão em operação
5	Todos os mecanismos acima foram

estabelecidos e estão em operação

Até que ponto estão os doadores coordenados e harmonizados na sua abordagem para financiamento das iniciativas de SLM: __

1	Nenhuma coordenação ou harmonização
2	Coordenação ou harmonização limitadas, mas em aumento
3	
4	Os doadores estão coordenados e harmonizados.
5	Todos os doadores estão totalmente coordenados e harmonizados no contexto do Plano do Investimento a Médio Prazo

Percentagem de agricultores, ONGs, sector privado investigados/enfocados, com informação sobre e acesso aos mecanismos financeiros associados com o Plano.

3. Monitoria dos requisitos da GEF

Natureza participatória do projecto.

Indicador Obrigatório

Quão exitoso tem o projecto sido na organização do envolvimento dos representantes de todos os grupos de partes interessadas relevantes?: __

		ONGs	Agricultores	Mulheres	Comunidades marginalizadas	População indígena
1	De maneira nenhuma					

2	Êxito com algumas partes interessadas					
3	Êxito com muitas partes interessadas, algumas vezes					
4	Êxito com a maioria das partes interessadas					
5	Êxito total					

Os respondentes que indicaram '4' ou '5', devem providenciar exemplos.

Indicadores Opcionais

O projecto tem mecanismos específicos para envolver as partes interessadas na tomada de decisão ou monitoria do projecto?:

1	Nenhum mecanismo
2	Mecanismos foram previstos na formulação dos documentos do projecto, mas não foram nunca estabelecidos
3	
4	Mecanismos previstos na formulação dos documentos do projecto foram estabelecidos mas não funcionam inteiramente
5	Mecanismos estabelecidos e em funcionamento

O número e nível de participação pelas agências sectoriais, governos provinciais, comunidades locais no projecto tem sido: ___

1	Quase nada
2	
3	Aceitável
4	
5	Muito satisfatório

Qual é o orçamento do projecto para actividades que enfocam directamente a participação (i.e. com a criação de mecanismos de co-gestão, ou pela abordagem da descentralização)?
O projecto tem levado directamente à finalização de um (ou mais) MdE entre as partes interessadas?

Contribuição à realização dos ODMs?

Indicador Obrigatório

O projecto:

1	Não tem nenhuns elos com os objectivos dos ODMs nem com as agências responsáveis pelos ODMs no país
2	
3	Está claramente ligado aos ODMs, mas sem elos operacionais
4	
5	Articula claramente os elos com ODMs e põe os mesmos em operação

Indicadores Opcionais

A gestão do projecto estabeleceu mecanismos para monitoria e relatórios sobre os ODMs. Especificar o ODM e meta nacional.

O projecto promove uma política de gestão agrária que tem impacto directo na redução da pobreza ou em outros ODMs.

Integração com outros mecanismos de implementação da UNCCD no país.

Indicador Obrigatório

O Ponto Focal da UNCCD Nacional e Comissão Inter-Sectorial:

1	Não desempenharam nenhum papel na formulação ou implementação do projecto
2	Tomaram parte activa na formulação do projecto, mas não estão envolvidos na implementação;
3	
4	Tomaram parte na formulação e implementação do projecto
5	Desempenharam um papel importante na formulação e implementação do projecto

Indicador Opcional

O projecto tem ligações operacionais a projectos assistidos pelo Mecanismo Global e/ou outros projectos da GEF no portfólio da gestão agrária sustentável.

Ligações com processos importantes de SLM relacionados com a capacitação no país (incluindo GEF e projectos financiados internacionalmente)

Indicador Opcional

Disposições de co-gestão (por exemplo, escritório conjunto do projecto ou Comissão Directiva conjunta do Projecto) foram estabelecidas com projectos do PNUD GEF em outras áreas focais ou com outros projectos de gestão de recursos naturais do PNUD.

O projecto cria ou promove ligações com a implementação das UNFCCC e UNCBD?

Indicador Obrigatório

O projecto tem implementado actividades conjuntas com projectos implementados no contexto da UNFCCC e/ou UNCBD?

Indicador Opcional

O projecto tem actividades e/ou orçamento para promover especificamente a coordenação entre os Pontos Focais e/ou grupos/comissões das convenções ambientais globais?

Contribuição à situação do género no país, com respeito à SLM.

Indicador Obrigatório

Os empreendimentos do projecto (i.e. PAN, Plano de Investimento, Guias, Programa de formação) fazem alguma concessão específica à questão do género?

1	Quase nunca
2	
3	Algumas vezes
4	
5	Sempre

Indicadores Opcionais

É a dimensão do género um componente específico de qualquer actividade do projecto?

É a dimensão do género do projecto orçamentada separadamente?

Promoção do uso e valorização do saber indígena em relação a SLM.

Indicador Obrigatório

Os conservadores do saber indígena relacionado à gestão agrária sustentável estão formalmente incluídos na implementação ou mecanismos técnicos de assistência técnica do projecto?

Indicadores Opcionais

Os empreendimentos do projecto (i.e. PAN, Plano de Investimento) centram-se no uso e valorização do saber indígena?

1	Quase nunca
2	
3	Algumas vezes
4	
5	Sempre

Há algumas actividades do projecto que enfocam o saber indígena em relação à gestão agrária sustentável (i.e. criar uma base de dados, capacitação)?

Sustentabilidade

Esta está abordada na Secção III, Pergunta 3

Réplica

Indicadores Obrigatórios

O projecto especifica actividades para replicar êxitos do projecto e atribuir um orçamento a estas actividades?

Indicadores Opcionais

Qual é o orçamento para a réplica?

Existe uma estratégia bem definida de réplica para promover medidas e instrumentos incentivos (i.e. certificados, pagamentos) dentro e além dos limites do projecto?

PÁGINA DE ASSINATURA



República de Angola



PAÍS: ANGOLA

Resultado(s) Previsto(s)/: 1. Melhor capacidade individual e institucional de SLM; 2. SLM integrada no desenvolvimento económico e sectorial; 3. Completado o Plano de Acção Nacional; 4. Plano do Investimento a Médio Prazo em curso de financiamento e implementação.

Realizações Previstas/: Melhores aptidões para prevenção, detecção e refreamento de incêndios nas florestas; Desenvolvidas e verificadas as técnicas rentáveis para reabilitação de terra queimada/desflorestada; Técnicas/aptidões rentáveis para controle da desflorestação por espécies IAS são desenvolvidas. São criados sistemas de gestão sustentável da produção florestal. Desenvolvidas aptidões melhoradas para conservação do solo na agricultura; capacidade para minimizar o risco do deslizamentos de terras desenvolvida; Princípios de gestão agrária sustentável integrados em políticas e estratégias nacionais relevantes. Contextos legais e reguladores relevantes á gestão agrária sustentável revistos, actualizados e harmonizados. Partes interessadas estão sensibilizadas sobre e utilizam práticas de SLM. Preparação do PAN. PAN disseminado. Formulado o Plano do Investimento a Médio Prazo para SLM. Financiamento para o Plano do Investimento a Médio Prazo garantido, Implementação do Plano do Investimento a Médio Prazo iniciada.

Associado de Implementação: Ministério da Agricultura, Ministério do Urbanismo e Ambiente, Direcção Provincial do Urbanismo e Ambiente e PNUD

Período do Programa: 20007-2011

Componente do Programa: Energia e Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável

Título do Projecto: Capacitação em SLM para Angola

ID do Projecto: Outorga N° 00044526, Projecto N° 00052416, PIMS N° 3379

Duração do Projecto: 4 anos

Medidas de Gestão: Execução Nacional assistida

Orçamento Total:

Regular (GEF): 750,000

- PDFA: 25,000.-
- PM: 725,000.-

Recursos atribuídos:

Governo 350,000 em dinheiro / 400,000 em espécie

Financiamento paralelo:

- PNUD: 400,000

Agreed by:

<u>Por parte de:</u>	<u>Assinatura</u>	<u>Data</u>	<u>Nome/Título</u>
Agência Coordenadora			
Associado na Implementação:			
PNUD			

i Em alguns casos, não é possível fornecer cinco respostas alternativas. Três ou quatro são providenciadas nesses casos.

ii Um estudo será concebido por GSU e a implementação financiada através do orçamento do Projecto Mediano.